

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

156 jul./set. 2007

Sumário

4

Carta do editor

Economia em Destaque

6

Conjunturas brasileira e baiana no 1º semestre de 2007

Carla do Nascimento, Elissandra de Britto, Fabiana Karine Pacheco dos Santos, João Paulo Caetano Santos, Patrícia Cerqueira, Rosângela Ferreira Conceição

Entrevista

20

Uma nova proposta de planejamento

Ronald Lobato

Artigos

28

Desenvolvimento e inclusão: o Brasil indo além do “ciclo dos biocombustíveis”

André Pomponet

34

Inserção baiana no comércio internacional nos anos de 1989-1996-2006, segundo metodologia UNCTAD

Bruno Rodrigues Pinheiro
Rodnei Fagundes Dias

42

Inovação tecnológica na indústria baiana

Carla Janira Souza do Nascimento

54

Análise sobre os investimentos industriais realizados no Estado da Bahia por complexo de atividade – 2000-2006

Fabiana Pacheco

62

Concurso público na Bahia: uma análise evolutiva dos últimos sete anos

Rosângela Ferreira Conceição

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
JAQUES WAGNER

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
RONALD LOBATO

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS

CONSELHO EDITORIAL
Antônio Plínio Pires de Moura, Celeste Maria Philigret Baptista, Edmundo Sá Barreto Figuerôa, Jair Sampaio Soares Junior, Jackson Ornelas Mendonça, José Geraldo dos Reis Santos, José Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Marcos Verhine, Roberto Fortuna Carneiro

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICA
Edmundo Sá B. Figuerôa

COORDENAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL
Luiz Mário Ribeiro Vieira (coordenador)

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Elissandra Alves de Britto,
João Paulo Caetano Santos

EQUIPE TÉCNICA
Carla Janira Souza do Nascimento, Fabiana Karine Pacheco dos Santos, Joseanie Aquino Mendonça, Patrícia Cerqueira, Nícia Moreira da Silva Santos, Rosângela Ferreira Conceição

NORMALIZAÇÃO
Coordenação de Documentação e Biblioteca – COBI

REVISÃO
Maria José Bacelar

PRODUÇÃO EDITORIAL E GRÁFICA
Coordenação de Disseminação de Informações – CODIN
Márcia Santos (coordenadora), Dóris Serrano, Elisabete Cristina Barretto, Mariana Oliveira, Ramon Brandão.

FOTOS
Agecom, Braskem, Cleide Carmo, Jamile Amine Stock.XCHNG, Veracel

DESIGN GRÁFICO/EDITORAÇÃO/ ILUSTRAÇÕES
Nando Cordeiro

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte. Esta publicação está indexada no Ulrich's International Periodicals Directory e no Qualis.

Sessão especial

70

Programa de Aceleração do Crescimento: uma análise dos investimentos anunciados para a Bahia

Simone Uderman

Ponto de vista

88

A crise do mercado imobiliário dos EUA e suas implicações para a economia brasileira

Luiz Filgueiras

Investimentos na Bahia

94

Investimentos industriais previstos deverão alcançar R\$ 14,2 bilhões na Bahia

98

Livros

100

Conjuntura Econômica Baiana

Indicadores Conjunturais

111

Indicadores Econômicos

118

Indicadores Sociais

128

Finanças Públicas

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO, V.1- (1994-)
Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2007.

Trimestral

ISSN 1413-1536

CDU – 338(814.2)



Av. Luiz Viana Filho, 435 – 4ª Avenida – 2º and. – CAB
Cep: 41.745-002 – Salvador – Bahia
Tel.: (71) 3115 4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br

Carta do editor

Nas economias atuais, o investimento em inovação e tecnologia tem contribuído para se alcançar o desenvolvimento econômico e social. Estados Unidos, Japão, Alemanha e outros países do chamado mundo desenvolvido mantêm suas posições hegemônicas não apenas por deterem grandes parcelas da produção e do consumo mundial, mas, sobretudo, por investirem parte substancial de seus orçamentos em inovação tecnológica, diga-se Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Nessa perspectiva, o Brasil e, especificamente, a Bahia somente alcançarão níveis de desenvolvimento iguais aos dos países centrais, quando se conscientizarem de que emerge em meio à globalização a necessidade não apenas de se integrar com as demais economias, mas também de aprimorar as tecnologias existentes ou produzir novas tecnologias capazes de gerar maior valor agregado, maior produtividade do trabalho e, conseqüentemente, maiores ganhos. Há de se anotar que o investimento em tecnologia não passa apenas pela disponibilização de recursos financeiro para o desenvolvimento de pesquisas, mas também pela capacitação intelectual e educacional da população.

Um exemplo da necessidade de se investir em novas tecnologias é o caso dos Biocombustíveis. Até o momento, o Brasil se coloca como um dos líderes na pesquisa e produção desses produtos. Entretanto tal posição pode não se manter no longo prazo em virtude da falta de investimentos em novas tecnologias voltadas para a extração da energia da biomassa. No caso da produção do Biodiesel a partir da cana-de-açúcar, tem-se a utilização de apenas 21% de seu valor energético. O investimento em novas tecnologias poderia aumentar para 50% a extração de energia da biomassa.

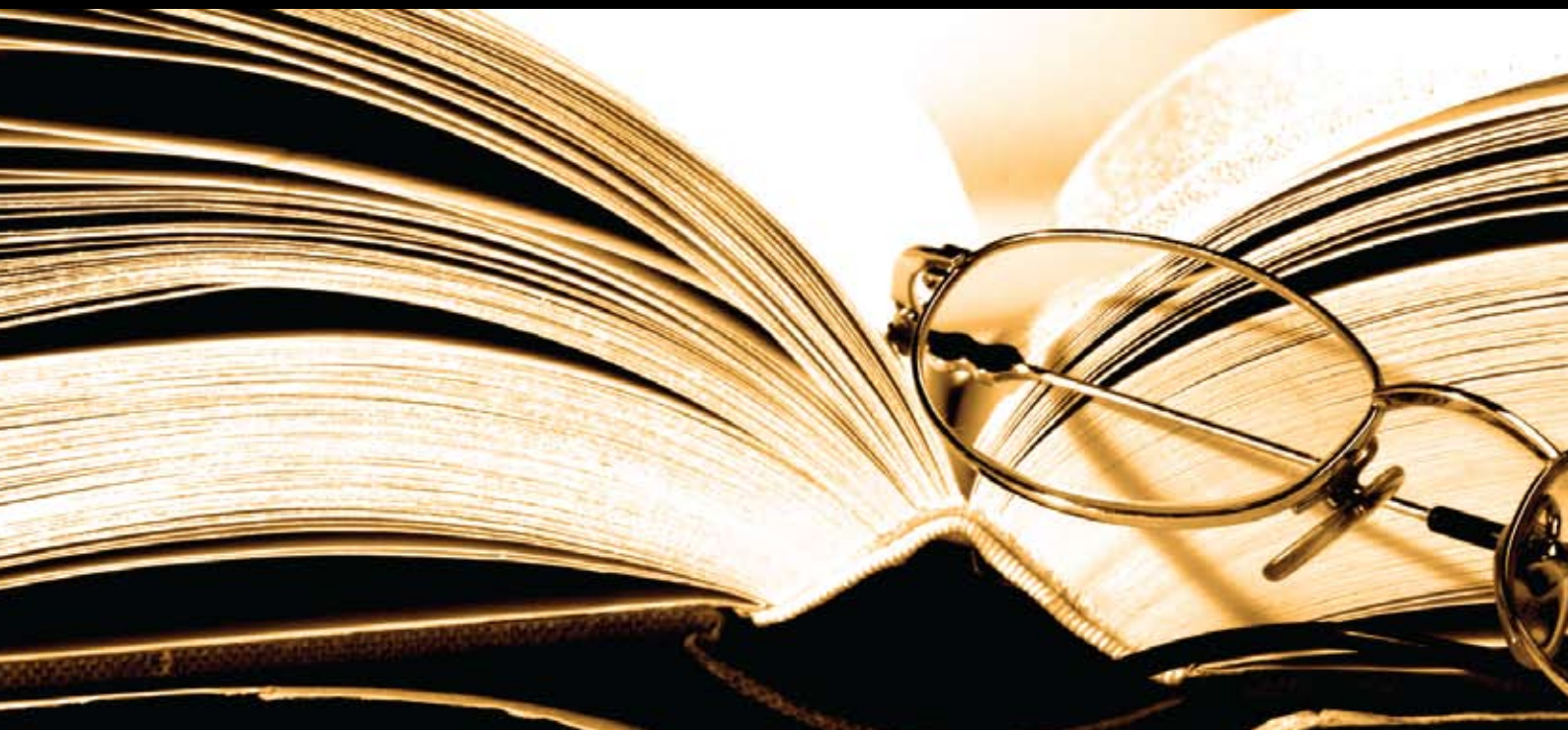
No caso específico da Bahia, o baixo nível de investimento em tecnologia pode ser observado, dentre ou-

tras situações, na composição das exportações. Esse fato é apontado no artigo *Inserção baiana no comércio internacional nos anos de 1989-1996-2006*, segundo metodologia UNCTAD, no qual seu autor destaca que esse desenvolvimento, a despeito do processo evolutivo pelo qual tem passado as exportações baianas, ocorreu com base em produtos de baixo valor agregado, onde há concentração de 60% das exportações em *commodities* e produtos intensivos em trabalho. Ou seja, houve crescimento nas exportações, porém esse crescimento não se pautou na agregação de valor de produtos de alta tecnologia; o aumento priorizou basicamente produtos de baixo valor agregado.

Reforçando essa tese, temos o artigo de Carla Janira, intitulado *Inovação tecnológica na indústria baiana*, que apresenta indicadores de inovação para a indústria local, utilizando-se da Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica (PINTEC). O resultado dessa pesquisa revela que as atividades inovativas na indústria baiana não agem como elementos propulsores do crescimento econômico, dado o caráter incipiente desta atividade nas empresas locais. Assim, faz-se necessário eliminar os gargalos que impedem a aceleração do crescimento da indústria baiana, investindo cada vez mais em tecnologias.

Com base nessas informações sobre o investimento em tecnologia no Brasil e na Bahia, enfatiza-se a necessidade de se elevar os investimentos em novas tecnologias (P&D). Tal tarefa não é tão simples, na medida em que investir em tecnologias (P&D) requer grande parcela de recursos e longos prazos de maturação. Dessa forma, governo e iniciativa privada devem se unir com vistas a formalizar uma política sustentável de desenvolvimento de novas tecnologias, sob o risco de ficarmos a reboque não apenas dos países desenvolvidos, mas de países que hoje estão no mesmo patamar do Brasil.

O MAIOR ACERVO ESPECIALIZADO EM PLANEJAMENTO E ECONOMIA DO ESTADO.



Visite a Biblioteca da SEI e acesse mais de 25 mil títulos e 500 periódicos e relatórios técnicos de instituições nacionais e internacionais.

Coordenação de Biblioteca e Documentação da SEI

De 2ª à 6ª feira, das 09:00 às 17:30

Av. Luiz Viana Filho, 435, 4ª Avenida, CAB, Salvador-BA

(71) 3115-4748/ cobi@sei.ba.gov.br www.sei.ba.gov.br



Conjunturas brasileira e baiana no 1º semestre de 2007

Carla do Nascimento, Elissandra de Britto, Fabiana Karine Pacheco dos Santos, João Paulo Caetano Santos, Patrícia Cerqueira, Rosangela Ferreira Conceição*



A economia brasileira vem exibindo crescimento expressivo em 2007, o que pode ser evidenciado nos indicadores econômicos do primeiro semestre. Os principais setores da economia – agricultura, indústria e serviços – indicam manutenção na tendência de crescimento. As próximas páginas apresentam a performance desses setores para as conjunturas brasileira e baiana, ao longo do primeiro semestre de 2007.

* Economistas e técnicos da Coordenação de Análise Conjuntural da SEI.

PRODUTO INTERNO BRUTO

Com base nos resultados das Contas Nacionais Trimestrais (2007) divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao primeiro trimestre de 2007, o produto interno bruto da economia brasileira registrou uma expansão de 4,3%, em relação a igual período do ano anterior.

Dentre os setores que contribuem para a geração do valor adicionado, destaca-se o setor de serviços que apresentou crescimento de 4,6% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Os maiores destaques foram para *intermediação financeira e seguros* (9,2%), *serviços de informação* (7,3%), *comércio (atacadista e varejista)* com uma taxa positiva de 6,0%, seguida por *serviços imobiliários e aluguel* (4,2%).

Em seguida tem-se a indústria com elevação de 3,0%. O destaque foi a *extrativa mineral* apresentando uma taxa de crescimento de 4,1%, beneficiada pelo aumento de 2,6% da produção de petróleo e gás e de 7,9% da produção de minério de ferro. O setor de *eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana* com 3,9% de crescimento, a *indústria de transformação* com 2,8% e a *construção civil* com 2,4%.

A *agropecuária* cresceu 2,1%, influenciada principalmente pelo bom resultado alcançado em algumas lavouras, a exemplo de algodão, milho, batata inglesa e soja. Outro fator importante para este setor é o desempenho positivo do abate de bovinos, produto mais importante dentro da pecuária.

Pelo lado da *demanda interna*, o crescimento de 6,0% no *consumo das famílias* no primeiro trimestre de 2007, em relação ao mesmo período do ano anterior está atrelado à elevação da massa salarial, refletindo as boas condições do mercado de trabalho, tanto no que se re-

fere aos níveis de rendimento quanto aos de ocupação e também à continuidade do processo de ampliação do crédito. Já o *consumo do governo* apresentou elevação de 4,0% e a *formação bruta de capital fixo* (FBCF) registrou incremento de 7,2%, justificado essencialmente pelo aumento da produção e da importação de bens de capital, ou ainda, de máquinas e equipamentos.

No tocante à *demanda externa*, as *exportações de bens e serviços* mantiveram-se em crescimento registrando taxa de 5,9% no período. As *importações de bens e serviços* também apresentaram aceleração no trimestre com taxa de 19,9%.

Diante desse ambiente favorável da economia brasileira, a expectativa de analistas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) é de que em 2007 o país cresça em torno de 4,3%. Este crescimento é creditado aos resultados positivos que vêm apresentando os setores produtivos do país ao longo do ano, esperando-se que a agricultura registre um incremento de 4,5%, a indústria cresça 4,4% e os serviços 4,0% (BOLETIM DE CONJUNTURA, 2007).

INDÚSTRIA

O comportamento registrado neste primeiro semestre de 2007 na indústria nacional foi positivo para a economia, como pode ser verificado nos dados referentes ao mês de junho da PIM – Pesquisa Industrial Mensal (2007) do IBGE.

A taxa da indústria geral de 4,8%, no primeiro semestre do ano, frente a igual período de 2006, resulta do predomínio de taxas positivas que atingem vinte atividades pesquisadas, com a maior contribuição positiva vinda de *máquinas e equipamentos* (17,5%). Nessa comparação, também vale destacar os desempenhos positivos de *veículos automotores* (8,9%), *metalurgia básica* (8,2%), *alimentos* (3,3%), *máquinas para escritório e equipamentos de informática* (21,2%), *outros produtos químicos* (5,3%) e *indústria extrativa* (5,7%).

Os índices por categorias de uso indicam o maior dinamismo do setor de *bens de capital* (16,7%). A categoria

de bens de consumo duráveis registrou taxa de 4,4%, com acréscimo de 5,3% na fabricação de *automóveis* e de 13,3% na de *eletrodomésticos* da “linha branca”, enquanto a produção da “linha marrom” (-20,9%) e a de *celulares* (-6,2%) pressionaram negativamente.

Os bens intermediários apresentaram acréscimo de 4,1%, com destaque para o subsetor de insumos industriais elaborados (4,0%), o de maior impacto na categoria, refletindo a maior produção *siderúrgica* e de *autopeças*. O grupamento de *insumos para a construção civil*, que acumulou acréscimo de 6,1% no primeiro semestre do ano também contribuiu para a *performance* positiva desse segmento. O subsetor de *combustíveis e lubrificantes elaborados* (-2,4%) foi o único que mostrou queda, reflexo do recuo na produção de óleo diesel e óleos lubrificantes.

A indústria de bens de consumo semi e não duráveis (2,9%) teve seu resultado influenciado, sobretudo, por *alimentos e bebidas elaborados* (4,5%), no qual se destacam os itens refrigerantes, carnes e miudezas de aves.

A produção industrial baiana também apresentou resultados positivos para este primeiro semestre de 2007, mas a *performance* da atividade na Bahia é muito aquém do esperado, com alguns segmentos mostrando um crescimento píffio. Os dados que confirmam esta afirmativa estão expostos nos parágrafos seguintes.

De acordo com os dados da PIM, no primeiro semestre do ano, a indústria baiana apresentou variação positiva de apenas 0,3%, com resultados positivos em quatro das nove atividades investigadas. Os maiores impactos positivos foram assinalados por *alimentos e bebidas* (14,1%), em função do aumento na produção de farinhas e *pellets* da extração do óleo de soja, e *borracha e plástico* (12,3%), em virtude da maior fabricação de embalagens de plástico para produtos alimentícios — garrações, garrafas e frascos de plástico. Entre outros segmentos, pode-se citar a *metalurgia básica*, que obteve incremento em sua produção de 0,2%, em função de maior produção de vergalhões de aço e cobre e *mineiras não-metálicas*, com aumento de 7,1% no período.

Em sentido oposto, as principais pressões negativas vieram de *refino de petróleo* e *produção de álcool* (-3,5%)

e *celulose e papel* (-4,8%), por conta, respectivamente, da menor produção de nafta, óleo diesel e celulose; e *veículos automotores* (-9,7%), em decorrência de uma parada em fevereiro de 2007, verificada na fábrica instalada no estado; e dos *produtos químicos*, que registraram queda de 0,4% na produção de sulfato de amônio.

No desempenho de alguns dos setores acima mencionados, observa-se que o segmento de *alimentos e bebidas* apresentou o resultado mais significativo no período, principalmente em razão da maior produção de derivados de soja. O grão além de apresentar estimativas favoráveis na produção agrícola do estado, tem altas cotações no mercado internacional.

Em *veículos automotores*, houve uma redução na fabricação de automóveis, nos primeiros sete meses do ano de 2007, sendo produzidas 128 mil unidades; desse total foram exportadas 44,3 mil unidades. Esta produção é inferior à registrada em igual período do ano passado, que chegou a 141 mil unidades (ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL, 2007).

Com relação ao *refino de petróleo*, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), na Refinaria Landulpho Alves, ocorreu redução na produção de óleo diesel em 6,6%, comparando-se o primeiro semestre de 2007 com igual período de 2006; igualmente a produção de óleo combustível registrou queda de 1,6%, e a produção de nafta para petroquímica, de 7,4%. Também registraram queda a produção de gasolina (-2,2%), GLP (-20,3%) e asfalto (-22,7%). Positivamente, destacam-se a produção de lubrificantes (39,0%), parafina (26,5%), querosene de

avião (11,4%) e solventes (76,7%), que têm pequena participação no valor da produção do setor.

No setor de *produtos químicos*, espera-se, para 2007, a maturação de investimentos realizados para ampliação da capacidade produtiva e modernização de plantas já existentes. Além disso, vale salientar o início da operação, no estado, da produção da matéria-prima de negro-de-fumo, utilizada para a produção de pneus, o que totaliza um investimento de US\$ 65 milhões.

O desempenho da indústria de *metalurgia básica* continua sendo influenciado pela forte volatilidade do preço do cobre no mercado internacional. Segundo o Relatório de Acompanhamento Conjuntural da FIEB (2007), no mercado interno, as vendas de aço bruto alcançaram um incremento de 13,7% no primeiro semestre de 2007, comparado com o mesmo período de 2006. Este incremento deve-se a uma maior demanda advinda dos setores da construção civil e do setor automobilístico, estimulados, respectivamente, pelo aumento no crédito imobiliário e pelo aumento das operações de financiamento de automóveis. Já as vendas externas obtiveram queda de 11,8% para o mesmo período em análise, o que se deve ao fato de o setor siderúrgico nacional ter priorizado atender à demanda do mercado interno. As expectativas para o setor são de tendência de crescimento do consumo interno de aço, ao longo do ano, impulsionada pelo desempenho dos segmentos da indústria naval e de petróleo e gás.

Para o segmento de *papel e celulose*, registrou-se alta no preço da celulose cotada no mercado internacional. O aumento nos preços está relacionado com o crescimento da demanda global aquecida, com a redução na oferta, com a falta de madeira e cavaco, além do aumento verificado nas tarifas de exportações na Rússia e ocorrência de greve no Canadá. As expectativas para o segmento são de maturação de alguns investimentos de ampliação/duplicação da capacidade produtiva por parte das grandes empresas de papel e celulose do estado.

No emprego industrial, segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (PIMES) do IBGE, o estado da Bahia registrou taxa positiva de 0,5% no nível

“O desempenho da indústria de metalurgia básica continua sendo influenciado pela forte volatilidade do preço do cobre no mercado internacional”

de pessoal ocupado assalariado na indústria geral (extrativa e mineral), para o acumulado do ano até junho, em confronto com igual período de 2006. No Brasil, registrou-se aumento de 1,6% para este indicador.

Em termos setoriais, no total do país, os destaques foram: *alimentos e bebidas* (5,3%), *produtos de metal* (5,7%), *meios de transporte* (4,7%) e *máquinas e equipamentos* (4,3%). Em contraposição, as pressões negativas na composição da taxa geral foram exercidas, sobretudo, por *calçados e artigos de couro* (-6,4%), *vestuário* (-5,1%) e *madeira* (-4,7%).

Na Bahia, os ramos que apresentaram aumento no emprego industrial foram: *alimentos e bebidas* (12,6%), *coque refino de petróleo e produção de álcool* (5,2%), *máquinas e equipamentos* (5,5%) e *borracha e plásticos* (6,3%). Negativamente, destacam-se os segmentos da *química e petroquímica* (-10,3%), *produtos de metal* (-14,7%) e *minerais não-metálicos* (-12,9%).

As expectativas para a indústria baiana, no segundo semestre de 2007, mostram-se favoráveis para a recuperação de desempenho dos principais setores. Tendo-se como pano de fundo o quadro da indústria nacional; a demanda interna aquecida; o aumento da massa salarial, do consumo das famílias e dos investimentos; e a redução gradual da taxa de juros.

BALANÇA COMERCIAL

Os resultados do comércio exterior continuam a denotar maior maturidade da economia brasileira nas relações internacionais. Apesar do constante movimento de valorização do real frente ao dólar, tal fato não foi suficiente para conter o avanço das exportações brasileiras, as quais vêm sendo beneficiadas pelo aumento internacional no preço das *commodities* – que têm grande peso nas exportações. Por outro lado, essa mesma valorização tem contribuído de forma decisiva para o aumento das importações brasileiras.

No primeiro semestre de 2007, a balança comercial brasileira registrou crescimento tanto das exportações quanto das importações. No período, as exportações cresceram

19,9%, com volume total de US\$ 73,2 bilhões, e as importações cresceram 26,6%, com valor total importado de US\$ 52,6 bilhões. Com estes resultados, a balança comercial do Brasil apresentou *superávit* de US\$ 20,6 bilhões. Dada a atual composição da balança comercial brasileira, a expectativa é que o Brasil termine 2007 com *superávit* comercial de 45,0 bilhões, aproximadamente.

Já no mês de julho de 2007, tanto as exportações quanto as importações brasileiras registraram valores recordes. As exportações somaram US\$ 14,2 bilhões e as importações US\$ 10,8 bilhões. A análise das exportações brasileiras por categorias de uso, até o mês de julho, aponta que 57,5% do total exportado correspondeu a *bens intermediários*; a subcategoria *insumos industriais* respondeu por 41,0% de tudo o que foi exportado pelo Brasil. Os Estados Unidos continuam sendo o principal destino das exportações brasileiras (16,0%), porém com perda em relação ao ano de 2006, quando essa participação era de 18,2% no mesmo período. Nas importações, situação semelhante; dentro da categoria *bens intermediários*, que responde por 43,4% do total importado, a subcategoria *insumos industriais* respondeu por 32,3% de tudo o que foi importado.

A dinâmica da balança comercial baiana é similar à brasileira; crescimento das exportações e das importações, sendo que o volume das importações é ligeiramente superior ao das exportações. No primeiro semestre de 2007, o volume total exportado pela Bahia foi de US\$ 3,4 bilhões, com crescimento de 10,4% sobre o mesmo período do ano anterior. O último dado, para o mês de julho, apontou exportações no valor de US\$ 580 milhões.

A composição das exportações baianas por fator agregado mostra a pauta com ampla participação de produtos industrializados (87,0%). Desse total, os produtos manufaturados respondem por 59,6% das exportações baianas, demonstrando o alto grau de industrialização das mesmas, sobretudo nos segmentos de *derivados de petróleo, automotivo, químico e petroquímico, metalúrgico e papel e celulose*. Não obstante esse vigor das exportações baianas, no que concerne aos produtos industrializados, é preciso atentar para o fato de que aproximadamente 60% do total exportado corresponde a *insumos industriais*, ou seja, mais da metade do

que é exportado pela Bahia é destinado a processos industriais fora do país, os quais, certamente, possuem um conteúdo tecnológico mais avançado. Outra ocorrência importante nas exportações baianas é que, dos cinco principais segmentos exportadores, apenas o segmento *automotivo* não é ou está relacionado às *commodities*. Dessa forma, é preciso dotar as exportações baianas não apenas do componente industrial, mas, sobretudo, do componente tecnológico, agregando valor aos produtos e aumentando os ganhos obtidos no comércio exterior.

A Tabela 1 apresenta a análise das exportações baianas por fator agregado para o acumulado do ano até o mês de julho. Mais uma vez pode-se observar que as manufaturas continuam a determinar o desempenho positivo do ano, com 59,6% do valor total exportado.

As importações baianas seguem em ritmo acelerado de crescimento. No primeiro semestre de 2007, o crescimento foi de 21,2%, com total importado de US\$ 2,5 bilhões. O mês de julho de 2007 registrou o segundo maior valor importado pela Bahia: US\$ 545 milhões.

A avaliação das importações por categorias de uso aponta que, a despeito de representarem apenas 11,0% do total importado, o crescimento nas importações de *bens de consumo não duráveis* (95,9%) e *bens de consumo duráveis* (31,5%) demonstra o impacto positivo da valorização do real frente ao dólar para as importações. Outro fator que também tem impulsionado o crescimento das importações, e que pode ser deduzido pela leitura dos dados, é o crescimento econômico e, por extensão, a demanda interna por bens externos.

Tabela 1
Composição das exportações por fator agregado:
Bahia, Jan.- Jul./2007

	%
Básicos	12,3
Industrializados (A+B)	86,6
Semimanufaturados (A)	27,0
Manufaturados (B)	59,6
Operações Especiais	1,1
Total	100,0

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

“Destaca-se também o crescimento das importações de bens de capital (37,0%), indicando a movimentação da indústria baiana para mais investimentos em implantação ou renovação do parque produtivo”

Destaca-se também o crescimento das importações de bens de capital (37,0%), indicando a movimentação da indústria baiana para mais investimentos em implantação ou renovação do parque produtivo.

Considerando-se as trajetórias percorridas no primeiro semestre, a expectativa é de que as balanças comerciais, tanto brasileira quanto baiana, fechem o ano com saldos positivos, porém abaixo do verificado no ano anterior. Essas perspectivas podem sofrer alterações mais drásticas, na medida em que a atual crise financeira internacional tome contornos maiores e atinja o lado real-produtivo da economia. Nesse cenário, certamente, as exportações brasileira e baiana terão impactos negativos.

COMÉRCIO VAREJISTA

O comércio varejista tem apresentado, nos últimos meses, ritmo de crescimento superior ao do setor industrial. No indicador referente ao mês de junho, observa-se que as vendas cresceram no País pelo sexto mês consecutivo e registraram o melhor primeiro semestre da série histórica iniciada em 2001, segundo dados da PMC - Pesquisa Mensal de Comércio (2007) divulgada pelo IBGE.

No primeiro semestre de 2007, o varejo nacional apresentou crescimento de 9,9%, frente a igual mês do ano anterior. Quando analisado o desempenho do setor por atividade, verifica-se que houve aumento das vendas em

todas as atividades do varejo neste indicador. Os destaques, levando-se em consideração o peso de cada segmento para a formação da taxa geral do comércio, foram: *hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (7,0%); *móveis e eletrodomésticos* (16,5%); e *outros artigos de uso pessoal e doméstico* (24,5%).

O aquecimento da demanda interna provocou, no mês de junho, crescimento das vendas em vinte e seis do total de vinte e sete estados brasileiros. Na análise da participação na composição da taxa do Comércio Varejista, a Bahia foi o quarto estado a se destacar, com uma taxa mensal de 15,5%, na comparação com igual mês de 2006.

A taxa registrada pela Bahia no mês de junho foi a de maior expressividade apresentada pelo comércio baiano desde dezembro de 2003, quando o setor deu início ao processo de retomada do nível de atividade. Esse comportamento se repete pelo quadragésimo terceiro mês consecutivo (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS SOCIAIS ECONÔMICOS DA BAHIA, 2007).

Segundo os dados da PMC, entre janeiro e junho de 2007, em relação ao mesmo período de 2006, o crescimento nas vendas do Comércio Varejista baiano foi de 10,9%, superando a do ano anterior (9,20%). As sucessivas variações positivas levaram o varejo a acumular nos últimos 12 meses uma taxa de 10,5%.

Por atividade, ainda segundo a PMC, sete dos oito ramos que compõem o volume de vendas apresentaram variações positivas. Levando-se em consideração o grau de contribuição para o Indicador Acumulado do Volume de Vendas nos primeiros seis meses deste ano, tomando-se como base igual período de 2006, têm-se: *hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (8,2%); *móveis e eletrodomésticos* (18,3%); *combustíveis e lubrificantes* (5,4%); *tecidos, vestuário e calçados* (19,0%); *outros artigos de uso pessoal e doméstico* (28,3%); *artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (12,5%); e *livros, jornais, revistas e papelaria* (18,3%). Obteve-se ainda variação positiva de 13,2% para o subgrupo *hipermercados e supermercados*. Neste mesmo período, observou-se uma expansão nas vendas de *veículos, motos, partes e peças* na ordem de 20,9% e *material de construção* (3,4%), mas

esses grupos não entram na composição do indicador, fazendo parte do Comércio Varejista Ampliado.

A exceção ficou por conta do segmento de *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* que apresentou para o acumulado do ano uma variação negativa de 7,9%, contrariando o comportamento verificado em âmbito nacional (22,3%). A taxa apurada na Bahia talvez reflita a tradição nordestina de comemorar o São João, período em que os consumidores costumam alocar sua renda em aquisição de vestuário e calçados, além de despender recursos com viagens realizadas ao interior do estado.

Os principais destaques na composição da taxa para o Comércio Varejista baiano foram: *outros artigos de uso pessoal e doméstico*, com uma variação de 28,3%, e *móveis e eletrodomésticos*, com 18,3%. O primeiro, que engloba *lojas de departamentos, ótica, joalheria, artigos esportivos e brinquedos*, teve suas vendas impulsionadas pela comemoração do Dia dos Namorados e dos festejos juninos. As datas comemorativas, tradicionalmente, aquecem os negócios do ramo, em razão das características dos artigos que comercializam. A taxa apurada para a segunda atividade de destaque continua sendo conseqüência das maiores facilidades de acesso ao crédito, as constantes campanhas promocionais realizadas pelas grandes redes varejistas e a ampliação dos prazos de parcelamento das compras.

Um outro segmento a ser analisado em função de seu peso na estrutura do Comércio Varejista é o de *hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, que acumulou no período uma taxa de 8,2%. A expansão nas vendas é atribuída ao fato de o setor comercializar, prioritariamente, gêneros de primeira necessidade e ser fortemente influenciado pelo rendimento da população.

Para o subgrupo de *hipermercados e supermercados*, o crescimento das vendas foi mais expressivo (13,2%). Dentre os fatores que conseguiram dinamizar os negócios nesses estabelecimentos, têm-se as constantes promoções empreendidas pelas grandes redes, as vendas realizadas por meio de cartões de crédito das próprias redes, e o fato de comercializarem eletrônicos,

Tabela 2
Variação no volume de vendas no varejo:¹ Bahia, jun./2007

Classes e gêneros	Mensal ²	No ano ³	12 meses ⁴
Comércio varejista	15,5	10,9	10,5
Combustíveis e lubrificantes	17,2	5,4	2,3
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	8,1	8,2	12,0
Hipermercados e supermercados	12,6	13,2	19,6
Tecidos, vestuário e calçados	28,2	19,0	10,4
Móveis e eletrodomésticos	24,5	18,3	16,6
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	16,8	12,5	8,1
Livros, jornais, revistas e papelaria	24,0	18,3	-7,4
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-19,3	-7,9	-4,9
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	38,0	28,3	21,5
Veículos, motos e peças	29,9	20,9	20,2
Materiais de construção	4,8	3,4	2,6

Fonte: IBGE/ Diretoria de Pesquisas / Departamento de Comércio e Serviços

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

¹ Dados deflacionados pelo IPCA

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

que teve a demanda aquecida com a valorização do real. Além disso, o desempenho refletiu o crescimento do poder de compra da população, devido, principalmente, ao aumento real do salário.

O desempenho apresentado pelo comércio há alguns meses reflete o ambiente econômico do País. Os fatores que consolidam essa forte expansão no consumo são: aumento do poder de compra da população; aumento da renda; queda dos juros; estabilidade econômica; expansão da oferta de crédito; expansão da oferta interna de produtos importados; e elasticidade dos prazos de parcelamento das compras.

A expectativa é que no segundo semestre se confirme a tendência de alta que se repete há dois anos. Embora, na avaliação de analistas econômicos e representantes do setor, o ritmo de cortes da taxa básica de juros — SELIC —, empreendidos pelo Comitê de Política Econômica (Copom)¹, deva ser moderado, levando a uma expansão mais modesta do comércio, o crescimento

do consumo não deve ser superior ao da produção, sob pena de gerar inflação.

Os resultados apurados para os oito segmentos varejistas que compõem o Indicador do varejo no estado da Bahia, em relação às diversas abordagens de observação, encontram-se na Tabela 2.

AGRICULTURA

As expectativas para a produção de grãos no país são otimistas. De acordo com os últimos dados divulgados pela CONAB, a previsão de recorde está mantida e a produção deve alcançar 131,1 milhões de toneladas, 7% acima do resultado da produção da safra anterior. Ajustes na produtividade são apontados como responsáveis pela melhora no desempenho do setor. A produção de milho está estimada em 50,6 milhões de toneladas, 19,1% a mais do que na safra anterior. A soja e o algodão-carão também apresentam crescimento significativo, chegando a 58,4 milhões de toneladas e 2,4 milhões de toneladas, respectivamente (SAFRA..., 2007a).

¹ No mês de junho o Banco Central reduziu a taxa Selic de 12,5% para 12,0%.

A soja e o milho, que representam 82,5% dos cereais, leguminosas e oleaginosas, registram as maiores áreas plantadas em 2007, chegando a 20,6 milhões de hectares e 13,7 milhões de hectares, respectivamente. O feijão 2ª safra apresenta queda em sua produção, devido à estia-gem na Paraíba e à substituição das áreas plantadas do produto pelo milho na Bahia, em decorrência das expec-tativas favoráveis de bons preços do produto no mercado internacional. A retirada, pelos Estados Unidos, de parte razoável de sua produção do mercado, para atender à de-manda interna da produção de etanol, vem pressionando os preços deste produto para cima (SAFRA..., 2007b).

As boas expectativas de produção nacional de grãos também são identificadas na produção agrícola baia-na. As estimativas do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizadas em julho de 2007, indicam um desempenho positivo para as prin-cipais lavouras. Os dados gerais (Tabela 3) ratificam a expectativa de melhora do setor no estado.

No estado, no caso específico da produção de grãos, chega-se a 5,5 milhões de toneladas, 30% a mais em

relação ao ano anterior. O milho é o principal produto a impulsionar os números da produção para cima. Em julho de 2007 estima-se a produção deste grão em 1,7 milhão de toneladas na Bahia, crescendo 54% em rela-ção ao ano anterior.

Observando-se os produtos, separadamente, outros merecem destaque: a produção de algodão apre-senta crescimento de 29% (1,1 milhão de hectares), e a produção de soja cresce 15,4% (2,3 milhões de hectares). O cacau, a mandioca e a cana-de-açúcar apresentam crescimento de 16,5%, 5,9% e 1,4%, respectivamente.

A cotonicultura baiana registrou aumento de aproxima-damente 29% na produção e de 17% na área colhida. Dentre os motivos para este resultado positivo estão: a expansão da cultura do algodão no Oeste da Bahia, as boas condições climáticas e a recuperação das co-tações do grão. As cotações médias mundiais devem subir 13,6%, segundo o CEPEA, motivadas pelo consu-mo mundial e pelas importações chinesas que dinami-zam o mercado internacional (CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA, 2007).

Tabela 3
Estimativas de produção física, áreas plantada e colhida e rendimento dos principais produtos agrícolas:
Bahia, 2006/2007

Produtos/ safras	Produção física (t)			Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Rendimento (kg/ha)		
	2006 ¹	2007 ²	Var. (%)	2006 ¹	2007 ²	Var. (%)	2006 ¹	2007 ²	Var. (%)	2006	2007	Var. (%)
Mandioca	4.403.414	4.662.314	5,9	350.827	368.004	4,9	345.701	353.936	2,4	12.738	13.173	3,4
Cana-de-açúcar	6.141.719	6.229.734	1,4	102.888	107.769	4,7	102.230	106.556	4,2	60.077	58.464	-2,7
Cacau	135.925	158.319	16,5	553.476	577.027	4,3	520.233	554.320	6,6	261	286	9,6
Café	174.792	135.825	-22,3	162.975	159.333	-2,2	159.326	146.162	-8,3	1.097	929	-15,3
Grãos	4.315.275	5.522.758	28,0	2.708.879	2.671.366	-1,4	2.577.235	2.504.293	-2,8	1.674	2.205	31,7
Algodão	811.163	1.045.240	28,9	257.567	300.376	16,6	257.567	300.376	16,6	3.149	3.480	10,5
Feijão	333.209	388.670	16,6	719.900	637.562	-11,4	616.417	563.312	-8,6	541	690	27,6
Milho	1.107.016	1.708.881	54,4	808.761	835.293	3,3	781.121	742.470	-4,9	1.417	2.302	62,4
Soja	1.991.400	2.298.000	15,4	872.600	851.000	-2,5	872.600	851.000	-2,5	2.282	2.700	18,3
Sorgo	72.487	81.967	13,1	50.051	47.135	-5,8	49.530	47.135	-4,8	1.463	1.739	18,8
Total	-	-	-	3.879.045	3.883.499	0,1	3.704.725	3.665.267	-1,1	-	-	-

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

¹ Estimativas do GCEA/IBGE safra 2006 (dados sujeitos a retificação)

² Estimativas do GCEA/IBGE julho/2007 (dados sujeitos a retificação)

³ Rendimento = produção física/área colhida

Tabela 4
Exportações do agronegócio: Bahia, Jan. - Jun. 2006/2007

Produtos	Peso (ton)		Var (%)	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var (%)
	2006	2007		2006	2007	
Soja e derivados	398.217	676.294	69,8	87.773	162.039	84,6
Cacau e derivados	44.837	38.731	-13,6	105.953	100.734	-4,9
Couros e peles	13.214	11.724	-11,3	42.209	53.450	26,6
Sisal e derivados	50.668	57.868	14,2	43.436	51.683	19,0
Café e especiarias	18.169	23.675	30,3	39.338	54.519	38,6
Algodão e seus subprodutos	30.183	31.285	3,7	33.549	34.966	4,2
Frutas e suas preparações	25.238	22.342	-11,5	22.310	22.692	1,7
Fumo e derivados	925	1.079	16,6	6.543	8.230	25,8
Pesca e aquicultura	1.664	839	-49,6	7.245	3.273	-54,8
Total das exportações agronegócio	583.115	863.837	48,1	388.356	491.586	26,6
Total das exportações baianas	4.425.809	4.473.327	1,1	3.062.317	3.379.354	10,4
Participação do agronegócio nas exportações baianas	13,2	19,3		12,7	14,5	

Fonte: Centro internacional de negócios da Bahia - PROMOBÁHIA (com adaptações)

O feijão, a despeito de reduções em suas áreas plantadas e colhidas, apresenta crescimento da produção de 16,4%, fato que confirma a melhoria em seu rendimento médio (kg/ha).

O único produto, dentre os pesquisados, que tem desempenho abaixo do apresentado no ano passado é o café, que continua a tendência de baixa. Em julho de 2007 a estimativa de produção para este produto é inferior (-22,3%) em relação ao número do ano passado e sua área caiu 2,2%. O baixo desempenho do café, segundo as informações da Conab, está associado à prática de podas drásticas (recepa), aliadas ao menor índice de ocorrência de floradas na região do planalto (tradicional), baixo uso de insumos, aumento de áreas semi-abandonadas, substituição do café pelo eucalipto e biannualidade negativa (um ano de alta e outro de baixa) (SEGUNDO..., 2007).

O resultado favorável das exportações do estado é puxado pela soja, cacau e café, que impulsionaram as vendas motivadas pelos ótimos preços internacionais e contínuo crescimento da economia mundial (EXPORTAÇÕES..., 2007).

O resultado semestral das exportações do agronegócio na Bahia (Tabela 4) apresentam crescimento de 27% no

valor de suas transações em relação ao mesmo período do ano passado. O volume comercializado também apresenta crescimento, chegando aproximadamente a 864 mil toneladas.

A soja é o principal produto exportado pelo estado, no tocante ao valor de transações, chegando a US\$ 162 milhões nesse período. Em relação ao mesmo período do ano passado este produto apresenta crescimento de 84,6% nas exportações. A colheita da soja, que se encerrou em maio, confirmou as boas expectativas para esta safra 2006/07, no que se refere à produção e à produtividade esperadas. Além disso, a valorização do Real e a retirada do mercado internacional de parte da produção da safra americana (redução de 13,9% na

“A soja é o principal produto exportado pelo estado, no tocante ao valor de transações, chegando a US\$ 162 milhões nesse período”

produção, decorrente da diminuição da área plantada) contribuíram para o aquecimento das transações do produto no estado (CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA, 2007).

O cacau é o segundo produto mais importante, relativamente a valores negociados, chegando à US\$ 101 milhões em junho de 2007. Comparando-se com o ano passado, o produto apresenta uma queda de 5% no valor.

Depois da soja, o café é o produto que apresenta o maior crescimento no valor de transações (39%) em relação ao mesmo período do ano passado, a despeito das previsões de queda da produção no estado, seguido de couros e peles (27%) e fumo e derivados (26%).

O volume negociado (em toneladas) do agronegócio nas exportações do estado também apresenta crescimento em relação ao mesmo período do ano anterior, chegando a 864 toneladas. Este volume representa 19% do peso total negociado pelo estado, e de 15% do valor negociado, o que demonstra a importância deste macrosetor para a economia da Bahia.

Ainda no que se refere ao agronegócio, é possível que este ano o PIB nacional ultrapasse o de 2004 (recorde). De acordo com a Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) e o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da USP (Cepea), os resultados preliminares indicam uma elevação maior na renda dos segmentos vinculados à pecuária (2,36%), além de uma expansão acentuada no PIB dos insumos agrícolas (3,39%) devido à antecipação das compras para a safra 2007/08. O PIB é estimado em torno de R\$ 564,4 bilhões em 2007, 4,5% superior ao de 2006. O cenário favorável é decorrente dos bons resultados das lavouras de algodão, cana-de-açúcar, milho, soja e da pecuária de leite, frangos e bovinos (PIB..., 2007).

EMPREGO

A redução do desemprego e o aumento na massa salarial refletem a conjuntura favorável apresentada nas seções anteriores. Os resultados da Pesquisa Mensal do Emprego, da Pesquisa de Emprego e Desemprego,

e os dados do Cadastro de Empregados e Desempregados mostram a *performance* positiva do emprego na Bahia e no Brasil.

Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), divulgada pelo IBGE, a taxa de desocupação registrada para a Região Metropolitana de Salvador (RMS) no primeiro semestre de 2007 é de 14,1%, superior à registrada na média Brasil (9,9%).

Com base nas taxas referentes ao mês de junho, a RMS registrou taxa de desocupação de 14,6%, superior à registrada para todas as regiões do País (9,7%). Enquanto na RMS esta taxa manteve-se constante nos meses de maio e junho, após aumentos consecutivos nos meses de janeiro a maio (13,5%, 13,6%, 14,1%, 14,2%, 14,6%, respectivamente), a taxa de desocupação para todas as regiões metropolitanas do País, após registrar por três meses consecutivos a mesma taxa (10,1%), apresentou em junho queda de 0,4 p.p.

Ainda com base nos dados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, destaca-se, para todas as regiões metropolitanas, o grupo de atividade do *Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e comércio a varejo de combustíveis*, responsável por 19,6% da população ocupada, que apresentou acréscimo em relação a maio (3,0%). No que se refere à taxa de desocupação, o setor que apresenta a maior média no semestre entre os grupos de atividades é o da construção, com taxa de 5,5%.

Do mesmo modo, o aumento na taxa de desocupação na RMS, ao longo do primeiro semestre, decorre, principalmente, do desaquecimento no setor de *construção*, que registra na média do primeiro semestre a maior taxa de desocupação, da ordem de 8,7%, entre os grupos de atividades pesquisadas. Na segunda e terceira posições, com taxa média de desocupação no semestre de 6,5%, encontram-se os segmentos de *serviços prestados à empresa, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira e serviços domésticos*.

Com relação ao rendimento médio real (efetivamente recebido), com base nos dados da PME, a RMS registrou aumento de 7,7% no ano, em comparação com o

mesmo período do ano anterior, enquanto para o total das RMs o incremento foi de 4,7%, sendo a Região Metropolitana do Recife responsável pela taxa mais baixa (1,8%) observada no período. Com relação à massa salarial de todos os trabalhos, a PME mostra que na média de todas as regiões metropolitanas do País o aumento no período de janeiro a maio foi de 5,9%, enquanto na RMS observa-se incremento de 11,9%.

Os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), calculada pela SEI, UFBA e DIESSE, indicam queda na taxa de desemprego na Região Metropolitana de Salvador, no mês de junho, reduzindo-se em 0,5 p.p. em relação ao mês imediatamente anterior, passando para 22,0%. O ponto positivo é que essa taxa de desemprego encontrada é 1,7 p.p. menor que a registrada no mesmo mês do ano anterior e a menor observada para os meses de junho, desde o início da pesquisa, em 1997. A taxa de desemprego aberto diminuiu de 14,5% para 14,0% e a de desemprego oculto manteve-se em 8,0%. De certa forma, os dados dessa pesquisa corroboram os dados da PME, pois ambas indicam estabilidade com tendência de queda no nível do desemprego da RMS.

Com base nos dados do CAGED do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no primeiro semestre de 2007 foram gerados 39.641 postos com carteira de trabalho assinada na Bahia, saldo superior ao registrado no mesmo período de 2006 (22.846), indicando incremento de 3,4%, em especial no decorrer de todo ano de 2006 (25.089 postos de trabalho). A taxa, embora abaixo da média nacional (4,0%), é favorável, especialmente se comparada ao conjunto da região Nordeste, onde houve acréscimo de apenas 0,4% do nível de emprego, com a criação de 16.165 vagas. Considerando-se a participação dos segmentos de atividade na geração de postos de trabalho, destaca-se o setor agropecuário com um saldo de 10.549 postos no primeiro semestre e variação de 11,3% no estoque.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As expectativas para a economia baiana são de crescimento em 2007. Essa avaliação está sustentada no

desempenho da agropecuária e do setor de serviços. As incertezas respaldam em torno da recuperação da produção industrial.

Este cenário torna-se mais propício diante dos investimentos industriais e de infra-estrutura divulgados recentemente pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). As políticas estadual e federal de investimento visam criar uma estrutura econômica razoável que estimule o crescimento da economia baiana. Aliada à estabilidade econômica, o esforço de investimento na revitalização da infra-estrutura física e na modernização da planta produtiva cria condições para um crescimento mais acelerado da economia nos próximos anos.

Os investimentos em infra-estrutura divulgados pelo PAC para o estado, que representam aproximadamente de 3,4 bilhões de reais, estão distribuídos em projetos para rodovias, hidrovias, ferrovias, centros logísticos e portos. A grande parte desses projetos (cerca de 60,0% do investimento) concentra-se na construção de ferrovias.

Os investimentos industriais previstos até 2011, representando um esforço de inversão privada em torno de 13,7 bilhões de reais, contemplam diversos segmentos de atividade; destes, 62,3% estão concentrados em três setores: *minerais não-metálicos* (28,2%), *papel e celulose* (22,5%) e *produtos químicos* (11,6%). Ressalte-se que a concretização desses investimentos apresenta um efeito em cadeia por todos os setores da economia baiana, principalmente para o setor de serviços.

Ao se verificar o cenário da economia baiana nos últimos cinco anos (2002-2006), observa-se crescimento significativo nos indicadores de comércio exterior, acima dos observados para o País. As exportações e importações baianas cresceram no período 26,2% a.a. e 14,4% a.a., respectivamente, enquanto, para o Brasil, as exportações e importações apresentaram taxas médias anuais de 18,8% e 10,4%, respectivamente.

De um modo geral, o cenário econômico para a Bahia mostra-se sustentado em taxas bastante otimistas, com perspectivas favoráveis para os próximos meses.

REFERÊNCIAS

ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL. Salvador: FIEB, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.fieb.ba.gov.br>>. Acesso em: 16 ago. 2007.

AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO. *Dados estatísticos*. Disponível em: <<http://anp.gov.br>>. Acesso em: 16 ago. 2007.

BOLETIM DE CONJUNTURA. Brasília: IPEA, n. 77, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em 16. ago. 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Indicadores e estatísticas*. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex/de-pPlaDesComExterior/indEstatisticas/balComercial.php>>. Acesso em: 13 jul. 2007.

CADASTRO DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS. Brasília: MTE, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 14 ago. 2007.

CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA. Informativo do comércio exterior. Disponível em: <<http://www.promobahia.com.br>>. Acesso em: 14 ago. 2007.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. *Agromensal*. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br>>. Acesso em: 15 ago. 2007.

CHIARINI, Adriana. Vendas do varejo aumentam 9,9%. Crescimento no primeiro semestre foi o maior desde 2001, início da pesquisa. *Jornal do Commercio*, 16 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.andima.com.br>>. Acesso em: 16 ago. 2007.

CHIARINI, Adriana; ASSIS, Francisco Carlos de; LEONEL, Flávio. Venda do varejo tem maior alta desde 2001. Expansão no 1º semestre dói de 9,9% ante igual período de 2006, reforçando a tese de que o juro vai cair menos. *O Estado de S. Paulo*, 16 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.andima.com.br>>. Acesso em: 16 ago. 2007.

CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS. *Resultados do 1º trimestre de 2007*: indicadores de volume e valores correntes. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaulttabelas.shtm>>. Acesso em: 17 ago. 2007.

ECONOMIA E CONJUNTURA. Rio de Janeiro: UFRJ, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br>>. Acesso em: 17 ago. 2007.

EXPORTAÇÕES baianas crescem 14,2% em abril. Disponível em: <<http://www.promobahia.com.br/apresentacao.asp#>>. Acesso em: 17 mai. 2007.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 ago. 2007.

ONAGA, Marcelo; MEYER, Carolina. O melhor ano da história. Os brasileiros nunca compraram tantos carros – o que está por trás dessa onda de consumo. *Portal Exame*, 12 jul. 2007. Disponível em: <<http://portalexame.abril.uol.com.br/revista/exame/edicoes/0897/negocios/m0133502.html>>. Acesso em: 20 jul. 2007.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO. Salvador: SEI, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 14 ago. 2007.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL DO EMPREGO E SALÁRIO. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17 ago. 2007.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17 ago. 2007.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 ago. 2007.

PESQUISA MENSAL DO EMPREGO. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 ago. 2007.

PIB do agronegócio deve ser recorde. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/noticias.asp?qact=view¬id=11228>>. Acesso em: 17 ago. 2007.

SAFRA de grãos sobe para 131,15 milhões toneladas. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/index.php?PAG=73&NSN=422>>. Acesso em: 13 ago. 2007a.

SAFRA de grãos cresceu 14% em julho, segundo o IBGE. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/noticias.asp?qact=view&exibir=clipping¬id=11170>>. Acesso em: 14 ago. 2007b.

SEGUNDO levantamento de café 2007-2008. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/Boletim.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2007.

SOARES, Pedro. Comércio cresce 9,9% no 1º semestre. Taxa semestral é a maior medida pelo IBGE desde 2001; no ano, houve expansão de vendas em todos os meses até junho. Juro menor, prazo maior para pagamento, salário em alta e dólar em baixa favoreceram aumento de vendas, segundo instituto. *Folha de S. Paulo*, Rio de Janeiro, 16 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.andima.com.br>>. Acesso em: 16 ago. 2007.

STEFANO, Fabiane. Veja onde o consumo cresce mais rápido no Brasil. *Portal Exame*. 11 jul. 2007. Disponível em: <<http://portalexame.abril.uol.com.br/negocios/m0133538.html?printable=true>> Acesso em: 20 jul. 2007.

STEFANO, Fabiane; PADUAN, Roberta. O brasileiro vai às compras. Poucas vezes se viu um mercado interno tão aquecido. E o melhor: desta vez o jogo é diferente dos surtos de consumo do passado. *Portal Exame*. 12 jul. 2007. Disponível em: <<http://portalexame.abril.uol.com.br/revista/exame/edicoes/0897/negocios/m0133506.html>>. Acesso em: 20 jul. 2007.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA Vendas do comércio aumentam 10,9% no primeiro semestre. Jun. 2007. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 17 ago. 2007.

VENDAS mantêm crescimento, diz IBGE. *Gazeta Mercantil*, Rio de Janeiro e São Paulo, 16 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.andima.com.br>>. Acesso em: 16 ago. 2007.v

informação e conhecimento mais perto de você.



www.sei.ba.gov.br



Uma nova proposta de planejamento

SECRETÁRIO FALA DAS AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO ESTADO

Em entrevista à revista **Conjuntura e Planejamento (C&P)**, o **Secretário do Planejamento da Bahia, Ronald Lobato**, falou sobre o novo modelo de desenvolvimento do Estado. Fundamentado no planejamento estratégico, o secretário falou, entre outros assuntos, sobre os projetos de curto e longo prazos do Estado, a participação popular na construção do PPA, a proposta de integração da economia estadual e nacional e o sentimento de construção de uma nova Bahia, voltada para a melhoria dos indicadores sociais. Confira.



Ronald Lobato

C&P — Gostaria que o senhor comentasse sobre a concepção de planejamento do novo Governo da Bahia. Em que difere a atual proposta do Plano Plurianual (PPA) das experiências anteriores?

Ronald Lobato — Estamos levando o conceito de planejamento estratégico às últimas consequências, ou seja, estamos executando o que a boa técnica recomenda, integrando orçamento, gestão e monitoramento ao planejamento, porque somente com esses três pilares é que o planejamento acontece. Se reduzirmos o planejamento apenas ao orçamento — esse é um olhar fazendário sobre a ação de governo, saber quanto arrecadou e quanto aplicou — é importante, mas é muito pouco, porque, na medida em que se quer que a

ação de governo altere a realidade, é preciso programar a ação. É essa a diferença entre a abelha e o arquiteto. Temos que visualizar aquilo que queremos que aconteça. E só se consegue quando se tem um diagnóstico da realidade; mas um diagnóstico que permita saber como agir sobre essa realidade.

C&P — E essa é a proposta do PPA?

RL — O PPA permite esse tipo de abordagem. Uma abordagem em que se constrói a visão de futuro que se quer, os macro-objetivos que devem ser mensuráveis e, feito isso, vemos o que a sociedade acatou como sendo foco de governo. O que está acontecendo na Bahia é inédito, inclusive em relação a outros estados, porque sempre se ficou muito

na liturgia da consulta popular. Nós, não; estamos indo além da liturgia. As propostas são transformadas em diretrizes, que por sua vez são transformadas em programas. Estes se concretizam em ações, que são as atividades e projetos a serem implementados pelo governo. E para todos os projetos, em todas as instâncias, temos que produzir indicadores que nos permitam aferir a correção dessa política.

C&P — E em relação à prática dessas políticas, a gente sabe que a Bahia, a despeito de ser a sexta economia do Brasil, tem um dos quadros de pobreza mais elevados. Quais as ações mais relevantes para mudar essa realidade?

RL — O Brasil tem esse quadro de concentração de renda que recen-

temente melhorou, se comparamos os 10% de renda superior com os 10% de renda inferior. Está havendo transferência de renda para as camadas mais pobres da população. Mas também está havendo uma distribuição de renda para os setores rentistas da sociedade. Na verdade, há uma melhora em termos absolutos, mas há também uma concentração de renda para os setores financeiros, que precisa ser corrigida — e vem sendo corrigida —, na medida em que os juros que a sociedade e o governo pagam para os detentores dos ativos vêm diminuindo.

C&P — Quais são as ações mais relevantes para mudar esse quadro de concentração de renda e como reverter esse quadro de pobreza da Bahia?

RL — A Bahia é particularmente diferenciada na questão da concentração da atividade industrial no produto interno bruto — o PIB —, ou seja, temos mais indústrias, relativamente, que a média do conjunto dos Estados. Nossa estrutura é basicamente industrial e, pior, na estrutura industrial temos uma concentração da produção de produtos industriais semi-elaborados. O que significa que temos uma concentração de indústrias de capital intensivo, que oferece poucos empregos em relação ao capital investido. Essas indústrias intermediárias não têm muita articulação com a produção estadual. Tudo isso leva à concentração de renda; leva a uma situação desfavorável. Como as ações de governo, no que diz respeito a atender às necessidades da população, não

foram suficientes, temos uma situação de descalabro social. Somos os piores em tudo: desemprego, na região metropolitana de Salvador, em educação, saúde... Essa situação precisa ser revertida. Por isso, decorrente desse diagnóstico, temos uma política destinada à concentração de recursos públicos na área social. Nosso esforço será fazer com que esses empreendimentos de porte estruturante estejam articulados com médios e pequenos empreendimentos.

C&P — Existe concentração de renda não só em classes sociais, mas também em relação aos territórios. Há uma política de interiorização desse movimento?

RL — Há. O governo decidiu criar uma Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional, a Sedir, por conta disso. Essa é uma proposta nacional. E, nacionalmente, as coisas estão melhorando. Tratando-se da Bahia, decidimos enfrentar essa concentração de renda territorial. Como? Entendendo que, por exemplo, o principal

“Concentrar 59% (dos recursos alocados no PPA) na área social é ter uma distribuição de melhor qualidade dos recursos públicos, inclusive do ponto de vista territorial.”

território da Bahia a ser desenvolvido é o semi-árido, com a criação de mecanismos administrativos que permitam que esse objetivo seja perseguido. O objetivo é melhorar o desenvolvimento relativo do semi-árido e temos alocado recursos para esse efeito. Estamos concentrando, no PPA, 59% na área social. Concentrar 59% na área social é ter uma distribuição de melhor qualidade dos recursos públicos, inclusive do ponto de vista territorial.

C&P — Como esses 59% serão aplicados na prática?

RL — Na educação pública, no acesso integral e humanizado às ações de serviços de saúde, na promoção do desenvolvimento com inclusão social, no fortalecimento das identidades culturais dos territórios, no desenvolvimento da infra-estrutura social (habitação, saneamento e energia), na promoção de políticas de igualdade de direitos humanos — com foco em raça e gênero e na garantia de segurança e integridade ao cidadão, centrando ações na informação, na inteligência, na prevenção e no respeito aos direitos humanos.

C&P — E a priorização territorial do semi-árido, definida por esse governo, tem relação com essa proposta?

RL — O semi-árido é uma escolha óbvia para quem tem preocupações sociais, pois a região concentra os piores IDHs, qualidade de vida ruim e dificuldades de desenvolvimento de propostas auto-sustentáveis. Mas definir o semi-árido como prioridade é pouco. É necessário definir como fazer para

mudar a realidade do semi-árido. Estamos concentrando energias para desenvolver o plano diretor de desenvolvimento sustentável do semi-árido, com base em três eixos principais de arranjos sócio-produtivos. Aliás, esse conceito de arranjos sócio-produtivos é uma inovação nossa, na medida em que entendemos que o desenvolvimento dessas regiões somente se dará com a integração da população no processo. Queremos resgatar algumas experiências localizadas, como as que aconteceram no município de Valente e em alguns municípios do Ceará. A integração da população com a sua história produtiva, com a sua história de trabalho, em parceria e solidariedade é capaz de resgatar as suas produções históricas, compondo arranjos sócio-produtivos que vão — como aconteceu em Valente — dobrar o seu IDH. E, conseqüentemente, passar da questão da sobrevivência para a questão da capacidade da população acumular riqueza. É esse o nosso objetivo.

C&P — E como isso se dará na prática?

RL - Temos três focos: os arranjos sócio-produtivos vinculados à cadeia caprino-ovino-bovinocultura; a cadeia do sisal e da bioenergia; e, subsidiariamente, outras cadeias sem tanta expressão social ou com menor capacidade de chegar à acumulação de riqueza, que é a questão da mandioca, da aquicultura, das frutas e das flores. Estamos concentrando energias para que, no semi-árido, essas cadeias produtivas sejam desenvolvidas por meio de arranjos sócio-produtivos;

“A Bahia, ao invés de ser um Estado voltado para o desenvolvimento autárquico, isolado do país, tem que ser vista como um portal de articulação.”

e o governo fomentará essa proposta com essa concepção. Mais ainda, compondo uma logística apropriada para que haja acumulação de riqueza. Logística essa, que parte das estradas vicinais, dos pequenos entrepostos, das pequenas fábricas, dos pequenos frigoríficos. Tudo isso, da forma mais articulada possível, incorporado ao grande projeto de infra-estrutura e logística que queremos, para que a Bahia se destaque como um dos portais de desenvolvimento nacional. A Bahia, ao invés de ser um estado voltado para o desenvolvimento autárquico, isolado do país, tem que ser vista como um portal de articulação.

C&P — O governo federal tem anunciado investimentos em projetos de etanol e biodiesel como os mais importantes para o futuro do país. Como esses projetos podem impactar a Bahia do ponto de vista da redução das desigualdades sociais e regionais?

RL — No campo da energia renovável, o etanol está um pouco reservado para a agroindústria,

para as grandes plantações. Já o biodiesel tem uma função social e de auto-sustentação quase autárquica ante regiões territorialmente definidas, como o semi-árido, ou seja, temos uma tradição de produção de mamona e outras oleaginosas, que vamos ter que resgatar. E, objetivamente, a Petrobras está envolvida com isso. A empresa inaugurou uma usina, uma fábrica em Candeias. Estamos vendo como faremos para que essa produção seja utilizada com todas as suas potencialidades, mas há alguns problemas. Do ponto de vista de rendimento energético, a mamona não é a melhor alternativa. Há consumos mais nobres para a produção da mamona. Acaba sendo difícil garantir que a produção dessas oleaginosas — originárias da agricultura familiar — seja direcionada para esse consumo. Somente com o aumento significativo da produção — que é um dos objetivos nossos — é que obteremos resultados mais significativos nessa direção.

C&P — E quais são as ações nesse sentido?

RL — Aumentar o consumo do biodiesel e das oleaginosas que podem ser desenvolvidas pela agricultura familiar, para obter resultados significativos. É nesse contexto que poderemos avançar na questão do biodiesel de mamona, com o aumento da demanda e havendo a obrigatoriedade de incorporar 2% de biodiesel no diesel, que é o B2. Se chegarmos ao B5, que implica em incorporar 5% de biodiesel ao óleo diesel, teremos uma demanda efetivamente significativa. Ao mesmo tempo, é preciso melhorar mui-

to a qualidade da produção do biodiesel, desde o agricultor familiar, a colheita, a seleção, o processamento, o esmagamento, que devem ser feitos de forma muito competente, para que o biodiesel possa ser feito com base na oferta da agricultura familiar. Significa dizer que o governo tem que entrar com assistência técnica, tendo que recuperar ou modificar a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), já que esta é uma atividade fundamental, que tem de acontecer. A instituição voltada para a assistência técnica na Bahia é a EBDA, que está destruída, a ponto de todo o recurso que entre na empresa ser confiscado pela justiça para pagar passivos, principalmente trabalhistas, acumulados ao longo do tempo. Mas temos que ver uma forma de resgatar essa função, que é fundamental para a melhoria da produção do agricultor familiar.

C&P — Como o governo pretende reforçar os investimentos que já mostraram capacidade competitiva em escala mundial?

RL — Essa pergunta me leva a um dilema. O pólo petroquímico, certamente, foi um passo fantástico na Bahia, nessa direção de modernização. Só que o pólo está necessitando de uma redefinição. Nesse momento, o que está acontecendo é o contrário; outras linhas produtivas estão demonstrando ser mais contemporâneas, mais avançadas, como, por exemplo, a química verde, o álcool, as resinas obtidas diretamente nas refinarias. O traçado da nafta requer avanço tecnológico, para que se possa resgatar o pólo petroquímico da Bahia

“Não somos ingênuos, estamos juntos, com outros Estados e a União, discutindo a questão dos incentivos, mas com uma política muito clara: temos que ser parcimoniosos e oferecer vantagens que sejam menores do que as vantagens que a sociedade e o Estado vão obter ao longo do processo de atração desses empreendimentos.”

que, ainda assim, continua sendo o maior do Hemisfério Sul, a despeito de passar por um momento de reversão de tendência. Mais do que reforçar, precisamos resgatar o pólo. A celulose, esta sim, pode se reforçada, pois ainda somos tecnologia de ponta. Temos que acrescentar a tecnologia de ponta na agricultura, como também na utilização da madeira, seja para móveis, seja para celulose. E a celulose, por sua vez, se transformar em papel, de ponta, para que possamos nos apropriar dessas vantagens climáticas. Além disso, há algumas outras manifestações que

são ilhas da nossa realidade, na área de informática, de software, mas pouca coisa é de ponta.

C&P — E sobre as políticas de atração de novos negócios, quais são os setores e territórios prioritários?

RL — De novo estamos diante de um dilema. Somos um Estado pobre, com um orçamento curto. Significa dizer que só teremos sucesso se soubermos selecionar as prioridades, ou seja, aplicar bem os recursos disponíveis. Se entrarmos na linha de acharmos que devemos aumentar recursos indiscriminadamente, chegaremos à insolvência. Isso não queremos, mesmo que essa insolvência venha para governos futuros. Não é essa a opção do governo atual. Por exemplo, quando analisamos os subsídios, incentivos e renúncias fiscais, não podemos deixar de prestar atenção ao fato de que estamos fazendo renúncia fiscal de um bilhão e trezentos milhões por ano. É uma cifra maior do que a nossa capacidade de investimento. Respondendo à sua pergunta, o nosso foco é oferecer logística, infra-estrutura, visando principalmente o fomento à captação de recursos de investimentos externos. Mas não somos ingênuos. Estamos juntos, com outros Estados e a União, discutindo os incentivos, mas com uma política muito clara: temos que ser parcimoniosos e oferecer vantagens que sejam menores do que as vantagens que a sociedade e o Estado vão obter ao longo do processo de atração desses empreendimentos. Estamos num momento de redefinição desses valores. Entendemos

que oferecer diferenciação de impostos é uma alternativa que se enquadra nessa política. Porém, que as vantagens adicionais à diferenciação do perdão da cobrança seja em torno de 90% é um certo exagero. Como nacionalmente talvez aconteça num curto prazo — a extinção da guerra fiscal —, os Estados do Nordeste reivindicam que haja um fundo nacional de investimento no Nordeste, exatamente para que não sejamos obrigados a permanecer nessa guerra fiscal, que é deletéria e prejudicial a todos.

C&P — Em relação às políticas de atração de negócios, o senhor tem como citar os setores e os territórios que serão foco dessa política de atração? O senhor citou logística...

RL — Eu citei logística, principalmente, e incentivo. Só que na política de incentivo vamos atuar com essas restrições a que me referi, ou seja, só ceder naquilo que seja menor do que vamos receber. Desenvolver uma política de extinção da guerra fiscal em parceria com os Estados e a União; conceder diferimentos que não sejam exagerados para aquelas que antecipam o recolhimento dessas dívidas tributárias.

C&P — Quais as regiões que serão priorizadas?

RL — A localização é uma variável importante na pontuação da definição da prioridade aos empreendimentos, ou seja, um empreendimento no semi-árido recebe uma pontuação maior do que um investimento na Região Metropoli-

tana de Salvador, por exemplo. Não podemos incentivar tudo. Incentivamos, mas de acordo com uma política de seleção. A oferta de emprego é uma questão importante; a localização é uma questão importante; o fato de estar fortalecendo uma cadeia que é relevante, que é estratégica, também é importante. Cada uma dessas características recebe uma pontuação e, conseqüentemente, vai ser considerada prioritária ou não. Decidimos que a Bahia, ao invés de promover ilhas de desenvolvimento, tem que ser vista de forma integrada, macro, em que os grandes investimentos interajam com as pequenas empresas, cooperativas, assentamentos. A região cacaueira foi um aprendizado dessa participação com a sociedade. Lá foi definido um modelo de desenvolvimento para o território e para o Baixo Sul com visão múltipla. Tem aquicultura, projetos de seringa, de preservação da Mata Atlântica, de turismo ecológico e

“Estamos trabalhando para que a Bahia se torne um portal de integração da economia global com a economia continental. Essa é uma visão estratégica, de longo prazo, digna de ser perseguida.”

histórico, caminhos para o objetivo do turismo, educação da família, criação de animais. Tudo isso envolvendo a sociedade, com pouco apoio do governo. Podemos e devemos priorizar e contribuir para essa iniciativa da sociedade local.

C&P — Em relação à política de investimento em logística de transporte, que o senhor considera prioritária, quais efeitos esses investimentos podem ter sobre as atividades sociais e econômicas do Estado?

RL — Me referi, ainda há pouco, à Bahia ser um portal de integração da economia global e da economia continental. E isso não é um desejo voluntarista. A Bahia está numa posição geográfica muito apropriada para essa demanda e também temporalmente adequada para que isso se transforme em realidade. A Bahia tem fronteira com o Nordeste Setentrional, com o Centro-Oeste e com o Sudeste. É o único Estado que tem essa circunstância. Temporalmente falando, vivemos um momento em que fica cada vez mais claro que há deseconomias de escalas no aprofundamento da logística do Sudeste. Isso significa dizer que, nacionalmente, precisam surgir alternativas a essa concentração excessiva da logística no Sudeste. A Bahia, por força da sua localização, tem condições de inscrever uma ferrovia ligando o Oeste brasileiro com o Atlântico, com rampa máxima de 0,5%, o que é um diferencial absoluto no que diz respeito a custos. Temos condições de estender as suas ligações Leste-Oeste por rodoviárias, também para o Oeste brasileiro; e temos condi-

ções de melhorias dos seus portos, de forma muito significativa, em relação a outros portos. Tanto a Baía de Todos os Santos, quanto a Baía de Camamu são diferenciadamente superiores às condições naturais observadas e existentes em portos do Nordeste e do Sudeste. Então, estamos trabalhando para que a Bahia se torne um portal de integração da economia global com a economia continental. Essa é uma visão estratégica, de longo prazo, digna de ser perseguida.

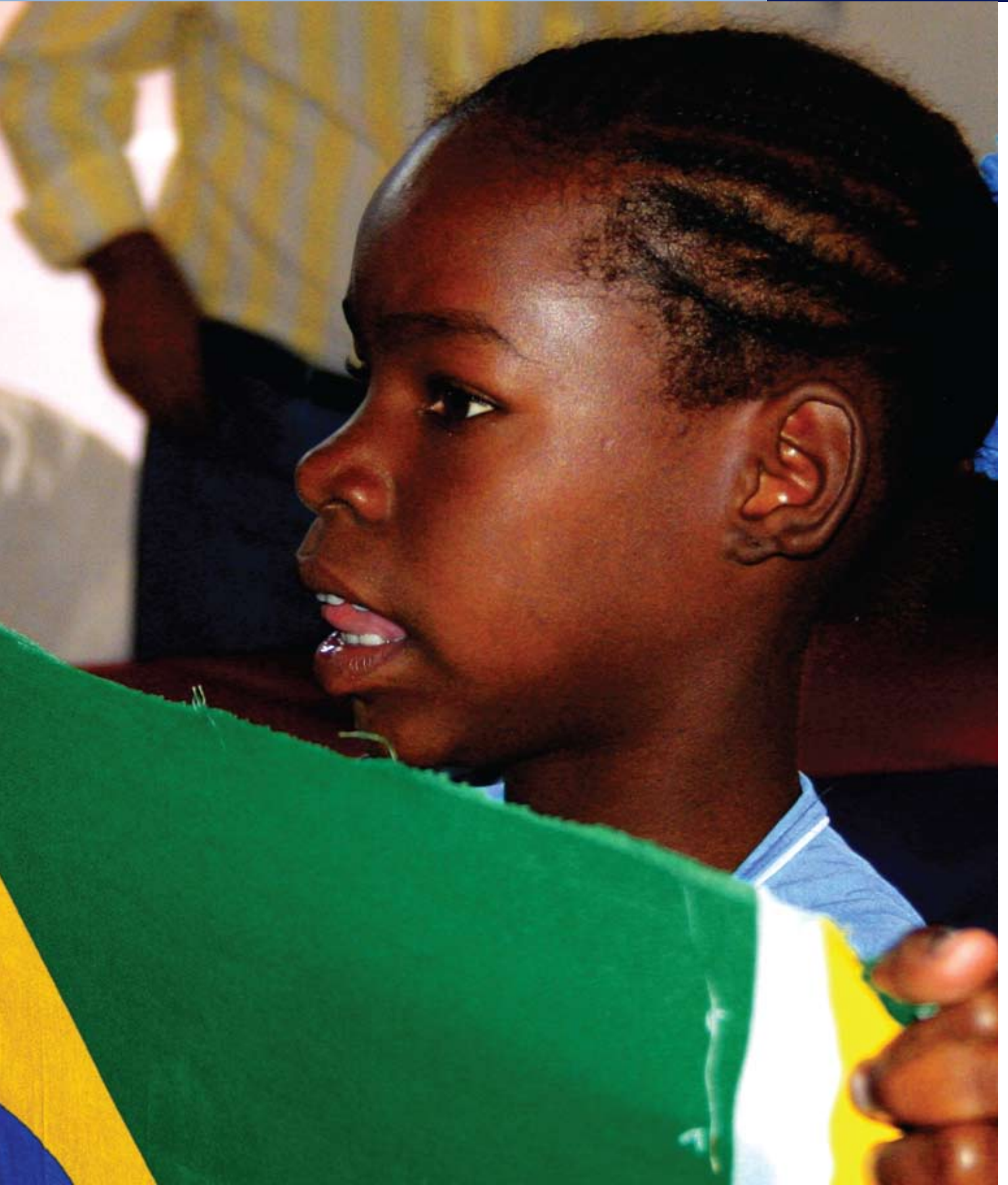
C&P — Como os investimentos do PAC se refletem no desenvolvimento econômico e social do Estado?

RL — O PAC é exatamente a expressão do que estávamos falando sobre o momento certo para a Bahia se lançar nessa questão. É o momento em que o governo federal compreendeu as necessidades das articulações Leste-Oeste. Como a Bahia tem poucos recursos, é exatamente esse momento, ótimo, que coincide com algumas tendências do governo federal e estamos consolidando apoios, inclusive de toda a bancada baiana no Congresso Nacional. Temos clareza de que devemos fazer um esforço para que

a Bahia se integre com essa nova política nacional. Graças a essa concepção, conseguimos obter 19 bilhões de reais para o PAC Bahia 2007/2011, o que é quase do tamanho do nosso PPA. Aplicados em infra-estrutura serão cerca de R\$ 16,5 bilhões. Nas outras áreas, R\$ 2,3 bilhões de reais. Então, essa conjunção e esse astral favoráveis podem ser aproveitados. Nossa obrigação é empenhar esforços para que os projetos sejam consolidados, ou seja, temos que transformar os recursos que estão alocados no PAC em realidade. Uma vez alocado no PAC significa que já existem projetos, porque só entra no PAC se houver projeto. Aquela situação do início do ano, quando não tínhamos projetos, está superada. Conseguimos acumular projetos num volume muito significativo para transformar nossa realidade. Isso porque o novo modelo de desenvolvimento que está no nosso planejamento estratégico é estruturado a partir de uma visão de futuro, que pensa na construção de um sonho atingível, de ser uma sociedade com qualidade de vida superior, medida pela educação, saúde, trabalho, emprego e melhor distribuição de renda.

“Esse novo modelo de desenvolvimento, que está no nosso planejamento estratégico, é estruturado a partir de uma visão de futuro, que pensa na construção de um sonho atingível, de ser uma sociedade com qualidade de vida superior, medida pela educação, saúde, trabalho, emprego e melhor distribuição de renda.”





Desenvolvimento e inclusão: o Brasil indo além do “ciclo dos biocombustíveis”

André Pomponet*

Pensar a História Econômica através de ciclos constitui uma estratégia interessante para compreender-se as dinâmicas de acumulação que caracterizaram determinados períodos em diferentes países. O recurso foi particularmente adequado na interpretação da evolução dos países latino-americanos, principalmente aqueles que desempenharam o papel de fornecedores de produtos primários para a Europa.

Nos países subdesenvolvidos os ciclos econômicos quase sempre são fruto da disponibilidade de recursos naturais que, explorados à exaustão, descrevem a trajetória de ascensão e declínio do processo de acumulação, o que constitui, conceitualmente, o “ciclo”. As riquezas acumuladas quase sempre são apropriadas por países centrais (inicialmente pela sujeição política e, posteriormente, pela disponibilização de capitais para explorar esses recursos), sendo também contemplados segmentos da elite local associados às atividades.

* Economista e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. andre@sei.ba.gov.br



No século passado alguns países latino-americanos (Brasil, Argentina e México) conseguiram se industrializar e dinamizaram seus mercados internos. Essa diversificação econômica reduziu a importância relativa das atividades primário-exportadoras sobre o ambiente interno, mas não representou mudanças na inserção internacional desses países, que permaneceram exportadores de *commodities* agrícolas (no caso brasileiro, por exemplo, café e soja, entre outros produtos).

A emergência dos biocombustíveis — que se desenha como um novo ciclo para a economia brasileira — representa mais uma oportunidade ímpar para o país subverter essa lógica, desenvolvendo tecnologias, exportando produtos com elevado valor agregado e incluindo parcelas excluídas da sociedade.

O objetivo deste texto é produzir uma breve reflexão sobre a questão, num momento que pode ser considerado oportuno. Internamente, o Brasil já está utilizando o óleo vegetal no diesel vendido no país e, externamente, existe entusiasmo com a idéia. É o que mostrou a visita do presidente norte-americano George W. Bush ao Brasil, em março de 2007, quando foi assinado o Memorando de Entendimento para o Avanço da Cooperação em Biocombustíveis (VEJA..., 2007). Os norte-americanos, inclusive, já adicionam o óleo produzido do milho no diesel que comercializam (FRANZIN, 2007).

Além desta introdução, compõem o texto mais três seções: na primeira apontam-se características dos ciclos econômicos brasileiros e o que deixaram como legado. Em seguida, faz-se um breve balanço da trajetória dos biocombustíveis no Brasil para depois discutir o que é necessário para se ir além de apenas mais um ciclo primário-exportador. Conclui-se com algumas considerações finais.

LEGADO DOS CICLOS ECONÔMICOS

Os primeiros ciclos econômicos brasileiros obedeceram à lógica da exploração dos recursos naturais existentes pelos colonizadores portugueses. No país inicialmente pouco povoado e dotado de escassa atividade produtiva, esses ciclos refletiam-se fortemente

sobre as demais atividades econômicas existentes, vinculando-as a sua dinâmica. O primeiro deles foi o do pau-brasil, no século XVI, e consistia na extração da madeira disponível no litoral brasileiro, que era muito valorizada na Europa. As dificuldades iniciais da Coroa Portuguesa no povoamento do litoral brasileiro explicam a opção pela exploração extrativa.

Logo em seguida veio o ciclo da cana-de-açúcar. À época o açúcar era especiaria nos mercados europeus e monopólio comercial dos venezianos, que o adquiriam na Ásia. O elevado valor do produto explica a disseminação de plantios pelo litoral do Nordeste, particularmente na Bahia e em Pernambuco (POM-PONET, 2002). Era caracterizado pela monocultura, pelas grandes extensões das propriedades e pelo uso da mão-de-obra escrava importada da África (FURTADO, 1964). Embora o cultivo da cana-de-açúcar subsista até hoje no litoral nordestino, foi ofuscado, ainda no século XVIII, por dois fatores — a ascensão de um outro ciclo, o da mineração no interior de Minas Gerais; e o início do plantio da cana-de-açúcar nas Antilhas Holandesas —, que depressiram os preços do produto nos mercados europeus.

O ciclo do café foi o mais duradouro e o que produziu resultados mais perenes no Brasil. Começou em meados do século XIX, com as lavouras estendendo-se do Rio de Janeiro em direção a São Paulo e ao Norte do Paraná. No século XX o café permaneceu como o principal produto da pauta de exportações brasileiras e impulsionou o desenvolvimento econômico de São Paulo. Paralelamente, ocorria o ciclo da borracha na Amazônia (entre 1880 e 1920, declinando com o início da produção inglesa no Sudeste da Ásia) e, na Bahia, o ciclo do cacau, de importância relativamente menor.

O ciclo do café trouxe uma contribuição inédita à economia brasileira: os excedentes acumulados na cultura cafeeira e que não podiam ser reinvestidos devido às sucessivas crises de superprodução foram canalizados para a formação de uma estrutura industrial no estado de São Paulo (MELLO, 1984). Inicialmente produtor de bens finais, esse conjunto de indústrias transformou-se nas décadas seguintes no maior parque industrial da América Latina, alterando significati-

“A primeira crise do petróleo, em 1973, despertou o Brasil para a necessidade de recorrer a outras alternativas energéticas”

vamente a economia brasileira. É evidente, porém, que esse processo de industrialização foi favorecido pelas turbulências internacionais, decorrentes da Grande Depressão e de duas guerras mundiais (o que inibiu o comércio internacional e favoreceu a indústria doméstica), e pela opção do Governo Vargas de estimular a industrialização brasileira (ABREU, 1990).

Esse conjunto de transformações fez com que, nas décadas seguintes, o Brasil fosse alçado à condição de uma das maiores economias do mundo, dotado de um considerável parque industrial. No limiar de mais um ciclo econômico, entretanto — o dos biocombustíveis —, o Brasil ainda enfrenta o desafio de superar a condição de país exportador de bens primários. É o que será discutido na seção seguinte.

EVOLUÇÃO DOS BIOCOMBUSTÍVEIS NO BRASIL

A primeira crise do petróleo, em 1973, despertou o Brasil para a necessidade de recorrer a outras alternativas energéticas. O país crescia a taxas robustas desde meados da década anterior e a elevação dos preços do combustível representava um entrave à continuidade do “milagre econômico”, já que o valor das importações do país saltou de US\$ 600 milhões em 1973 para US\$ 2,5 bilhões no ano seguinte (BERTELLI, 2007). O recurso adotado foi investir em infra-estrutura e refino do petróleo brasileiro — o que exigiu quase uma década de maturação (CASTRO; SOUZA, 1988) — e, como medida adicional, utilizar o álcool obtido da cana-de-açúcar como fonte complementar. Outras alternativas

utilizadas para superar a “crise energética” foram os investimentos em hidrelétricas e a construção de uma usina nuclear em Angra dos Reis (PAIXÃO, 2007).

O segundo choque do petróleo, em 1979, fortaleceu a opção pela produção de álcool com o Proálcool. A projeção era produzir 7,7 bilhões de litros em cinco anos, utilizando a cana-de-açúcar e a mandioca, o babaçu e o sorgo sacarino. Parte dos investimentos em destilarias e lavouras foram financiados pelo Estado (FONTENELLE, 2007). A decisão de utilizar o álcool como combustível de veículos partiu do presidente Ernesto Geisel, em 1975, quando visitou o Centro Tecnológico da Aeronáutica e se convenceu de que era uma alternativa viável aos combustíveis fósseis (BERTELLI, 2007). Além de representar uma alternativa à dependência do país em relação ao petróleo, a opção pelo álcool também significou a possibilidade dos usineiros de açúcar superarem uma crise que se arrastava desde o século anterior (PAIXÃO, 2007).

Entre 1973 e 1984 a participação do álcool na matriz energética brasileira se elevou de 8% para 12,2%. A dependência do petróleo diminuiu (passou de 42,8% em 1973 para 32,9% onze anos depois) e a energia hidrelétrica, o carvão, o xisto e o gás natural cresceram em importância, embora a fonte mais empregada tenha se tornado a energia hidrelétrica, que saltou de 19% para 28,8% no mesmo intervalo (PAIXÃO, 2007).

Os automóveis movidos a álcool deram um impulso significativo na indústria sucroalcooleira. Em 1981, 30% dos veículos produzidos no Brasil utilizavam o álcool como combustível; esse percentual saltou para 96% cinco anos depois, quando atingiu o auge (PAIXÃO, 2007). Mesmo nessa fase inicial de sucesso, o Proálcool enfrentou dificuldades, principalmente relacionadas a problemas apresentados pelos motores dos automóveis, o que exigiu esforços técnicos consideráveis para a correção.

Em 1987 o Proálcool começou a enfrentar grandes adversidades. Entre elas estão a elevação dos preços do açúcar nos mercados internacionais (o que estimulou a redução da produção de álcool no Brasil) e a estabilização dos preços do petróleo no Oriente Médio (PAIXÃO, 2007). Nessa época também os investimen-

tos brasileiros no setor petrolífero haviam maturado e o país produzia boa parte do petróleo que consumia (CASTRO; SOUZA, 1988).

Um outro fator afetou de maneira ainda mais decisiva a produção de álcool combustível no Brasil à época: o esgotamento das possibilidades de financiamento público do setor. O ajustamento norte-americano de 1979 restringiu as possibilidades de financiamento dos países periféricos no início da década de 1980 (CARNEIRO; MODIANO, 1990; CASTRO; SOUZA, 1988) e o setor sucroalcooleiro passou incólume, mesmo com o ajuste ortodoxo que reduziu o crescimento da economia. Em 1987 o Brasil enfrentava graves problemas de *déficit* público e o financiamento foi reduzido drasticamente, o que mergulhou o setor em dificuldades que se estenderam por toda a década seguinte (PAIXÃO, 2007).

A consciência de que o petróleo constitui uma fonte energética finita, o surgimento de novos conflitos no Oriente Médio — o que tem elevado de maneira consistente os preços do petróleo no mundo — e os problemas ambientais decorrentes do chamado “Aquecimento Global” trouxeram novamente os biocombustíveis à ordem do dia na discussão sobre alternativas energéticas no Brasil e no mundo. É o que será tratado na próxima seção.

PARA ALÉM DO “CICLO DOS BIOCOMBUSTÍVEIS”

Há 150 anos o petróleo constitui o principal elemento da matriz energética mundial. Sua utilização está vinculada aos grandes avanços que a humanidade experimentou no último século e meio, notadamente no setor de transportes, que legou o avião, o automóvel e os grandes caminhões (SACHS, 2007). Pode-se deduzir, portanto, que o uso do petróleo como matriz energética foi uma das alavancas do desenvolvimento capitalista, encurtando as distâncias e favorecendo o aumento da velocidade de circulação de mercadorias.

O chamado “pico do petróleo”, porém, ainda não se deu. Estima-se que aconteça na próxima década e que o declínio do produto como matriz energética ocorra ra-

pidamente, pois são previstos demanda crescente e rápido esgotamento das fontes existentes. A combinação desses fatores elevará o preço do barril, que alcançará a marca de US\$ 100 (SACHS, 2007). À época a humanidade estará desenvolvendo alternativas energéticas que substituam o petróleo, como o hidrogênio líquido e a fusão a frio (CRAIDE, 2007), já que estimativas apontam que os biocombustíveis substituam cerca de 20% do combustível fóssil empregado hoje.

Os biocombustíveis, apesar da importância para o Brasil, não substituirão integralmente os combustíveis fósseis no mundo, pois calcula-se que essa substituição total exigiria áreas cultiváveis quatro vezes maiores que a terra, apenas para o plantio de cana e de oleaginosas (CRAIDE, 2007). Para o Brasil, porém, o produto constitui uma realidade, já que 43,6% da matriz energética do país é proveniente da biomassa e 2% do diesel utilizado é misturado a óleo vegetal, estando prevista adição de 5% até 2010 (POMPONET; SGANZERLA, 2006). Prevê-se que em 2030 os biocombustíveis sejam responsáveis por 4% a 7% dos transportes rodoviários no mundo, contra apenas 1% atualmente. Esse aumento se refletirá também no aumento da área plantada, que passará de 1% das áreas cultiváveis hoje no mundo para algo entre 2% e 3,5%.

Estima-se que alguns países farão uso mais intensivo dessa fonte energética, como o próprio Brasil, os Estados Unidos e a União Européia. Os norte-americanos, inclusive, já tentam uma aproximação com o Brasil no setor, pois o presidente George W. Bush esteve no país em março, quando a questão foi bastante discutida e ganhou grande destaque na imprensa. Nessa ocasião foi assinado um acordo de cooperação tecnológica entre os dois países para elevar a produção (BUSH..., 2007). O próprio irmão do presidente dos Estados Unidos, Jeb Bush, foi um dos criadores da “Comissão Hemisférica de Bioenergia”, à qual se incorporou o brasileiro Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura. Segundo o ex-ministro, pensa-se em criar um espaço para a produção de agroenergia com geração de conhecimento, tecnologia e produtos de alto valor agregado (MORAES, 2007).

O desafio brasileiro para romper a lógica dos ciclos econômicos anteriores reside justamente aí: na ca-

pacidade de desenvolver tecnologias para a produção do etanol para não apenas dominar integralmente a cadeia produtiva dos biocombustíveis, obtendo maior produtividade e valores mais elevados pelo produto, mas também ofertando equipamentos com alto valor agregado para outros países interessados no aproveitamento da biomassa. Na América do Sul há pelo menos dois países interessados na produção do biodiesel: a Colômbia (interessada na produção a partir da palma africana); e o Paraguai, com quem o Brasil firmou um acordo de cooperação há três anos.

Esse desenvolvimento exige substanciais investimentos e a consolidação de parcerias estratégicas. Para tanto, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, coordenado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, estrutura-se, firmando parcerias com a iniciativa privada e com estados da Federação. Um dos primeiros desdobramentos dessa parceria foi o mapeamento da competência instalada no Brasil. As áreas de atuação estão divididas em: agricultura, bens de capital e processos produtivos, rotas tecnológicas e co-produtos.

A área agrícola, considerada prioritária, contempla ações de zoneamento, variedades vegetais e oleaginosas, processamento e modelagem. São conduzidas também pesquisas em testes e ensaios com motores, destino e uso de co-produtos (derivados do processo de geração do biodiesel, como o farelo, a torta e a glice-

rina), controle de qualidade dos combustíveis, armazenamento e formação de recursos humanos (MORAES, 2007). Além da habitual escassez de recursos brasileira, um dos grandes gargalos é a formação de mão-de-obra qualificada para trabalhar no setor.

Embora desenvolva tecnologias para o aproveitamento dos biocombustíveis há muitos anos, o Brasil enfrenta o risco real de perder espaço para países como os Estados Unidos, que podem superar o Brasil na oferta de equipamentos de alta tecnologia voltados para a produção de biocombustíveis.

O governo brasileiro anuncia que pretende combinar à produção de biocombustíveis a inclusão social, mobilizando agricultores familiares para a produção de oleaginosas, principalmente na região Nordeste. Aí reside talvez o maior desafio brasileiro para romper a lógica dos ciclos econômicos anteriores: fazer com que o *boom* de crescimento proporcionado pelos biocombustíveis se traduza em desenvolvimento econômico — o que não ocorreu nos ciclos anteriores — e favoreça os excluídos das etapas anteriores de prosperidade.

O êxito da inclusão social depende diretamente da socialização desse desenvolvimento tecnológico, permitindo que os agricultores familiares atuem também no beneficiamento das oleaginosas e agreguem valor ao produto, elevando seus rendimentos (POMPONET; SGANZERLA, 2006). Fugir a esta lógica é reproduzir o modelo primário-exportador excludente que marcou os ciclos econômicos anteriores da economia brasileira.

O desafio brasileiro para romper a lógica dos ciclos econômicos anteriores reside justamente aí: na capacidade de desenvolver tecnologias para a produção do etanol para não apenas dominar integralmente a cadeia produtiva dos biocombustíveis

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As perspectivas para o Brasil são promissoras em relação ao “ciclo dos biocombustíveis” que se desenha para as próximas décadas, quando se esgotarão as fontes de combustíveis fósseis e a humanidade necessitará promover alterações em sua matriz energética. Produtor há décadas de combustíveis derivados da biomassa, o Brasil dispõe de espaços agricultáveis e vem desenvolvendo tecnologia que permite ao país recorrer com sucesso a essa alternativa energética renovável.

Para firmar-se como exportador de biocombustíveis de qualidade e de produtos com elevado valor agregado, entretanto, o país precisa priorizar investimentos em desenvolvimento científico e tecnológico e, sobretudo, esforçar-se para qualificar a mão-de-obra brasileira. Esse é o caminho para suplantar a lógica primário-exportadora dos ciclos econômicos anteriores.

A ruptura desse padrão viciado do passado exige atenção também para outro aspecto crucial: a distribuição dos resultados econômicos decorrentes desse novo ciclo, contemplando os segmentos excluídos da sociedade brasileira, principalmente os agricultores familiares residentes nas regiões mais atrasadas do país. A despeito de todo o entusiasmo governamental com o aproveitamento dos pequenos agricultores na produção de matéria-prima para os biocombustíveis, existe a preocupação em ir além do mero plantio de oleaginosas, agregando valor em etapas posteriores do processo produtivo.

Superar esses problemas, ingressando no circuito dos países exportadores de produtos com alto valor agregado e absorvendo para a esfera produtiva a população excluída, representará para o Brasil a oportunidade de dar um grande impulso em direção à erradicação da pobreza no país.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo. Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930-1945. In: _____. (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p.73-104.
- BERTELLI, Luiz Gonzaga. A verdadeira história do Proálcool. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 16 nov. 2005. Disponível em: <<http://www.clipping.planejamento.gov.br/Noticias>>. Acesso em: 8 ago. 2007.
- BUSH deixa Brasil com acordo sobre etanol, mas sem ceder na tarifa. *Universo Online*, 9 mar. 2007. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/2007/03/09/ult23u306.jhtm>>. Acesso em: 6 ago. 2007.
- CARNEIRO, Dionísio; MODIANO, Eduardo. Ajuste externo e desequilíbrio interno: 1980-1984. In: ABREU, Marcelo (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p.323-344.
- CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Eduardo Pires de. *A economia brasileira em marcha forçada*. São Paulo: Paz e Terra, 1988. 217p.
- CRAIDE, Sabrina. Biocombustíveis e energia eólica são apontados como principais alternativas energéticas para o Brasil. *Agência Brasil*. Brasília, 17 abr. 2007. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/04/17/materia.2007-04-17>> Acesso em: 06 ago. 2007.
- FONTENELLE, Christina. *O conto dos biocombustíveis*. Disponível em: <<http://www.diegocasagrande.com.br/index>>. Acesso em: 8 ago. 2007.
- FRANZIN, Adriana. Rodrigues diz no Diálogo Brasil que produção de etanol pode aumentar. *Agência Brasil*, Brasília, 10 maio 2006. Disponível em: <<http://www.radiobras.gov.br/abrn/brasilagora>>. Acesso em: 8 ago. 2007.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1964. 292 p.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. 182 p.
- MORAES, José Carlos de. Comissão planeja pólo de agroenergia no Brasil. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 4 mar. 2007. Disponível em: <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=340436>>. Acesso em: 8 ago. 2007.
- PAIXÃO, Marcelo. *O Proálcool enquanto uma política energética alternativa: uma resenha crítica*. Disponível em: <<http://www.brasil sustentavel.org.br/textos/texto7.rtf>>. Acesso em: 8 ago. 2007.
- POMPONET, André Silva. *Determinantes do processo de industrialização periférica da Bahia*. 2002. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Curso de Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2002.
- POMPONET, André; SGANZERLA, Célia. Vantagens e desafios da cultura mamoneira na Bahia. *Bahia Análise & Dados*. Salvador, v.16, n.1, p. 143-150, jun. 2006.
- SACHS, Ignacy. A revolução energética do século XXI. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n.59, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142007000100003&script=sci_arttext>. Acesso em: 8 ago. 2007.
- VEJA a íntegra da declaração conjunta dos presidentes Bush e Lula. *Folha Online*, São Paulo, 31 mar. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u106039.shtml>>. Acesso em: 7 ago. 2007.



Inserção baiana no comércio internacional nos anos de 1989-1996-2006, segundo metodologia UNCTAD

Bruno Rodrigues Pinheiro*
Rodnei Fagundes Dias**

Na década de 1950, as exportações baianas estavam concentradas em produtos agropecuários, sobretudo cacau. Essa situação não trazia rebatimentos diretos sobre a produção local, uma vez que a maioria dos produtos adquiridos era oriunda de outros estados, em especial aqueles da região Sudeste/Sul, em decorrência, entre outros fatores, da lógica geográfica da Bahia (AGUIAR, 1977).

Com a descoberta de petróleo no Estado, há uma mudança nesta concepção. Os governos federal e estadual passam a se interessar em desenvolver a indústria petroquímica, que culmina com a criação da Petrobras, em 1954 e, posteriormente, da Refinaria Landulfo Alves (RLAM).

Nas décadas seguintes, ocorre um aprofundamento dos investimentos relacionados a essa indústria, com a criação do Centro Industrial de Aratu (CIA) e do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), iniciando o processo de modificação na estrutura produtiva do Estado, o que acaba por gerar mudanças em sua pauta de exportações.

Na década de 1990, com a abertura comercial, as exportações dos setores petroquímico e metalúrgico perdem força em função da forte concorrência internacional. Não obstante, surge no cenário a indústria de celulose, que passa a ter uma importante contribuição na pauta exportadora do Estado.

* Aluno do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia e bolsista do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC). brpinheiro@yahoo.com.br

** Mestre em Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia e bolsista do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC). rodnei@ufba.br

Ao final da mesma década, a implantação da Ford abre uma nova perspectiva para a pauta de exportações, haja vista que boa parte de sua produção é destinada a atender ao mercado externo.

Desta forma, é possível ressaltar que a pauta de exportações baianas vem se modificando em paralelo à mudança em sua matriz industrial — no começo de século XX, concentrada em produtos agrícolas; no início do século XXI, concentrada em produtos industrializados. Um exemplo disso é a composição das exportações no período recente, como mostra o Gráfico 1.

É fato que houve uma alteração na pauta de exportações da Bahia, decorrente da mudança em sua matriz industrial. Há que se questionar se essa mudança realmente aconteceu, tendo como base o valor agregado de cada produto, pois, com base na classificação tradicional (básicos, semi-manufaturados e manufaturados), é possível encontrar produtos de diferentes conteúdos tecnológicos agrupados sob a mesma categoria.

Muitos estudos recentes têm apontado a deficiência desta classificação. A *United National Conference on*

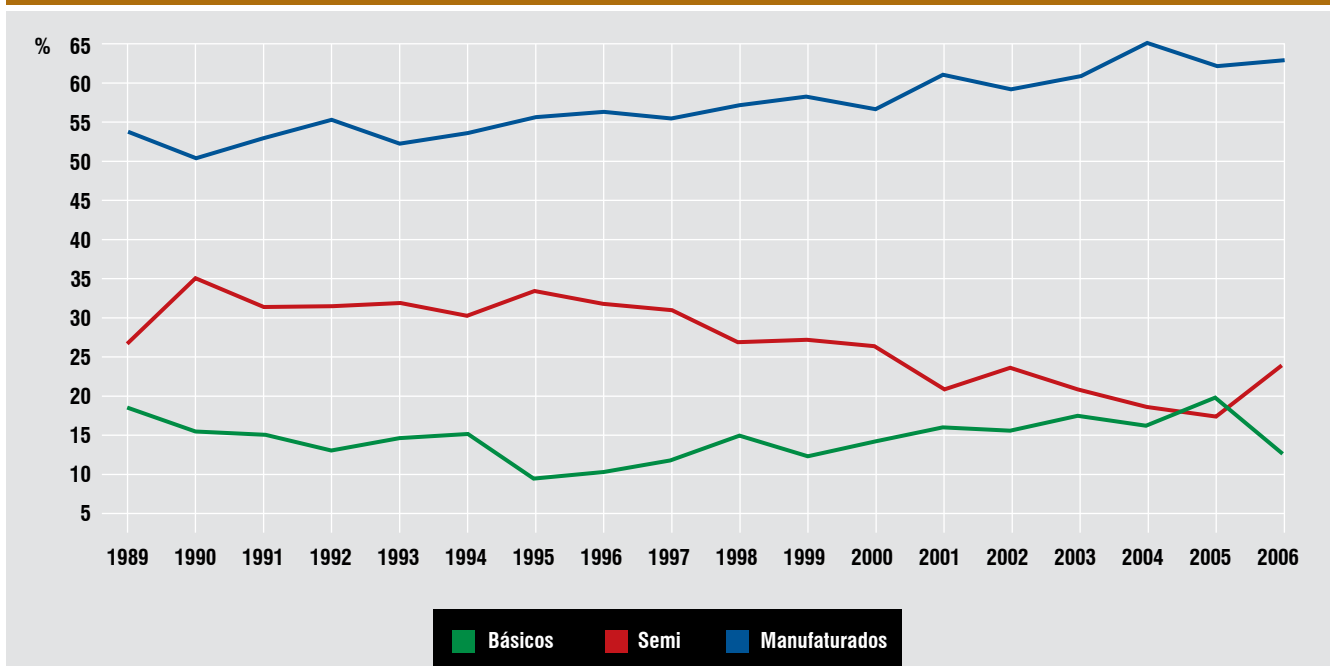
Trade and Development (UNCTAD), por exemplo, lançou recentemente um estudo que propõe a adoção de uma nova metodologia para a classificação das mercadorias comercializadas mundialmente.

Essa metodologia qualifica os grupos de produtos com base na média de crescimento anual de suas exportações durante o período de 1980 a 1998, usando tal resultado como uma indicação de seu “dinamismo de mercado”. Além disso, cada grupo de produtos é classificado em diferentes categorias, de acordo com uma combinação de tecnologia, intensidade de capital e características de escala.

Desta forma, sob os critérios de análise desenvolvidos pela UNCTAD, este trabalho tem como objetivo buscar entender a inserção baiana no comércio internacional, reclassificando sua pauta de exportações nos anos de 1989, 1996 e 2006¹. Seu desenvolvimento encontra-se

¹ Os anos escolhidos retratam três momentos importantes da trajetória recente da economia brasileira: 1989, dois anos antes da abertura comercial indiscriminada promovida pelo governo Collor; 1996, com o Plano Real implantado e adoção de uma política cambial baseada na flutuação pelo sistema de “bandas”; e 2006, período mais recente, cuja política cambial baseada na “livre” flutuação já se encontra consolidada.

Gráfico 1
Exportação por Fator Agregado: Bahia, 1989- 2006



Fonte: MDIC

dividido em duas seções: a primeira trata da nova metodologia adotada pela UNCTAD de forma mais por menorizada; a segunda, apresenta os resultados utilizando essa nova classificação, tentando responder ao questionamento inicial a respeito da inserção baiana no comércio internacional, sobretudo com relação a suas exportações. Por fim, são expostas as principais conclusões à luz desta metodologia.

METODOLOGIA UNCTAD

A UNCTAD desenvolveu uma nova metodologia para classificação das mercadorias comercializadas no mercado mundial, tendo como base a intensidade tecnológica dos produtos. Essa classificação² apresenta o novo critério para análise da evolução do comércio internacional. Recentemente, essa classificação foi revista e aprimorada, incorporando produtos que outrora não foram classificados (UNCTAD, 2002).

A nova metodologia tem como base a classificação *Standard International Trade Classification* (SITC), utilizada no comércio internacional, que adota os seguintes critérios: i) natureza da produção de mercado; ii) o estágio de processamento dos bens; iii) as práticas de mercado; iv) a importância do bem; e v) as mudanças tecnológicas. Diante disso, a UNCTAD sugere à comunidade internacional que apresente suas estatísticas baseando-se nessa metodologia, para que seja possível uma homogeneização na comparação das mercadorias comercializadas entre os países.

Na nova classificação, o critério de agrupamento das mercadorias respeita a intensidade tecnológica utilizada para o processamento. Com isso, cada grupo de produto é classificado da seguinte forma:

- A. *Commodities* primárias.
- B. Intensivo em trabalho.
- C. Manufatura com baixa tecnologia.

- D. Manufatura com média tecnologia.
- E. Manufatura com alta tecnologia.
- F. Produtos não classificados.

No Brasil, a classificação do comércio exterior era pautada pela Nomenclatura Brasileira de Mercadoria (NBM), utilizada de janeiro de 1989 até dezembro de 1995. Com o advento do Mercosul, o Brasil e seus integrantes resolveram padronizar suas estatísticas referentes ao comércio internacional, utilizando uma nova metodologia de classificação: a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). Ambas as nomenclaturas tiveram por base o Sistema Harmonizado de Designação e Classificação de Mercadorias (SH).

Este sistema é formado por seis dígitos, os quais representam, em conjuntos de duas unidades, respectivamente, o capítulo, a posição e a subposição da referida mercadoria. De acordo com o interesse de especificação de mercadorias, o SH possibilita aos países a criação de mais dígitos identificadores, como no caso do Mercosul que, por exemplo, utiliza atualmente uma classificação da ordem de oito dígitos.

Para os fins propostos por este trabalho, o critério de reclassificação das exportações baianas, pautado pela nova metodologia da UNCTAD (Rev. 4), seguiu as seguintes etapas: i) a pauta de exportações de 1989, classificada de acordo com a NBM, teve que ser homogeneizada para a NCM. Como essa classificação é baseada no Sistema Harmônico (SH), que é mais agregado, bastou fazer a devida correlação entre o SH e o SITC; ii) para mercadorias de 1996 em diante, que já estão classificadas sob a nomenclatura NCM, bastou fazer a devida correlação com o SH e, posteriormente, com o SITC. Dessa forma, chega-se a uma reclassificação da pauta exportadora baiana, utilizando-se a nova metodologia de classificação da UNCTAD, com base na intensidade tecnológica³. É possível observar as etapas desse processo no exemplo a seguir:

² Publicada na *Trade and Development Report: Annex 1 to chapter III – Growth and Classification of World Merchandise Exports* em 2002.

³ Vale lembrar que a tabela de correlação entre NBM x NCM está disponibilizada no site do Ministério de Desenvolvimento (www.mdic.gov.br). A correlação entre SH x SITC está disponibilizado no site da UNCTAD (www.unctad.org).

Quadro 1
Metodologia para a reclassificação das exportações brasileiras

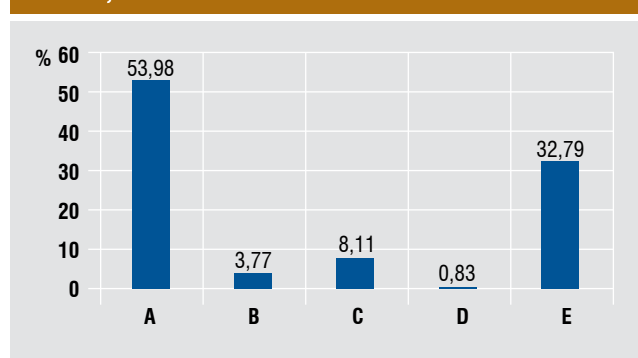
Código NBM	Nome NBM	Código NCM	Nome NCM	Código SH	Código SITC	Intensidade tecnológica
0102.10.0100	Bovinos reprodutores de raça pura	0102.10.10	Bovinos reprodutores de raça pura. Prenhe ou cria ao pé	0102.10	001.11	A

Fonte: Elaboração própria

ANÁLISE DOS DADOS

Feita a apresentação da nova metodologia elaborada pela UNCTAD, esta seção propõe-se a analisar alguns resultados obtidos sob a égide desta nova classificação. Assim, o Gráfico 2 ilustra a participação relativa por intensidade tecnológica nas exportações baianas em 1989.

Gráfico 2
Participação relativa por intensidade tecnológica: Bahia, 1989



Fonte: MDIC/UNCTAD. Elaboração própria

Como pode ser observado no Gráfico 2, a maior parte das exportações baianas no ano de 1989 baseava-se em commodities (A): 54%. Por sua vez, os produtos considerados de média (D) e alta (E) tecnologia, totalizaram 34% das exportações realizadas naquele ano.

Esse resultado indica que a Bahia havia ingressado no comércio internacional, já no final da década de 1980, como um Estado tipicamente exportador de produtos de baixo valor agregado, ao contrário do que apontava a classificação tradicional das exportações para o período, na qual o estado apresentava uma participação de 18,6% em produtos básicos e 81% em produtos industrializados.

Em 1989, com a eleição do Governo Collor, algumas medidas tocantes à liberalização comercial foram promovidas no Brasil, como destacado por Dias e Pinheiro (2007). Essas medidas prejudicaram a inserção externa dos produtos baianos, sobretudo aqueles relacionados à indústria petroquímica e metalúrgica. Apesar disso, mostraram-se importantes para a estabilização da moeda brasileira, ocorrida após a implantação do Plano Real.

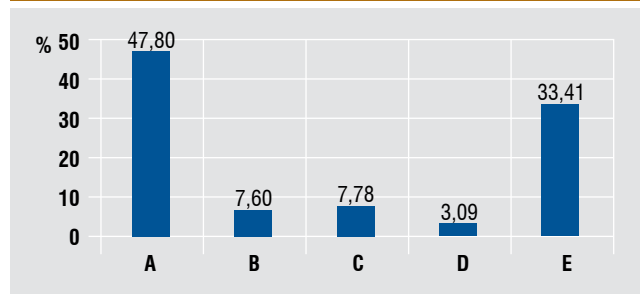
O Plano Real, implantado a partir de 1993, aprofundou a abertura comercial brasileira. Isso acabou impactando na pauta de exportações baianas, que ficaram expostas a maior competição internacional, especialmente porque o câmbio valorizado desfavorecia seus ganhos de competitividade e mercado.

A valorização cambial dificultou consideravelmente as exportações brasileiras, em especial naqueles setores em que o país ainda não possuía maturidade necessária para enfrentar a forte concorrência externa. Diante disso, setores da economia que poderiam elevar o mon-

“A valorização cambial dificultou consideravelmente as exportações brasileiras, em especial naqueles setores em que o país ainda não possuía maturidade necessária para enfrentar a forte concorrência externa”

tante das exportações baianas relacionadas a produtos de alto valor agregado, especialmente aqueles ligados à produção de bens intermediários, foram obrigados a sair do mercado ou a se fundirem com grandes empresas transnacionais. O Gráfico 3 ilustra a situação das exportações baianas no ano de 1996.

Gráfico 3
Participação relativa por intensidade tecnológica:
Bahia, 1996



Fonte: MDIC/UNCTAD. Elaboração própria

Com base nos resultados, observa-se certa estabilidade na participação tanto dos produtos com baixa tecnologia (C) quanto dos produtos de alta tecnologia (E) em relação a 1989. Além disso, houve uma significativa queda (6,9 p.p.) nas exportações de *commodities* primárias (A), um considerável aumento, de 373% e 202%, respectivamente, na participação dos produtos de média tecnologia (D) e nos produtos intensivos em mão-de-obra (B).

Analisando os 10 principais produtos intensivos em mão-de-obra (B), constata-se, em 1989, a predominância de artigos derivados de sisal (58%), de matéria-prima derivada do couro (26%) e de derivados da celulose (4%). Já em 1996, houve uma mudança na composição desse mesmo grupo, que passou a ter o segmento derivado de celulose como seu principal produto (38%), seguido por artigos derivados do sisal (17%) e matéria-prima derivada do couro (16%). É importante ressaltar que o grupo “celulose” não só diversificou a matriz industrial da Bahia, como alterou a dinâmica exportadora de alguns produtos, que ganharam relevância desde então.

Com relação aos 10 principais produtos de média tecnologia (D), no ano de 1989, observa-se o domínio da

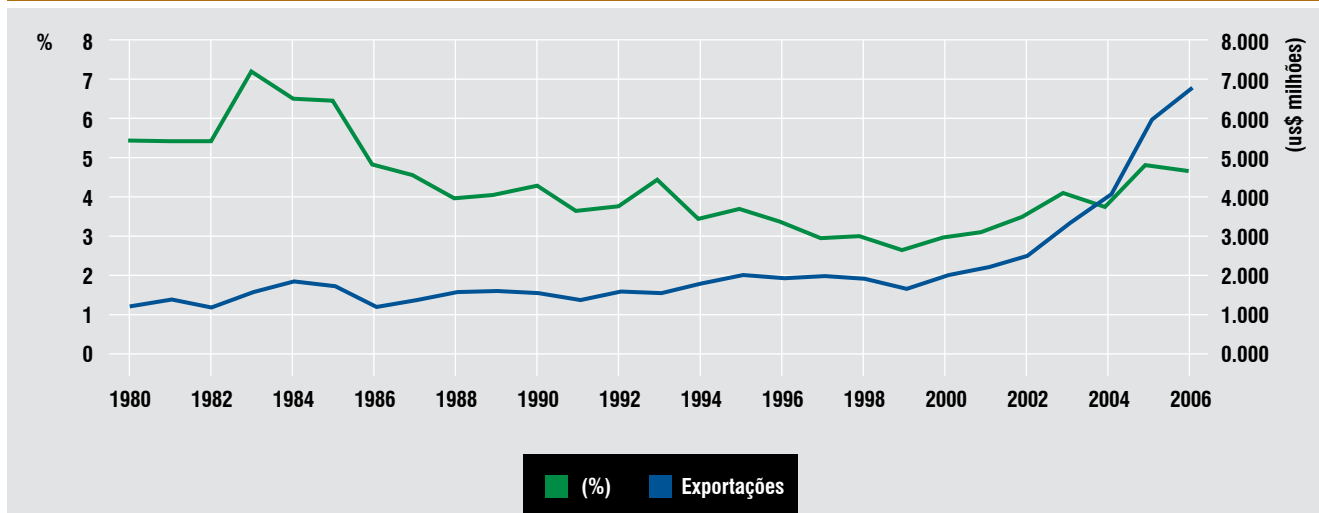
queles relacionados à indústria de autopeças (29%) e de derivados da indústria petroquímica (28%). Em 1996, ocorreu um crescimento na participação dos produtos relacionados à indústria de autopeças (que passou a representar 43% do setor) e uma acentuada queda nos produtos derivados da indústria petroquímica (que passou a representar apenas 7% do setor).

Cabe destacar que a indústria petroquímica fora bastante prejudicada com o advento da abertura comercial, como destacou Teixeira e Guerra (2000, p. 6-7):

Desde sua implantação, a petroquímica tem comandado o desempenho do setor químico e da própria indústria de transformação do estado. Nos primeiros anos da década de 90 ela viveu um período de relativa estagnação, ainda que tenham sido realizados alguns investimentos em ampliação de capacidade produtiva. A difícil conjuntura vivida por este segmento industrial brasileiro, desde o início do Governo Collor, não induzia significativos dispêndios empresariais. O forte desaquecimento do mercado interno, combinado com a queda das alíquotas de importação, num cenário internacional de superoferta, provocaram uma inundação de importações petroquímicas no mercado nacional. Nesse contexto, a repetição da estratégia adotada pela petroquímica baiana, na primeira metade da década de 80, de utilizar o mercado externo como escoadouro da produção não realizada internamente, tornou-se inviável, não apenas pela existência de grandes excedentes no mercado internacional, mas também pelas mudanças ocorridas nas políticas governamentais, destacando-se a abrupta redução de incentivos e subsídios às atividades exportadoras.

Com relação à indústria de autopeças, o expressivo aumento no volume de exportações deve-se à implantação e ampliação das plataformas de produção, com vistas a atender aos mercados mais dinâmicos, especialmente América Latina e Extremo Oriente (RATTNER, 1996).

Analisando as maiores exportações da Bahia em 1996 de modo global, constata-se uma estabilidade na participação dos produtos por categoria em relação a 1989,

Gráfico 4**Exportações da Bahia e participação nas exportações brasileiras: 1980 - 2006**

Fonte: MDIC/SECEX. Elaboração própria

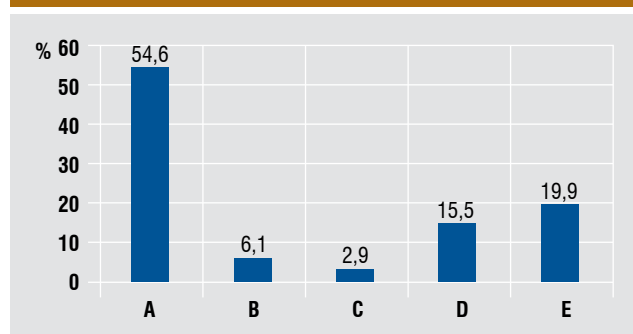
com destaque para o segmento de pasta química de madeira (que totalizou 6,04% do total exportado pelo Estado), um subproduto originário da indústria de celulose, que demonstra o vigor que este setor passa a apresentar tanto na participação das exportações quanto na dinâmica interna da indústria baiana.

Ainda em 1996, cabe destacar que a prevalência de produtos derivados da celulose ocorre tanto em commodities primárias (A) quanto em produtos intensivos em mão-de-obra (B). É importante ressaltar que os produtos deste setor são enquadrados na classificação tradicional como produtos industrializados. Daí a importância de classificações mais minuciosas, como a da UNCTAD, capazes de trazer maior nível de detalhamento aos produtos que são exportados.

O regime baseado no sistema de âncora cambial permaneceu em vigor no país até o final de 1998, quando, em função da forte crise russa, “forçou” a economia a adotar o regime de câmbio flutuante. Esperava-se, com essa mudança, que as exportações nacionais e baianas voltassem a galgar posições mais favoráveis no cenário internacional. O Gráfico 4 aponta a reversão ocorrida nas exportações baianas após a mudança no regime cambial aliado ao crescimento da demanda externa, especialmente oriunda dos EUA e dos países latino-americanos:

A partir de 2000, as exportações baianas voltaram a apresentar um ritmo de crescimento mais acelerado, que culminou, no ano passado, no estabelecimento de uma nova marca histórica para o valor dessas exportações. O gráfico 5 ilustra as exportações baianas no ano de 2006, de acordo com a classificação proposta pela UNCTAD:

Os resultados apontam direções bastante distintas em relação a 1996. As *commodities* (A), mais do que nunca, passaram a dominar a pauta exportadora da Bahia: em 1996, representavam 47% do total; em 2006, passaram a representar quase 55%. Esse resultado pode

Gráfico 5**Participação relativa por intensidade tecnológica: Bahia, 2006**

Fonte: MDIC/UNCTAD. Elaboração própria

ser atribuído à acentuada expansão das fronteiras agrícolas ocorridas no Estado, aliada ao crescimento na exportação de petróleo e de seus derivados, que, conjuntamente, representaram 43% do total de produtos exportados deste setor (A).

Outro resultado importante ocorre no grupo de produtos de baixa tecnologia (C), que apresentou uma retração em relação a 1996 da ordem de 63%, confirmando uma tendência observada desde 1989. Com relação à composição interna do grupo, percebe-se a predominância de produtos oriundos da cadeia metalúrgica para todos os anos analisados neste trabalho.

Alguns fatores podem auxiliar na compreensão desta trajetória. A exaustão das fontes minerais, em especial aquelas relacionadas ao minério de ferro, a realocação das plantas para outros Estados e/ou países depois do processo de privatização ocorrido internamente e o novo ordenamento mundial do setor podem ser apontados como causa dessa redução.

Os produtos de média tecnologia (D) também apresentaram, na comparação entre 1996 e 2006, uma forte elevação em sua participação relativa, saindo de 3,09% para 15,49% do total exportado. Esse resultado é atribuído à entrada em operação do Projeto *Amazon* implementado pela Ford no Estado, em que boa parte da produção é destinada a atender ao mercado internacional, sobretudo a América Latina.

É importante destacar que, além do automóvel propriamente dito, a implantação da indústria automobilística e seus produtos correlatos compõem, atualmente, 95% do total do grupo D, número bastante representativo, que aponta a importância adquirida pelo setor nas exportações do grupo e na dinâmica industrial do Estado, como previsto nos estudos de Teixeira e Guerra (2000).

O crescimento das relações multilaterais no âmbito do Mercosul também precisa ser considerado, quando se identifica o crescimento das exportações de produtos ligados a todos os grupos, em especial ao grupo D. As estratégias das indústrias automobilísticas, aliadas à ausência de indústrias de bens semi-duráveis competitivas nos demais países do referido bloco podem

ajudar a compreender a dinâmica recente deste grupo, como aponta Balanco (2001, p. 16):

Como se sabe, a dinâmica da economia baiana está centrada na produção de bens intermediários, voltados basicamente para o mercado externo. Ao utilizar vantagens comparativas regionais existentes no Estado e modernos padrões produtivos, esses setores passaram a constituir a base produtiva e de sustentação da economia baiana. Durante a consolidação parcial do Mercosul — antes da ocorrência da inflexão cambial brasileira e do aprofundamento da crise Argentina — foram abertas novas oportunidades e desafios para os fluxos de comércio, proporcionando ganhos para os setores que mais se adequaram ao novo cenário do comércio mundial; mas, ao mesmo tempo, acentuou-se a vulnerabilidade dos setores instalados em condições menos competitivas. Poder ser dito, então, que a inserção da Bahia no Mercosul foi favorecida pela existência de uma estrutura produtiva prévia em nosso estado. Esta é decorrente da implantação de uma relativa desconcentração industrial operada no Brasil a partir de 1970, que resultou em uma determinada integração produtiva da economia brasileira. Portanto, este perfil da economia da Bahia adequou-se a uma estratégia de complementaridade entre os países membros do Bloco, o que acabou por estimular o crescimento de seu comércio bilateral, e, ao mesmo tempo, contribuiu para amenizar suas desvantagens locais relativamente aos estados do Sul e Sudeste.

Para os segmentos produtivos mencionados, o Mercosul é um mercado que apresenta grandes oportunidades de geração de divisas. Todavia a capacidade competitiva desses segmentos está relacionada a bens de baixo valor agregado, quase todos *commodities*, vulneráveis, por um lado, a crises de excesso de oferta internacional e, por outro, o que é mais preocupante, fortemente dependente das taxas de crescimento econômico dos países compradores.

No que tange ao grupo E, formado por produtos de alta tecnologia, o que se observa no ano de 2006 é

uma queda considerável de sua participação relativa no total das exportações baianas. Em 1989, esse grupo representava 33% do total exportado, patamar que se manteve em 1996; em 2006, entretanto, representou apenas 20% do total, uma queda importante para o setor mais dinâmico da economia baiana.

Dentro do grupo E, verifica-se a predominância de produtos do setor petroquímico, caracterizando a Bahia como um Estado exportador de bens intermediários, o que mostra o incipiente desenvolvimento na implantação da chamada terceira geração da indústria petroquímica.

CONCLUSÕES

A classificação tradicional da pauta de exportação da Bahia (básicos, semi e manufaturados) encobre uma realidade que pode e deve ser contestada. O nível de agregação dessa metodologia de classificação é muito amplo, comprometendo a análise final dos dados. Contudo o que se pretende não é desqualificar essa metodologia em detrimento daquela recém-elaborada pela UNCTAD; o que se busca é tornar mais amplo o campo de análise, fornecendo diferentes ferramentas para estudar o processo de inserção externa da economia baiana.

Sendo assim, é verdade que a pauta de exportação vem evoluindo ao longo da história, no sentido de um aumento das manufaturas e queda dos produtos básicos. Entretanto essa análise tem que ser ponderada, haja vista que, dentro do grupo manufaturas, o que se destaca são produtos de baixo valor agregado.

A análise da evolução do padrão de inserção externa da economia baiana, sob a nova metodologia da UNCTAD que este trabalho apresentou, mostra que o Estado continua se especializando em produtos de baixo valor agregado, já que mais de 60% da pauta exportadora é concentrada em *commodities* (A) ou produtos intensivos em trabalho (B).

Quando se analisa a outra ponta da pauta, a de alta (E) e média (D) tecnologia, o que se verifica é que são setores altamente oligopolizados. Deste modo, a estratégia de melhorar a inserção externa da Bahia nesses

mercados tem que estar contida, principalmente, nas estratégias dessas empresas. Com isso, o Estado fica numa situação de subordinação relativa para obter incremento tecnológico em sua pauta de exportação.

Cabe destacar que o processo de crescimento da pauta exportadora baiana está diretamente relacionado à mudança da matriz industrial do Estado. Assim, nas fases de intensificação de investimento para mudança dessa matriz, a Bahia consegue alcançar uma posição mais favorável no mercado internacional, mas fica a mercê, geralmente, de investimentos exógenos e espasmódicos (TEIXEIRA; GUERRA, 2000) para se inserir externamente de uma forma mais ativa.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, M. Pinto. Notas sobre o "enigma baiano". *Planejamento*, Salvador, p. 123-136. out./dez. 1977.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Aliceweb*. Disponível em: <<http://alicesweb.develop.gov.br/alice.asp>>. Acesso em: 8 jan. 2007a.
- _____. *Comércio exterior*. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 25 mar. 2007b.
- BALANCO, P. Exportações baianas e integração ao Mercosul: uma análise do desempenho no período 1992-1998. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador: SEI, n. 91, p. 15 - 17, dez. 2001.
- DIAS, R.; PINHEIRO, B. *Análise da pauta de exportações brasileiras com base nos critérios da UNCTAD para os anos de 1989-1996-2006: como tem sido a inserção brasileira no comércio internacional?*. Salvador: UFBA/FCE, 2007. (Relatório Tópicos Especiais NEC). Mimeografado.
- RATTNER, J. País terá fábrica de autopeças portuguesa. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 dez.1996. Caderno Dinheiro, p. 2-7.
- TEIXEIRA, F.; GUERRA, O. 50 anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: SEI, v.10, p. 87-98, jul. 2000.
- UNCTAD. *Trade and development report*. New York and Geneva, 2002. Disponível em: <http://www.unctad.org/en/docs//tdr2002_en.pdf>. Acesso em: 5 set. 2006.
- _____. *Standard international trade classification*. Revision 4. New York and Genebra, 2006. Department of Economics and Social Affairs. Disponível em: <<http://www.unctad.org>>. Acesso em: 5 set. 2006.

Inovação tecnológica na indústria baiana

Carla Janira Souza do Nascimento*

A decisão de inovar está diretamente relacionada com o ambiente econômico. Na atual conjuntura, com redução na taxa básica de juros, inflação estabilizada, expansão do crédito, condições externas favoráveis e programas que facilitam as decisões empresariais, estão expostas as condições propícias para que as inovações sejam implementadas.

O presente artigo tem como objetivo apresentar indicadores de inovação para a indústria baiana. Para tanto, utilizar-se-á a Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica (PINTEC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

Essa Pesquisa, que se encontra na sua terceira edição (2000, 2003 e 2005), oferece um novo e importante conjunto de informações sobre a atividade inovativa da indústria, possibilitando a elaboração de estudos de avaliação do desempenho tecnológico das empresas brasileiras e de proposição de políticas públicas para promover a inovação.

* Economista e técnica da SEI.
carlajanira@sei.ba.gov.br



A PINTEC visa conhecer e analisar o que está sendo feito nas empresas e disponibilizar indicadores nacionais da qualidade e quantidade dos investimentos em inovação tecnológica. Possibilita ainda uma visão abrangente e sofisticada sobre a situação das indústrias e, principalmente, a identificação dos obstáculos que impedem o avanço da atividade inovadora nas empresas, como, por exemplo, a falta de recursos financeiros. Para tanto, um dos seus principais objetivos é mensurar os recursos alocados nas atividades empreendidas para a inovação.

Com relação ao espaço amostral, a PINTEC investiga empresas industriais, constituídas formalmente, ativas e empregando dez ou mais pessoas, em todo o território nacional. As empresas pesquisadas são unidades de decisão que assumem obrigações financeiras e estão à frente das transações de mercado.

Foram realizadas entrevistas diretas (presenciais e por telefone) para obter as informações com todas as empresas da amostra e para assegurar uniformidade no entendimento conceitual da Pesquisa.

Portanto, para atingir o objetivo de apresentar indicadores de inovação para o estado da Bahia, este trabalho coloca resultados da PINTEC para as indústrias inovadoras desse estado. Para tanto, o assunto será exposto em três seções: na primeira são colocados alguns conceitos de inovação; na segunda são apresentados os resultados de algumas variáveis da pesquisa para o estado da Bahia; na terceira explanam-se alguns pontos na relação entre a política de inovação e a política industrial, e alguns instrumentos utilizados pelos agentes econômicos do Estado; por fim são tecidas algumas considerações finais sobre o estudo.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

O entendimento da inovação tecnológica como um processo amplo e complexo supera um enfoque inicial, centrado nos dados referentes à pesquisa e desenvolvimento (P&D) e/ou patentes. No passado, as políticas formuladas para ciência e tecnologia eram voltadas totalmente para investimentos em P&D nos setores produtivos.

Alguns conceitos podem ser colocados, para uma melhor compreensão do que vem a ser “inovação”:

Furtado (2007, p. 2) coloca que:

[...] para Schumpeter, a inovação está sempre associada ao atributo mais raro e mais desigualmente distribuído entre os indivíduos: a capacidade empreendedora. Nela está presente o estado mágico, às vezes; ou a perseverança e a tenacidade, outras vezes; e sempre envolverá risco, sobrepujado pela antevisão dos louros, das recompensas, dos lucros, a moeda comum da realização do capitalismo.

Lemos (1999, p. 4) ressalta a abordagem neo-shumpeteriana que evidencia:

[...] a estreita relação entre o crescimento econômico e as mudanças que ocorrem com a introdução e a disseminação de inovações tecnológicas e

organizacionais. Compreende-se, sob este ponto de vista, que os avanços resultantes de processos inovativos são fator básico na formação dos padrões de transformação da economia, bem como no seu desenvolvimento de longo prazo.

Cassiolato (2005, p. 1) enuncia que:

A inovação – entendida em suas dimensões tecnológica, organizacional, institucional e social – é fator estratégico de sobrevivência e competitividade para empresas e demais organizações. A capacidade de gerar e absorver inovações – tanto incrementais quanto radicais – é elemento-chave da competitividade dinâmica e sustentável.

Para o IBGE (2004, p. 20), que elaborou a Pesquisa, cujos dados são analisados neste estudo,

[...] a inovação tecnológica é definida pela implementação de produtos (bens ou serviços) ou processos tecnologicamente novos ou substancialmente aprimorados. A implementação da inovação ocorre quando o produto é introduzido no mercado ou quando o processo passa a ser operado pela empresa.

Portanto, o conceito de inovação tecnológica está estreitamente relacionado à capacidade empreendedora por meio do conhecimento especializado e internalizado nas empresas com o objetivo de tornarem-se mais competitivas.

Historicamente, o processo de inovação tecnológica nas empresas brasileiras ocorreu porque as empresas eram motivadas pelo Estado ou por mero acaso. A imposição de alguma restrição ao produto para a venda no mercado externo, por exemplo, obrigava o empreendedor à prática de diferenciação dos produtos. Para tanto, eram necessárias inovações que tornassem o produto e/ou processo mais competitivo.

Ainda hoje a atividade inovativa necessita de incentivo. Esta afirmação é facilmente comprovada com o baixo nível de inovação nas indústrias brasileiras. Segundo dados da PINTEC 2005, o número de empresas nacio-

“O entendimento da inovação tecnológica como um processo amplo e complexo supera um enfoque inicial, centrado nos dados referentes à pesquisa e desenvolvimento (P&D) e/ou patentes”

nais que implementaram produto e/ou processo tecnologicamente novo ou substancialmente aprimorado, ou realizaram inovação, corresponde a apenas 33,3% das empresas entrevistadas. Para Tironi (2005, p. 46):

[...] a atividade inovativa da indústria brasileira é insuficiente como elemento propulsor do crescimento econômico, da geração de emprego, da renda e do bem-estar da população. Indicadores de ciência, tecnologia e inovação respaldam esse conceito, e oferecem uma referência para formulações de políticas voltadas a elevação dos investimentos em P&D, de um modo geral, mas especialmente os realizados pelos setores produtivos.

As empresas visam investir em desenvolvimento tecnológico e inovação de produtos e processos. Para tanto, o setor privado necessita contar com políticas voltadas para o incentivo destas atividades.

Outro aspecto que cabe destacar é a internalização do conhecimento nas empresas, que muitas vezes permanece no segundo plano em razão dos ganhos de competitividade.

Para Tironi (2005, p. 49):

embora a diversificação de produtos seja uma importante estratégia competitiva das firmas, principalmente das de grande porte, esse comportamento, por si só, não preenche uma característica do paradigma da sociedade do conhecimento, segundo o qual a inovação é crescentemente baseada na ciência (*science based*).

Os ganhos de competitividade e, por consequência, de lucro, que resultam da implementação de inovações tecnológicas em relação a produtos e processos, são os grandes motivadores para que as empresas invistam em inovação, deixando de lado os ganhos de conhecimento. Esta postura vai de encontro com a verdadeira essência da Ciência & Tecnologia, que é adquirir o conhecimento para o crescimento e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico. Em tese, Furtado (2007, p. 4) afirma que “novos produtos e novas atividades industriais constituem fontes de crescimento para as

“O processo de conhecimento, aprendizagem deve estar estreitamente relacionado com os ganhos de competitividade das empresas”

empresas e permitem-lhes oportunidades de aprendizagem”, e ainda (FURTADO, 2007, p. 14) “a inovação importante não é aquela que possui um grande alcance em si mesma; mas aquela que desencadeia um processo importante.”

Portanto, o processo de conhecimento, aprendizagem deve estar estreitamente relacionado com os ganhos de competitividade das empresas. As políticas públicas formuladas para tornar as empresas mais competitivas, mais inovativas devem ter como principal incentivo a internalização do conhecimento.

RESULTADOS DA PINTEC

Nesta seção estão expostos alguns resultados da PINTEC para o estado da Bahia. No entanto, considera-se apenas um número limitado de informações, dada a multiplicidade de variáveis apresentadas pela Pesquisa.

Inicialmente, é importante antecipar que a Pesquisa conclui que as atividades inovativas na indústria baiana não agem como elementos propulsores do crescimento econômico, dado o caráter incipiente desta atividade nas empresas locais. Este aspecto foi acentuado na seção anterior como característica da indústria brasileira.

Logo, as atividades inovativas ainda fazem parte de um início do processo de desenvolvimento de ciência e tecnologia que as instituições governamentais do estado estão estimulando, por meio de políticas, programas, projetos e ações de curto, médio e longo prazos.

Taxa de inovação

Os resultados da PINTEC 2005 mostram uma redução no total das empresas inovadoras no estado entre os anos de 2003 e 2005 em 4,4 p.p. A taxa de inovação é determinada pelo número de empresas que realizaram pelo menos uma inovação no período sobre o número de empresas industriais pesquisadas e que ocupavam 10 ou mais pessoas. Considerando-se todas as atividades industriais do estado da Bahia, o total das empresas entrevistadas com 10 ou mais pessoas ocupadas somava 1.928, em 2003, e passou a abranger 2.201 empresas em 2005. Em 2003, o número de empresas que realizaram inovação foi de 641, o que correspondeu a uma taxa de inovação de 33,2%. Já em 2005, 633 empresas declararam ter realizado inovações, correspondendo a uma taxa de inovação de 28,8%.

Com relação à natureza da inovação, conforme se pode observar no Gráfico 1, a taxa de inovação de processo é superior à taxa de inovação por produto. Isto reflete o comportamento estrutural da indústria brasileira, que busca redução de custos e eficiência produtiva para atingir a modernização (ARRUDA; VERMULM; HOLLANDA, 2006). Ou, ainda, as empresas visam apenas o lucro e o motivo fundamental para inovar é aumentar as margens de lucro.

Com relação ao tipo de inovação, se ela é *nova para o mercado e/ou para a empresa*, constata-se que, apesar do recuo na taxa de inovação, as empresas que inovaram foram mais empreendedoras, à medida que, tanto em produtos como em processos, as inovações foram *novas para o mercado*. Segundo a PINTEC, em

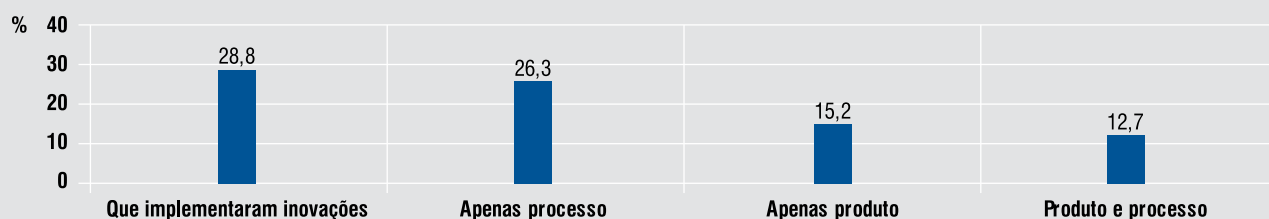
2003, 346 empresas inovaram em produto e apenas 17 foram *novas para o mercado*. Em 2005, das 334 empresas que inovaram em produto, 68 foram caracterizadas como *novas no mercado*. De igual forma, na inovação de processo, em 2003, das 573 empresas, apenas 15 realizaram inovação *nova para o mercado*. Em 2005, das 579 empresas, 48 apresentaram inovações *novas para o mercado*.

A despeito de inovações *para fora do mercado* indicar um aumento de competitividade da empresa no mercado, para alguns analistas deve-se considerar importante a inovação, mesmo *dentro da empresa*, pois isto caracteriza que está ocorrendo um processo de aprendizagem. Como afirma Tironi (2005, p. 48):

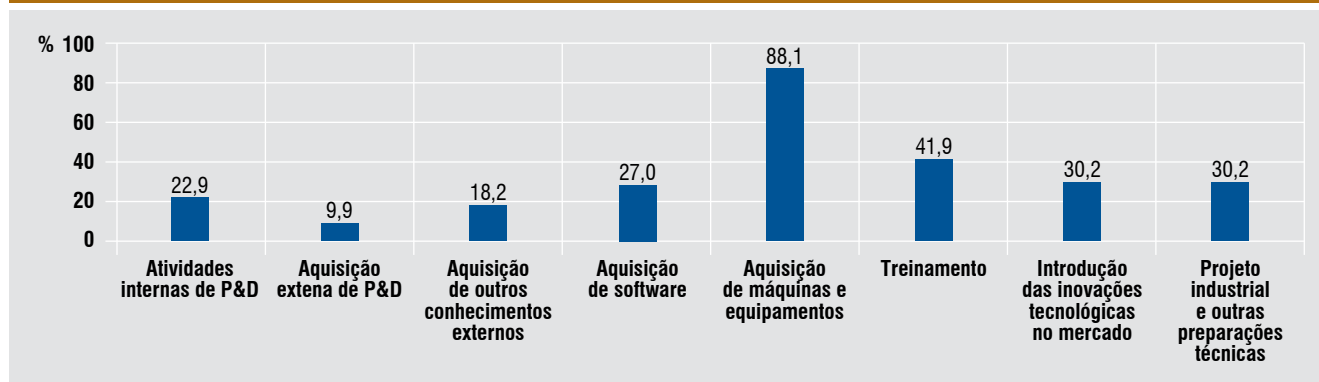
[...] a “inovação para a empresa” tem um caráter de difusão, para dentro da empresa, de uma inovação já produzida por outrem que já teria conquistado mercado novo e se beneficiado das rendas de monopólio — que são o grande atrativo impulsor da atitude inovadora.

Tecendo alguns comentários sobre as empresas baianas que não implementaram inovações, a análise comparativa com os dados da PINTEC 2003 evidencia que houve crescimento na proporção dessas empresas industriais que não inovaram e não têm projetos. Em 2003, elas totalizaram 63,1% do universo de 1.928 empresas. Em 2005, passaram a representar 67,4% de 2.201 empresas em razão, principalmente, da falta de “condições de mercado”. A inexistência de condições de mercado está fortemente atrelada às dificuldades colocadas pelo ambiente macroeconômico. Conside-

Gráfico 1
Participação percentual do número de empresas industriais que implementaram inovações: Bahia, 2005



Fonte: IBGE, PINTEC 2005

Gráfico 2**Participação da importância das atividades desenvolvidas para inovar na indústria: Bahia, 2005**

Fonte: IBGE, PINTEC 2005

rando-se as demais razões para a não inovação, 5,6% empresas informaram que não necessitavam, devido às “inovações prévias”, e 11,9% em razão de “outros fatores impeditivos”.

Atividades desenvolvidas para inovar

As atividades inovativas, segundo o IBGE (2004, p. 14):

[...] são atividades representativas dos esforços da empresa voltados para a melhoria do seu acervo tecnológico e, conseqüentemente, para o desenvolvimento e implementação de produtos ou processos tecnologicamente novos ou significativamente aperfeiçoados.

Ainda segundo o IBGE (2004, p. 22):

As atividades que as empresas empreendem para inovar são de dois tipos: pesquisa e desenvolvimento — P&D (pesquisa básica, aplicada ou desenvolvimento experimental); e outras atividades não relacionadas com P&D, envolvendo a aquisição de bens, serviços e conhecimentos externos. A mensuração dos recursos alocados nestas atividades revela o esforço empreendido para a inovação, e é um dos principais objetivos das pesquisas de inovação.

Na indústria, o desenvolvimento e a absorção de tecnologia pela aquisição de máquinas e equipamentos

é a atividade de maior relevância no esforço inovativo das indústrias baianas, seguidas por outras complementares, como o treinamento e o projeto industrial, o que pode ser observado no Gráfico 2. Observe-se que no questionário da PINTEC as empresas podem assinalar todas as atividades inovativas e devem ponderar a importância dada a cada atividade — se alta, média, baixa ou não relevante. Os dados apresentados no Gráfico 2 referem-se ao total de empresas que realizaram dispêndios na atividade inovativa. Logo a mesma empresa pode ter realizado gastos em mais de uma atividade inovativa.

Os dados da PINTEC 2005 indicam que 88,1% das empresas realizaram aquisições de máquinas e equipamentos, 41,9% investiram em treinamento e 30,2% fizeram projetos industriais e outras preparações técnicas.

Conforme dados apresentados no Gráfico 2, as atividades internas de P&D (22,9%), as aquisições externas de P&D (9,9%) e de outros conhecimentos externos (18,2%), apresentam as menores taxas entre as atividades desenvolvidas para inovar. Assim, é baixa a preocupação da indústria brasileira em gerar e adquirir conhecimento para gerar inovações tecnológicas e na indústria baiana não é diferente.

Quando se analisa a participação das atividades inovativas nos gastos totais realizados com inovações, percebe-se que as atividades internas de P&D apresentam uma

proporção maior do que os gastos com a atividade de treinamento (Gráfico 3). Já os dispêndios com aquisição de máquinas e equipamentos ocupam a primeira posição.

De acordo com os dados do Gráfico 3, a aquisição de máquinas e equipamentos responde por 58,0% dos dispêndios gastos em atividades inovativas, as atividades internas em P&D são responsáveis por 19,0% e os projetos industriais e outras preparações técnicas, 8,0%.

Relações de cooperação

Os questionamentos sobre a cooperação para inovação, presentes na PINTEC, “[...] buscam identificar as relações entre um amplo conjunto de atores que, interligados por canais de troca de conhecimento e/ou articulados em redes, formam o que se denomina Sistema Nacional de Inovação – SNI” (IBGE, 2004, p. 29).

Para o IBGE (2004, p. 50):

Uma maior interação entre as empresas e os demais atores do sistema nacional de inovação pode ser per-

cebida também nos resultados sobre as relações de cooperação estabelecidas nos projetos de inovação com outras empresas ou instituições.

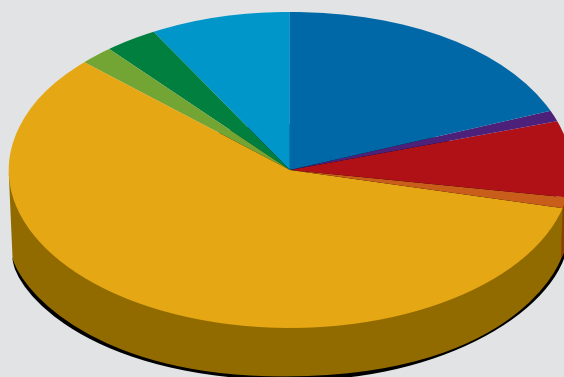
Das 633 empresas que inovaram, apenas 69 tiveram relações de cooperação com outras organizações, por objeto de cooperação. As principais relações de cooperação foram estabelecidas com clientes e/ou consumidores e/ou fornecedores.

Quando se coloca o questionamento sobre o principal responsável pelo desenvolvimento da inovação, a resposta depende do tipo da inovação: se de produto ou de processo. No caso da inovação de produto, a maioria coloca como principal responsável pela implementação da inovação “a empresa”. Na inovação de processo, os principais responsáveis são outras empresas ou institutos.

Este comportamento das empresas em inovar em produtos e/ou ter a cooperação de outras empresas ou institutos é uma resposta à melhora no cenário econômico, que produz alterações nas decisões das empresas industriais para inovar.

Gráfico 3

Participação das atividades inovativas nos gastos realizados com inovações: Bahia, 2005



Atividades internas de P&D 19%	Aquisição externa de P&D 1%
Aquisição de outros conhecimentos externos 8%	Aquisição de software 1%
Aquisição de máquinas e equipamentos 58%	Treinamento 2%
Introdução das inovações tecnológicas no mercado 3%	Projeto industrial e outras preparações técnicas 8%

Fonte: IBGE – PINTEC 2005

Apoio do governo

As informações obtidas pela PINTEC referentes ao apoio do governo para atividades inovativas englobam financiamentos, incentivos fiscais, subvenções, participação em programas públicos voltados para o desenvolvimento tecnológico e científico, entre outros.

O financiamento para que as empresas realizem inovações é limitado, a despeito de ser um elemento fundamental para dinamizar as atividades de P&D na indústria. No Brasil, a FINEP e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) têm linhas de crédito para apoiar as empresas em atividades de pesquisa e desenvolvimento. A concessão de créditos para micro e pequenas empresas ainda é bastante escasso, devido aos custos, às exigências de garantias e à burocracia.

Do total de 633 empresas que realizaram inovações, apenas 120, ou ainda 19%, receberam apoio do governo por meio de programas de incentivos, financiamentos, ou outros. O mais significativo apoio recebido pelas empresas baianas por parte do governo refere-se aos financiamentos à P&D e à compra de máquinas e equipamentos. Entre os 'programas' considerados na PINTEC, tem-se: incentivo fiscal à pesquisa e desenvolvimento e inovação tecnológica (Lei n. 10.332 e Lei n. 11.196); incentivo fiscal Lei de Informática (Lei n. 10.176, Lei n. 10.664, Lei n. 11.077); financiamento a projetos de pesquisas em parceria com universidades e institutos de pesquisa; financiamento à P&D e compra de máquinas e equipamentos; e outros programas de apoio.

POLÍTICA DE INOVAÇÃO E POLÍTICA INDUSTRIAL

A institucionalização da Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado da Bahia ocorre a partir de 2001, com a criação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e, logo em seguida, em 2003, com a criação da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI). A Instituição surgiu com a necessidade de estimular as redes de conhecimento a construir um desenvolvimento econômico sustentável (BAHIA..., 2004).

O financiamento para que as empresas realizem inovações é limitado, a despeito de ser um elemento fundamental para dinamizar as atividades de P&D na indústria

Nas atividades de gestão de C&T, além da coordenação da SECTI e da participação da FAPESB, o Estado também conta com a colaboração Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (CONSECT) para a formulação da política de C&T do Estado. Para a operacionalização, o Estado conta com a colaboração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), das universidades estaduais e do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (CEPED).

Do ponto de vista industrial, pode-se fazer uma estreita ligação entre o papel da Ciência, Tecnologia e Inovação e a política industrial de um estado. O bom desempenho da primeira irá determinar políticas fundamentais para o crescimento sustentável da indústria.

Considerando-se a política industrial divulgada pelo Governo Lula em 2004 (ARRUDA; VERMULM; HOLLANDA, 2006), visualiza-se a grande importância que se tributa à inovação, uma vez que o seu objetivo central é incentivar a mudança do patamar competitivo da indústria brasileira com base na diferenciação e inovação de produtos. Estão bem claros nesta política quatro eixos: inovação, desenvolvimento tecnológico, inserção externa e modernização industrial. Apesar das prioridades da política (semicondutores, *software*, fármacos e medicamentos e bens de capital) não estarem relacionadas à realidade das indústrias baianas, o incentivo à inovação é fundamental e relevante para o progresso técnico no longo prazo.

Um dos instrumentos colocados pelo governo federal para estimular as inovações nas empresas foi a Lei de



Inovação, sancionada em dezembro de 2004 e regulamentada em outubro de 2005 pelo Decreto n. 5.563.

A nova Lei foi organizada em torno de três eixos: a constituição de um ambiente propício à construção de parcerias entre as universidades, institutos tecnológicos e empresas; o estímulo à participação de institutos de ciência e tecnologia no processo de inovação; e o estímulo direto à inovação na empresa (ARRUDA; VERMULM; HOLLANDA, 2006, p. 86).

Atualmente, o estado da Bahia dispõe de diversos projetos, programas e ações de incentivo à inovação, em que participam conjuntamente governos estadual e federal e setor privado. Dentre eles destacam-se o financiamento “Juro Zero”, o projeto “RETEC” e os incentivos fiscais do “Pró-Inovação”.

O Programa Juro Zero foi criado pela FINEP em 2004, com o intuito de estimular o desenvolvimento das micro e pequenas empresas “inovadoras” brasileiras nos aspectos gerenciais, comerciais, de processo ou de produtos/serviços, viabilizando o acesso ao crédito. O Programa oferece empréstimos sem juros reais e pagamento dividido em cem parcelas, prometendo ainda redução da burocracia. Este programa utiliza o conceito de inovação exposto no Artigo 17 da Lei nº 11.196 de 21, de novembro de 2005:

Considera-se inovação tecnológica a concepção de novo produto ou processo de fabricação, bem como a agregação de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo que implique melhorias incrementais e efetivo ganho de qualidade ou produtividade, resultando maior

competitividade no mercado (PROGRAMA JURO ZERO, 2007, p. 1).

O Programa conta com cinco parceiros estratégicos, atuando nos estados de Pernambuco, Minas Gerais, Paraná, Bahia e Santa Catarina. No estado da Bahia, o parceiro é a FAPESB.

Entre os setores apoiados pelo programa tem-se: semicondutores (Microeletrônica), *software* (TIC), bens de capital, fármacos e medicamentos, biotecnologia, nanotecnologia, biomassa, outros (desde que caracterizada a inovação).

O projeto Rede de Tecnologia na Bahia (RETEC), sob a coordenação do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), funciona como um serviço de assistência técnica às empresas, para que possam alcançar padrões de qualidade e desenvolvimento tecnológico que promovam a sua inserção no mercado. A RETEC está direcionada à integração entre oferta e demanda tecnológica, atuando junto aos diversos agentes econômicos, sociais e institucionais. E contribui para o desenvolvimento de projetos na área de gestão empresarial, melhoria de produto e/ou processo, capacitação tecnológica dentre outros. Para tanto o projeto promove *workshops* temáticos, seminários e treinamentos especializados (REDE DE TECNOLOGIA DA BAHIA, 2007; CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS, 2005).

O Programa de Incentivo à Inovação nas Empresas Brasileiras – Pró-Inovação constitui-se de financiamento com encargos reduzidos para a realização de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas empresas brasileiras. As operações de crédito nesta modalidade são praticadas com encargos financeiros determinados, conforme os seguintes requisitos:

- 1) Projetos que resultem em aumento de competitividade da empresa, no âmbito da atual Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior - PITCE;
- 2) Projetos que resultem em aumento nas atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico (P&D) realizadas no país e



cujos gastos em P&D sejam compatíveis com a dinâmica tecnológica dos setores em que atuam;

- 3) Projetos de inovação que tenham relevância regional ou estejam inseridos em arranjos produtivos locais, objeto de programas do Ministério de Ciência e Tecnológica[sic];
- 4) Projetos que resultem em adensamento tecnológico e dinamização de cadeias produtivas;
- 5) Projetos que sejam desenvolvidos em parceria com universidades, instituições de pesquisa e/ou outras empresas;
- 6) Projetos que contemplem a criação ou expansão, em no mínimo 10%, das equipes de P&D, com a contratação de pesquisadores pós-graduados, com titulação de mestre ou doutor;
- 7) Projetos cujas atividades estejam inseridas em segmento industrial priorizado como estratégico na PITCE: semicondutores/microeletrônica, software, bens de capital, fármacos/medicamentos, biotecnologia, nanotecnologia, biomassa. (FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS, 2007, p. 1).

A maior crítica com relação aos incentivos [e por que não dizer aos financiamentos, programas e subvenções] refere-se à burocracia exigida para que sejam acessados os recursos, uma vez que análises de projetos, autorizações de órgãos públicos e agências de fomento, na maioria dos casos, criam barreiras desnecessárias aos investimentos em P&D.

Outra crítica diz respeito à falta de divulgação abrangente de programas, projetos, incentivos ao setor empresarial. Ressalta-se, igualmente, o pequeno volume de recursos públicos dirigidos a esses programas, bem como a necessidade de maior avaliação e acompanhamento dos projetos por parte dos dirigentes públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Está bem claro que nos últimos seis anos os agentes econômicos atuaram de forma bem direta no incentivo da inovação. No entanto, apesar dos instrumentos de ação criados, devido às incontáveis dificuldades, ainda não se pode caracterizar as empresas industriais do Estado como inovadoras, uma vez que ainda é necessário mobilizar e sensibilizar as empresas para serem mais dinâmicas na promoção do progresso técnico.

Os resultados da PINTEC mostram que as empresas industriais baianas possuem reduzida taxa de inovação. A natureza das inovações é principalmente de processo. E a despeito da baixa taxa de inovação, as empresas que inovaram foram mais empreendedoras porque as inovações foram *novas para o mercado*. As principais relações de cooperação vieram de clientes, consumidores e/ou fornecedores. E o apoio dado pelo governo refere-se basicamente a programas de financiamento em P&D e compra de máquinas e equipamentos.

Por outro lado, as atuações do setor público ainda são bem limitadas e, quando ocorrem, são excessivamente burocráticas, com pouca divulgação, com recursos escassos, deficientes no tocante a avaliação e acompanhamento, com diversas barreiras ao acesso, principalmente por parte de micro e pequenas empresas, as que mais necessitam de apoio para o desenvolvimento tecnológico.

É evidente que, para uma política industrial comprometida com o desenvolvimento sustentável, é imprescindível a inovação tecnológica dentro do setor industrial. Com isso o estado terá um dinamismo industrial favorável a uma inserção mais competitiva, sustentável e autônoma no mercado externo.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Marcos; VERMULM, Roberto; HOLLANDA, Sandra. *Inovação tecnológica no Brasil: a indústria em busca da competitividade global*. São Paulo: ANPEI, 2006.

BAHIA. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação. *Política de ciência, tecnologia e inovação para o estado da Bahia*. Salvador: SECTI, maio. 2004. Disponível em: <<http://www.secti.ba.gov.br>>. Acesso em: 17 ago. 2007.

CASSIOLATO, José Eduardo. A importância da inovação no Brasil do século XXI. *Bahia Análise & Dados*. Salvador: SEI, v. 14, n. 4, p. 681-683, mar. 2005.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. *Políticas públicas de inovação no Brasil: a agenda da indústria*. Brasília: CNI, 2005. 19 p. Disponível em: <<http://www.cni.org.br>>. Acesso em: 20 ago. 2007.

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS. *Programa de incentivo à inovação nas empresas brasileiras - Pró-Inovação*. Disponível em: <<http://www.finep.gov.br/programas/proinovacao.asp>>. Acesso em: 22 ago. 2007.

FURTADO, João. *Padrões de inovação na indústria brasileira*. Disponível em: <<http://www.inovacao.unicamp.br/report/inte-furtado.shtml>>. Acesso em: 9 jul. 2007.

IBGE. *Pesquisa de inovação tecnológica*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. (Série relatórios metodológicos, 30). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: jul. 2007.

LEMOS, Cristina. Inovação na era do conhecimento. In: LASTRES, H.; ALBAGLI, S. (Orgs.). *Informação e globalização na era do conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 122-144. cap. 5.

PESQUISA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 02 ago. 2007.

PESQUISA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 02 ago. 2007.

PROGRAMA JURO ZERO. *Portal*. Disponível em: <<http://www.jurozero.finep.gov.br/>>. Acesso em: 22 ago. 2007.

REDE DE TECNOLOGIA DA BAHIA. *Portal*. Disponível em: <<http://www.ba.retec.org.br>>. Acesso em: 22 ago. 2007.

TIRONI, Luís Fernando. Política de inovação tecnológica – escolhas e propostas baseadas na PINTEC. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 46-53, jan./mar. 2005.

Análise sobre os investimentos industriais realizados na Bahia por complexo de atividade – 2000-2006

Fabiana Pacheco*



A captação dos investimentos industriais no período de 2000 a 2006 proporcionou ao estado da Bahia a vinda de grandes empreendimentos, gerando impactos positivos para o desenvolvimento e a diversificação do parque industrial baiano, bem como a desconcentração desses investimentos na região metropolitana de Salvador. Foram fatores determinantes na escolha do estado para a realização desses investimentos o potencial de sua economia, a maturidade de seu parque industrial, a diversificada oferta local de matérias-primas e *commodities*, além de sua logística (rodovias e portos).

A atração desses investimentos industriais tem como principal instrumento a política de incentivos fiscais adotada pelo governo do estado desde 1991, por meio de programas criados pela Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM) e de vantagens oferecidas, a exemplo de bene-

* Economista e técnica da SEI. fabiana@sei.ba.gov.br

fícios fiscais, concessões financeiras diferenciadas, incentivos para a infra-estrutura e outros como mão-de-obra especializada, visando o desenvolvimento industrial do estado.

Essas empresas, em geral de médio e grande porte e voltadas para as mais variadas atividades industriais assumem um papel relevante dentro do processo de desenvolvimento industrial da Bahia. A vinda desses empreendimentos, pautados não somente na produção de bens intermediários, mas também de bens finais, traz uma nova dinâmica para a economia do estado.

Assim sendo, este artigo tem como objetivo analisar o volume de investimentos realizados no estado, com ênfase nos complexos de atividade econômica, em especial o desempenho do complexo madeireiro.

Para melhor enfatizar a importância que o setor industrial baiano vem ganhando, foram feitas algumas considerações acerca do desempenho da economia baiana nos anos de 2004 e 2005, cujos resultados foram mais expressivos.

ECONOMIA BAIANA NO PERÍODO 2000-2006 — PANORAMA GERAL

O desempenho da economia baiana foi positivo entre os anos 2000-2006, embora tenha apresentando crescimento modesto na maior parte dos anos em análise. Na Tabela 1 abaixo, visibiliza-se a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil e da Bahia, a partir do ano 2000.

Observa-se que os momentos de melhor desempenho da economia baiana ocorreram nos anos de 2004 e 2005, quando cresceu, respectivamente, 9,6% e 5,7%. Já nos anos de 2001 e 2002, verificou-se o inverso, com resultados inexpressivos, tendo a Bahia, crescido apenas 1,0% e 1,2%. Para o Brasil, destacam-se os anos de 2004, com incremento de 5,7% na comparação com o ano anterior, e 2000, com crescimento de 4,3%.

Tabela 1
Taxa de evolução do PIB: Brasil e Bahia, 2000 - 2006

Anos	Bahia	Brasil
2000	3,9	4,3
2001	1,0	1,3
2002	1,2	2,7
2003	2,3	1,1
2004	9,6	5,7
2005	5,7	2,9
2006	2,8*	3,7*

Fonte: IBGE, 2007.

* Dados sujeitos a retificação.

Quando analisada a estrutura do PIB, segundo as atividades econômicas, constata-se que os resultados mais expressivos decorreram do bom desempenho registrado pela indústria de transformação baiana. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o setor chegou a uma participação 35% em 2004 e de 35,9% em 2005.

Analisando os segmentos que compõem a indústria de transformação, os segmentos que mais se destacaram, no que se refere ao Valor da Transformação Industrial (VTI), em 2004 foram: fabricação de coque, refino de petróleo e álcool, com 27,6%; fabricação de produtos químicos.

Quando analisada a estrutura do PIB, segundo as atividades econômicas, constata-se que os resultados mais expressivos decorreram do bom desempenho registrado pela indústria de transformação baiana

Tabela 2
Estrutura do produto interno, segundo atividades econômicas: Bahia, 2000, 2004 - 2006

(%)

Atividades	2000	2004	2005*	2006*
Agropecuária	10,7	10,7	9,0	8,0
Ind. extrativa mineral	1,4	3,3	3,3	3,1
Ind. transformação	25,6	35,0	35,9	34,6
Serviços industriais de utilidade pública	3,6	3,5	3,8	3,5
Construção	10,5	6,7	6,5	7,2
Comércio	8,5	5,9	6,2	6,6
Transporte e armazenagem	1,8	1,8	1,6	1,6
Estab. financeiros e seguros	3,1	3,0	3,1	3,1
Demais serviços	34,8	30,2	30,7	32,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SEI

* Dados sujeitos a retificação

cos, 25,2%; alimentos e bebidas, com 13%; fabricação e montagem de veículos automotores, com 6,2%; e fabricação de papel e celulose, 4,9% (PESQUISA..., 2004).

Em 2005 os destaques ficaram para os mesmos setores: fabricação de coque, refino de petróleo e álcool, com 32,6%; fabricação de produtos químicos, 24,8%; alimentos e bebidas, com 8,0%; fabricação e montagem de veículos automotores, com 6,9%; e fabricação de papel e celulose (4,3%).

Observa-se que os segmentos de alimentos e bebidas e veículos automotores, voltados para a produção de bens finais, ganharam destaque e tiveram importância dentro do segmento da indústria de transformação. Esse movimento comprova, de certa forma, a mudança na configuração do parque industrial baiano, tradicionalmente pautado na produção de bens intermediários.

Os resultados alcançados pela economia do estado foram influenciados não somente pelo desempenho dos setores da economia local, mas também pelo comportamento da conjuntura econômica nacional e da economia internacional, que em cada ano apresentou diferentes fatores.

Destaca-se, em 2004, a importante recuperação da economia brasileira, que apresentou maior crescimento no setor industrial (6,2%), o que impacta positivamente sobre a economia do estado. Essa recuperação deveu-

se basicamente ao aumento do consumo e à expansão do emprego e da renda dos trabalhadores.

Para a economia baiana, o nível de atividade em 2004 alcançou um PIB cuja expansão ficou em 9,6%, devido principalmente ao excelente desempenho industrial, com a indústria de transformação tendo alcançado um incremento de 8,7%. Destaca-se o setor de veículos automotores, cujo crescimento foi de 56,0%, configurando um resultado bastante significativo. Este bom desempenho deveu-se à fabricação de carros, tendo a produção chegado a sua capacidade máxima.

Em 2005, a economia brasileira encerrou o ano com crescimento de 2,9%, registrando o melhor desempenho o setor industrial, com incremento de 2,5%. (IPEA, 2006). Para a economia baiana, o PIB cresceu 5,7% neste ano, influenciado pelo desempenho da produção agropecuária (9,9%) e pelo resultado da indústria de transformação (8,0%) (CONTAS..., 2005).

Por setor, destacaram-se veículos automotores (30,8%), devido à produção de automóveis, e o segmento de celulose, papel e produtos de papel (21,3%), em razão do aumento na produção de celulose e papel (IBGE, 2005).

Após o breve panorama da economia baiana, a análise segue com o foco no volume de investimentos industriais realizados no estado, via concessão de incentivos

Tabela 3
Investimentos industriais realizados por complexo de atividade: Bahia, 1999 - 2006

Complexo	Volume (R\$ 1,00)	(%)	Nº. projetos	(%)	Emprego	(%)
Agroalimentar	1.759.405.024	4,6	119	16,9	30.894	20,0
Atividade mineral e beneficiamento	948.443.381	2,5	38	5,4	5.372	3,5
Calçados/Têxtil/Confecções	1.862.509.809	4,9	119	16,9	51.540	33,4
Complexo madeireiro	16.812.290.936	44,0	35	5,0	15.592	10,1
Eletroeletrônico	328.679.146	0,9	73	10,3	9.673	6,3
Metal-mecânico	5.644.453.650	14,8	80	11,3	13.377	8,7
Químico-petroquímico	8.029.393.822	21,0	110	15,6	6.270	4,1
Transformação petroquímica	2.006.188.090	5,2	110	15,6	17.873	11,6
Reciclagem	11.206.500	0,0	5	0,7	276	0,2
Outros	828.152.836	2,2	17	2,4	3.305	2,1
Total	38.230.723.194	100,0	706	100,0	154.172	100,0

Fonte: SICM/Jornais Diversos

Elaboração: CAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 31/07/2007

fiscais, que ao longo desses anos vêm trazendo uma nova dinâmica para o setor industrial baiano.

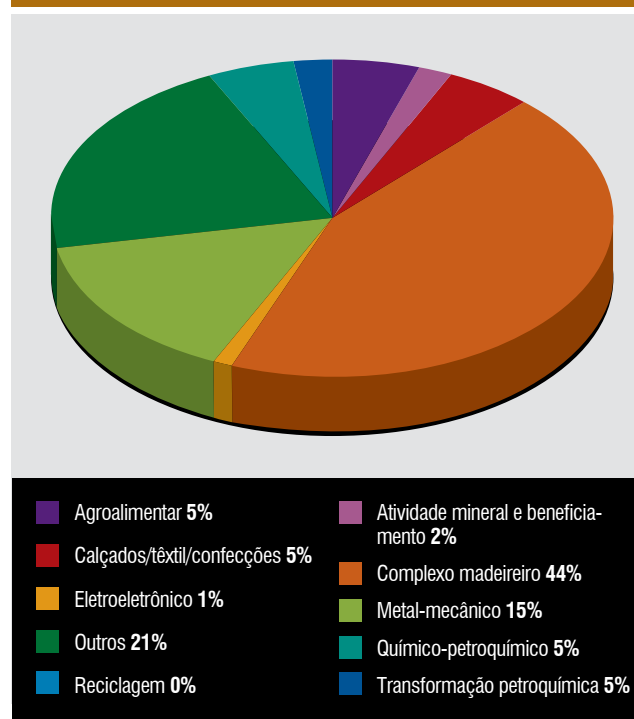
INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS REALIZADOS NA BAHIA POR COMPLEXO DE ATIVIDADE ECONÔMICA: ANÁLISE 2000-2006

Relativamente a volume de investimentos gerados na Bahia, a análise enfatiza alguns complexos de atividade, prioritariamente o Madeireiro, que se destaca pelo montante de investimentos realizados e pelos tipos de empresas deste setor que se instalaram no estado.

Iniciando com uma análise mais geral dos investimentos realizados, observa-se, na Tabela 4, que o volume gerado no estado ficou na ordem de R\$ 38,2 bilhões, com a geração de 154 mil postos de trabalho e a instalação e ampliação de 706 empresas. Dentro desse total, o Complexo de Atividade que mais investimentos gerou foi o Madeireiro (R\$ 16,8 bilhões), seguido do Químico-Petroquímico, com R\$ 8,0 bilhões, e do Complexo Metal-Mecânico (R\$ 5,6 bilhões). Pode-se citar também o Complexo da Transformação Petroquímica (R\$ 2,0 bilhões), o Agroalimentar (R\$ 1,8 bilhões) e Calçados/Têxtil/Confecções (R\$ 1,9 bilhões).

Quanto à participação no volume total dos investimentos, o Complexo Madeireiro participa com 44%, seguido do Complexo Químico-Petroquímico, com 21,0%, e o Metal-Mecânico, com 14,8%, conforme indica o Gráfico 1.

Gráfico 1
Complexo de Atividade - Participação no volume de investimentos realizados: Bahia, 2000 - 2006



Fonte: Banco de dados de investimentos industriais, 2007

No tocante a emprego gerado, destacam-se os complexos Calçados/Têxtil/Confecções (51,5 mil postos de trabalho) e o Agroalimentar (30,8 mil postos de trabalho). Este alto número de empregos gerados deve-se às características dos segmentos industriais que compõem estes complexos, os quais são intensivos em mão-de-obra.

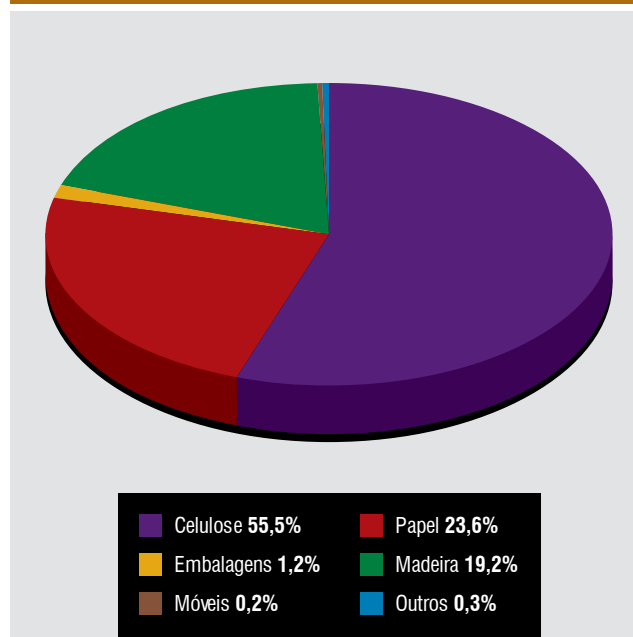
Outros complexos também apresentaram um volume de emprego considerável, a exemplo de Transformação Petroquímica, com 17,8 mil postos de trabalho, o Madeireiro, com 15,5 mil empregos gerados, e o Complexo Metal-Mecânico, com 13.377, em função dos investimentos realizados pela FORD na Bahia, que gerou em torno de 8 mil empregos diretos.

No Complexo da Atividade Mineral e Beneficiamento, foram gerados 5,3 mil empregos diretos, o que está ligado à instalação de empresas de celulose e papel no estado. Destaca-se também, no que se refere a volume de empregos gerados, o Complexo Químico-Petroquímico, com 6,2 mil postos de trabalho criados.

Complexo madeireiro

Este complexo, no estado, caracteriza-se por empresas de grande porte voltadas principalmente para o segmento de fabricação de celulose, que responde por 55,5% dos investimentos totais do setor. Neste segmento, existem seis empresas em funcionamento e que já realizaram um total de R\$ 9,3 bilhões, destacando-se a Veracel, Aracruz Celulose, Bahia Pulp e Bahia Sul Celulose que, juntas, geraram 8,4 mil empregos.

Gráfico 2
Participação dos produtos no volume de investimentos realizados: Bahia, 2000 - 2006



Fonte: Banco de dados de investimentos industriais, 2007

Em seguida, analisa-se o segmento de papel, que participa com 23,6% na soma dos investimentos, que em termos absolutos chega a, aproximadamente, R\$ 4 bilhões. Neste segmento, há sete empresas, dentre as quais destacam-se a Bahia Sul Celulose, a Fábrica de Papéis da Bahia e a Indústria de Papéis da Bahia (IBP). Ao todo essas empresas criaram 1.390 postos de trabalho.

O segmento de madeira comporta um volume de R\$ 3,2 bilhões, participando com 19,2% do total. Dentre

Tabela 4

Investimentos realizados no complexo madeireiro, segundo produtos, total de empresas instaladas e emprego gerado: Bahia, 2000 - 2006

Produto	Valor (R\$ 1,00)	%	Total empresas	%	Total emprego gerado	%
Celulose	9.329.126.000	55,5	6	17,1	8.452	54,2
Papel	3.971.170.246	23,6	7	20,0	1.390	8,9
Embalagens	207.142.435	1,2	8	22,9	1.453	9,3
Madeira	3.232.879.864	19,2	8	22,9	2.889	18,5
Móveis	26.972.391	0,2	5	14,3	1.343	8,6
Outros	45.000.000	0,3	1	2,9	65	0,4
Total	16.812.290.936	100,0	35	100,0	15.592	100,0

Fonte: SEI; SICM, 2007

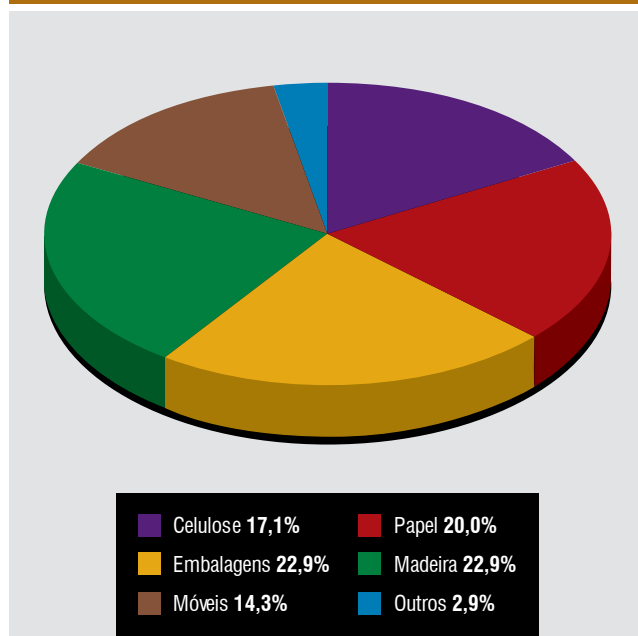
as empresas instaladas voltadas para esse segmento estão a Tecflor, Embalatec Industrial e a Bahia Grés, as quais geraram 2.889 mil empregos.

A fabricação de embalagens merece destaque em função de sua importância para a economia. Embora este segmento comporte o menor volume de investimentos realizados, seu destaque está relacionado ao número de empresas instaladas, que somam oito e representam 22,9% do total de empreendimentos do setor madeireiro no estado. Estas empresas, dentre as quais incluem-se a Klabin, Rigesa e Química Fina, já geraram 1.453 mil novos empregos.

O segmento de móveis caracteriza-se por ser o que menos investimentos realizou, tendo apresentando uma pequena participação de 0,2% do total, o que representa um volume de R\$ 27 milhões, aproximadamente, e comporta cinco empresas instaladas no estado, entre as quais estão a Itapoã Indústria de Móveis, Tidelli e CBM Moveleira.

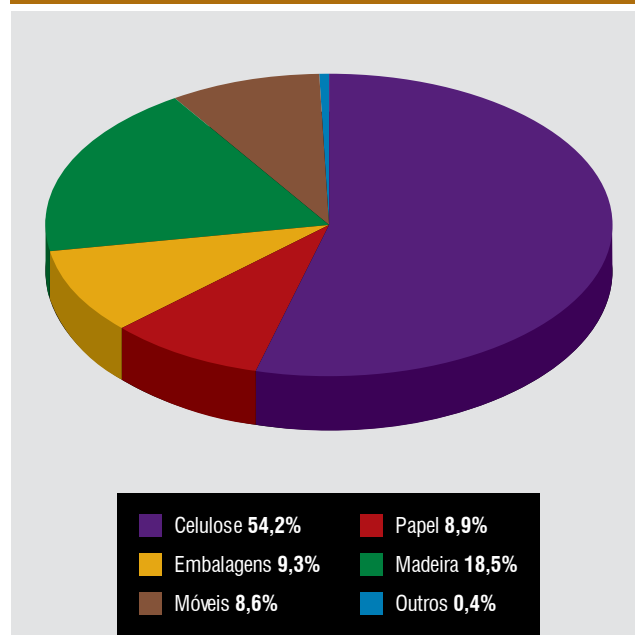
O segmento Outros, apresenta uma configuração diferente, mas não menos importante que os demais. Nele está inserido o Terminal Marítimo construído pela

Gráfico 3
Participação dos segmentos no total de empresas instaladas: Bahia, 2000 - 2006



Fonte: Banco de dados de investimentos industriais, 2007

Gráfico 4
Participação dos segmentos no total de emprego gerado: Bahia, 2000 - 2006



Fonte: Banco de dados de investimentos industriais, 2007

Veracel, para viabilizar o escoamento de sua produção de celulose no Extremo Sul do estado. Este terminal, inaugurado em 2005, totalizou um investimento da ordem de R\$ 45 milhões com a geração de 65 empregos. Localizado no município de Belmonte, tem capacidade para armazenar quase 14 mil toneladas de celulose.

Percebe-se que esses segmentos do Complexo Madeireiro foram responsáveis por um volume considerável de inversões para o estado, levaram para o Eixo Extremo Sul empreendimentos de grande porte pautados, principalmente, na produção de celulose, e geraram emprego e renda para a região. Atualmente, essas empresas continuam a realizar investimentos, ampliando a capacidade produtiva, o que configura uma continuidade do processo de desenvolvimento para a economia local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se a importância de todos esse segmentos para a economia do estado, sendo injetado um valor significativo em investimentos produtivos, além da geração de emprego e renda, que trouxe como consequência

ência direta para a economia local uma nova configuração industrial, em função da implantação de empresas de grande porte e localizadas fora do eixo considerado concentrador dos investimentos e de empregos. Já se começa a perceber uma matriz industrial diferente e desconcentrada, o que traz um novo dinamismo para a economia do estado da Bahia.

Fica evidente que esses investimentos proporcionaram ao estado, mesmo que de forma gradativa, uma mudança, pois já se percebe indústrias produtoras de bens finais, que antes não faziam parte do parque industrial baiano. Além disso, observa-se também uma nova configuração espacial na distribuição dessas empresas.

Sendo assim, para que as mudanças continuem acontecendo, são necessárias ações por parte do poder público, mediante um planejamento estratégico, no qual esteja inserida a elaboração de uma política industrial sólida, que tenha como principal objetivo alavancar o setor industrial da Bahia de forma sustentada.

REFERÊNCIAS

- BAHIAINVEST. *A Moderna Economia Baiana*. Disponível em: <www.bahiainvest.com.br>. Acesso em: 11 abr. 2006.
- BAHIAINVEST. *PIB baiano cresceu 4,8%: expansão registrada em 2005 foi o dobro da média nacional*. Disponível em: <www.bahiainvest.com.br>. Acesso em: 11 abr. 2006.
- BAHIAINVEST. *Economia baiana - evidências de um grande potencial*. Disponível em: <www.bahiainvest.com.br>. Acesso em: 11 abr. 2006.
- BOLETIM DE CONJUNTURA. Brasília: IPEA, n. 48, jun. 2005. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em 16. ago. 2007.
- CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS. IBGE. Rio de Janeiro, dez. 2005. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 05 ago. 2007.
- PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2004. Disponível em: http://www.ibge.gov.br. Acesso em: 17 ago. 2007.
- ROCHA, Alynson et al. Conjunturas brasileira e baiana em 2004. *Bahia Análise & Dados: retrospectiva 2004 e perspectivas*, Salvador: SEI, v. 14, n. 3, p. 423-437, dez. 2004.
- _____. Retrospectiva 2005 da economia baiana e perspectivas. *Bahia Análise & Dados: retrospectiva 2005 e perspectivas*, Salvador: SEI, v. 15, n. 2/3, p. 201-214, set./dez. 2005. No prelo.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. 2003: Atividade industrial estimula o crescimento econômico do estado. PIB Produto Interno Bruto Estadual (Anual), 2003. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 16 fev. 2007.
- _____. Pesquisa de Investimentos Industriais. *Banco de Dados de Investimentos*, jul, 2007. Não publicado.

**NA BAHIA,
O VAREJO CRESCE,
A INDÚSTRIA CRESCE,
AS EXPORTAÇÕES CRESCEM,
A GERAÇÃO DE EMPREGOS CRESCE.
SEM DÚVIDA, SUA VONTADE DE INVESTIR NA BAHIA TAMBÉM CRESCEU.**

Crescimento econômico criando mais oportunidades para os baianos. Esse jeito novo de governar a Bahia já está dando grandes resultados. O Estado apresentou uma produção industrial recorde em 2007, segundo o IBGE. O comércio varejista cresceu 10,8% em relação a 2006. As exportações de agosto superaram em 3,4% o desempenho de agosto do ano passado. A balança comercial registrou um saldo positivo de US\$ 170,1 milhões. Isso sem falar dos 39 mil novos empregos gerados de janeiro a junho, 14 mil a mais do que foi criado em 2006. Este é o novo ritmo da Bahia, que caminha em sintonia com o Brasil por uma economia mais forte para todos.

**VENHA CRESCER
COM A BAHIA.**

 **GOVERNO DA
Bahia**
TERRA DE TODOS NÓS

Concurso público na bahia: uma análise evolutiva dos últimos sete anos

Rosângela Ferreira Conceição*

Diante da atual conjuntura, na qual se insere a fragilidade e a instabilidade do mercado de trabalho formal regido pelo regime celetista, este artigo tem por intenção apontar as oportunidades proporcionadas pelos governos do Estado e dos Municípios na oferta de vagas efetivas em seu quadro funcional (regido pelo regime estatutário). Nessa esfera, o capital humano tem forte influência no que se refere à ocupação das vagas ofertadas no setor público. As observações consideradas relevantes mostram-nos a preocupação do Estado em compor um quadro funcional estruturado desde a época do Império, bem como a relevância do capital humano como vetor de empregabilidade. A exposição dos assuntos que envolvem esta discussão é feita em quatro seções: a primeira explana sobre o surgimento do concurso público no Brasil; a segunda aborda o comportamento do emprego formal (celetista e estatutário) quanto a dados mais recentes; a terceira apresenta a influência do capital humano; por fim, discutimos sobre a evolução do concurso público na Bahia.

* Economista (UCSal), Especialista em Auditoria Fiscal (UNEB), Graduada em Matemática (UCB) e técnica da SEI. rosangela@sei.ba.gov.br

SURGIMENTO DO CONCURSO PÚBLICO NO BRASIL

Constitucionalmente, o concurso público no Brasil foi instituído com o intuito de reduzir o desemprego, estruturar o quadro funcional e proporcionar estabilidade no trabalho para o profissional que desejasse servir e seguir carreira no setor público.

Segundo Mello (1995), no Brasil Império, o desempenho de funções públicas dava-se por meio de delegação, direta ou indireta, do Imperador. Tinha-se tão somente o exercício de cargos sob a modalidade “em confiança”, podendo o Imperador admitir ou exonerar funcionários públicos, quando julgasse conveniente. Desde esta época já existia a necessidade de contratação de pessoas, e a seleção era feita mediante análise de qualificação profissional para o devido merecimento ao cargo; a vontade do Imperador, portanto, confundia-se com a vontade do Governo; logo, afetava o interesse coletivo.

Segundo Silva (2004), em 14 de fevereiro de 1891, ano em que começou a crise no governo de Marechal Deodoro da Fonseca¹, foi promulgada a nova Carta Constitucional, que manteve o sistema de contratação e exoneração dos funcionários públicos. Essa norma estava disposta na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, em seu art. 73: “[...] os cargos públicos, civis ou militares, são acessíveis a todos os brasileiros, observadas as condições de capacidade especial, que a lei estatuir, sendo, porém, vedadas as acumulações remuneradas” (BRASIL, 2007b). Ou seja, os profissionais que fossem admitidos pelo Governo só poderiam obter um único cargo, não podendo exercer outro tipo de atividade que gerasse acumulação remunerada. Deste modo, a forma de seleção dos funcionários públicos permanecia a mesma.

Em 1934, após a eleição do presidente Getúlio Dorneles Vargas, foi convocada a Assembléia Constituinte que votou e promulgou uma nova Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Em seu art. 170, §2º, estava estabelecido o processo para provimento de Cargos Públicos. Essa medida deu início ao concurso para provimento de cargos públicos no Brasil.

Quando o legislador constituinte estabeleceu a exigência de concurso público para provimento de cargos públicos, e ressaltou os provimentos derivados em caso de cargos organizados em carreira, o fez por reconhecer que a hierarquia administrativa exige escalonamento das funções para aprimoramento do serviço e estímulo aos servidores públicos, tendo sido por isto mantido o instituto da promoção como forma de provimento para cargos de carreira, resguardando-se o provimento no cargo inicial, a ser realizado sempre por meio de concurso público (MELLO, 1999, p.45).

No concurso público, a prova de títulos constitui-se em uma das formas de destaque para diferenciar um concorrente do outro, podendo alterar completamente sua escalação e até mesmo as promoções estabelecidas para os cargos organizados em carreira. Já o apri-

¹ Militar, político brasileiro, proclamador da República e primeiro presidente do Brasil, empossado durante a República Velha.

No concurso público, a prova de títulos constitui-se em uma das formas de destaque para diferenciar um concorrente do outro, podendo alterar completamente sua escalção e até mesmo as promoções estabelecidas para os cargos organizados em carreira

ramento do conhecimento, quando o indivíduo já está efetivado no setor público, está diretamente relacionado ao investimento em aperfeiçoamento, servindo como forma de incentivo para posteriores promoções.

Assim, as Constituições promulgadas nos anos de 1937 e 1946, instituíram várias modificações; Já na constituição de 1967 foi validada a obrigatoriedade do concurso público para o ingresso em todos os cargos, com exceção dos cargos em comissão, conhecidos na administração pública como cargos de confiança.

Apesar de serem amparados por lei, os cargos em comissão não necessitam de concurso público para o ingresso. Nestes casos, porém, não há nenhuma segurança para os contratados, pois são cargos passíveis de extinção e seus titulares podem ser exonerados sem qualquer indenização. Em geral são empregos políticos, no qual o administrador emprega um profissional de sua confiança para atuar durante seu mandato, para melhor desempenho e segurança na gestão.

O ingresso na carreira pública, porém, não significa que o profissional esteja livre de exoneração, pois a efetividade do cargo só se dá após três anos consecutivos no exercício do cargo, chamado de estágio probatório. Para tanto, o emprego no setor público é regido pelo regime estatutário, o único que garante estabilidade para o servidor concursado.

COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL

No Brasil, somente no ano de 2005, o número de empregos formais informados pelos empregadores atingiu 33.239 milhões, o que corresponde a um crescimento de 5,8% em relação ao estoque de emprego do ano anterior. Esta foi a segunda melhor performance registrada desde a criação da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), em 1985. A primeira ocorreu em 2004 em relação a 2003 (6,3%), crescimento bem inferior ao registrado no Estado da Bahia (9,5%) na geração de postos de trabalho.

Segundo a RAIS (BRASIL, 2007), os setores que mais contribuíram, em termos absolutos, para a geração de emprego em 2005 no Brasil foram: *serviços* (609,5 mil); *administração pública* (444,1 mil); *comércio* (417,9 mil); *indústria de transformação* (206,6 mil) e *construção civil* (126,8 mil). Em termos relativos, a construção civil registrou um acréscimo de 11,3% no ano. Na Bahia, as maiores contribuições decorreram do crescimento do emprego formal na *administração pública* (46,3 mil); nos *serviços* (44,2 mil) e no *comércio* (19,1 mil). Logo, a maior variação registrada em termos relativos foi na *administração pública* (10,1%).

O rendimento real médio do trabalhador brasileiro (R\$ 1.135,85) em 2005 apresentou um acréscimo de 2,2% em relação a 2004; na Bahia, o rendimento médio (R\$ 898,71) em 2005 registrou uma elevação de 5,8% em relação a 2004, apresentando um crescimento bem superior ao registrado na média Brasil.

Na Bahia, em 2005, segundo a RAIS, com base no estoque de empregos formais conforme grau de instrução, o nível superior incompleto apresentou melhor performance, registrando uma elevação de 20,7% em relação a 2004. O nível superior completo cresceu apenas 9,2%, o que corresponde a uma participação de 12,7%; o nível médio completo registrou acréscimo de aproximadamente 14,9%, representando 64,2% dos profissionais no mercado de trabalho formal em 2005. Esses dados evidenciam uma forte participação de pessoas com maiores níveis de escolaridade no mercado formal.

RELEVÂNCIA DO CAPITAL HUMANO

Quando se trata de concorrência no mercado de trabalho formal, o investimento em qualificação profissional tem caráter expansivo. Para tanto, a teoria do capital humano remete-nos à concepção de que o verdadeiro investimento está relacionado a despesas com educação; ou seja, para obter-se um bom posto de trabalho é imprescindível investir primeiramente em qualificação profissional.

Crawford (1994) mostra-nos a diferença entre conhecimento e informação. O primeiro é resultado de uma pesquisa ou de uma investigação e é alcançado por meio da aprendizagem, ou seja, o conjunto de um domínio atual ou posterior previamente estabelecido. Já o segundo é a matéria-prima do conhecimento e encontra-se em diversos objetos, tais como: livros, revistas, jornais e outros. Logo, o conhecimento só existe nos seres humanos.

O conhecimento é definido por Crawford como “fatos, verdades ou princípios adquiridos a partir de estudo ou de investigação; aprendizado prático de uma arte ou habilidade; a soma do que já é conhecido com que ainda pode ser aprendido”. Já a informação é assim definida pelo autor: “[...] é a notícia ou inteligência transmitida por palavras ou na forma escrita”.

Deste modo, temos os conhecimentos gerais, produzidos por diversas redes de comunicação, e os específicos, gerados pelo estudo formal em nível de formação profissional. Nesse sentido, o conhecimento específico é considerado mais relevante na escolha de uma vaga no setor público como estatutário, pois, além de comprovar o grau de escolaridade, os interessados devem prestar concurso público na primeira investidura, para comprovar tais habi-

lidades. Já os conhecimentos informais são essenciais e complementares à busca da empregabilidade.

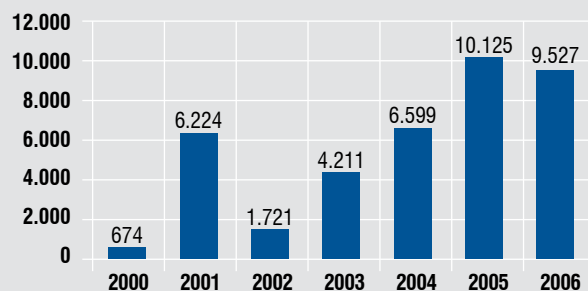
Sobre o investimento em capital humano, Schultz (1973) afirma que é a única maneira que as pessoas têm para ampliar as possibilidades dos vastos campos no mercado de trabalho, podendo aumentar seu bem-estar e o de sua família. O autor critica Mill, por este admitir que a riqueza só existe para beneficiar as pessoas, e defende que a maior riqueza gerada por um país é constituída pelo capital humano.

Assim, as oportunidades de emprego ofertadas pelo setor público variam de acordo com a qualificação do profissional, ou seja, quanto mais investir em si mesmo, maiores serão as oportunidades e o nível salarial alcançado. Dessa forma, a qualificação profissional passa a se caracterizar como requisito dos empregos ofertados pelo mercado de trabalho celetista, público e privado, tendo forte influência na disputa de uma vaga.

EVOLUÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO NA BAHIA

No estado da Bahia, no período de 2000 a 2006, o setor público ofereceu cerca de 40 mil vagas. Deste total 674 foram geradas no ano de 2000, representando a mais baixa oferta e participação do estado quanto à modalidade do emprego. Nesse período, o destaque foi para o ano de 2005, com a oferta de 10.125 vagas (Gráfico 1).

Gráfico 1
Total de vagas geradas por concurso público:
Bahia, 2000-2006



Fonte: Concursos CorreioWeb, PCIConcursos, Folha Dirigida, Meritum Consultoria (2007)

Para tanto, a teoria do capital humano remete-nos à concepção de que o verdadeiro investimento está relacionado a despesas com educação

O gráfico 1 evidencia que os valores relativos em 2001, em relação ao ano anterior, registram a maior taxa de crescimento no período (823,4%). Isso se deveu à expressiva oferta de vagas gerada pelo estado da Bahia, tendo como destaque a Secretaria de Administração do Estado e a Polícia Militar, ambos oferecendo 3.000 vagas para ingresso público, enquanto no mercado formal esta variação foi de apenas 5,5%.

Em 2002, verificamos um decréscimo de 72,3%, em que a quantidade de empregos gerados chega a 1.721, a despeito da disponibilidade de 14 diferentes órgãos na abertura de vagas, contra 5 no ano de 2001. Nesse ano, a quantidade vagas geradas pelo governo do estado e pelas prefeituras municipais foi bem menor, destacando-se a Prefeitura de Itamarajú, com 660 vagas.

As oportunidades de inserção nos segmentos que exigem concurso público variam segundo o grau de instrução do trabalhador e este, segundo Schultz (1973), está relacionado à capacidade de trabalho do homem, ou seja, ao capital humano. Para esse autor: Shultz (1973) afirma que “[...] ao investirem em si mesmas, as pessoas podem aumentar o campo de possibilidades postas a sua disposição”, aumentam seu nível de bem estar social e profissional.

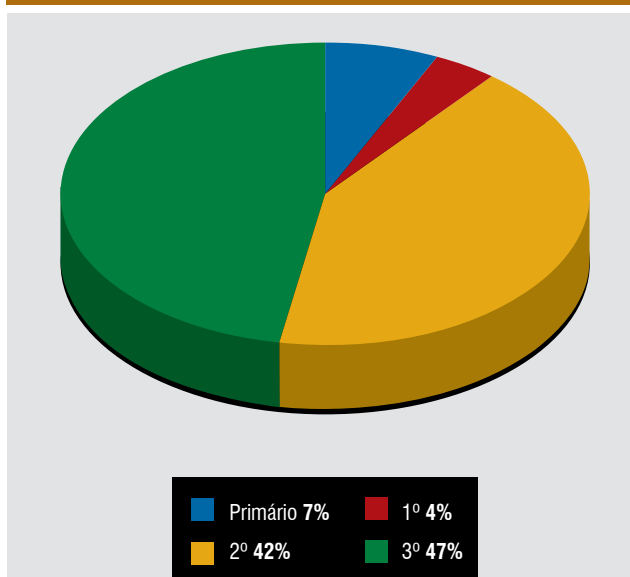
A Tabela 1 expõe os dados relativos a vagas para empregos públicos quanto ao grau de instrução no período em foco.

Tabela 1
Vagas em concurso público segundo o grau de instrução: Bahia, 2000-2006

Ano	Grau de instrução			
	Primário	1º Grau	2º Grau	3º Grau
2000	0	13	270	391
2001	30	73	3.060	3.061
2002	371	160	663	527
2003	4	183	1.540	2.484
2004	128	268	2.933	3.270
2005	497	385	2.767	6.476
2006	1.724	595	5.143	2.065
Total	2.754	1.677	16.376	18.274

Fonte: Concursos CorreioWeb, PCIConcursos, Folha Dirigida, Meritum Consultoria (2007)

Gráfico 2
Participação em relação ao grau de escolaridade: Bahia, 2000 - 2006



Fonte: Concursos CorreioWeb, PCIConcursos, Folha Dirigida, Meritum Consultoria (2007)

Observando a tabela 1, vemos que o concurso público na Bahia, no período analisado, disponibilizou 2.754 vagas para pessoas com formação primária, 1.677 para o 1º grau, 16.376 para o 2º grau e 18.274 para o terceiro grau. No que diz respeito ao primário, menor nível permitido para a investidura do cargo público, no período, abriram-se muitas vagas nas prefeituras municipais, que demandaram uma mão-de-obra menos qualificada. Somente no ano de 2006 foram geradas 1.724 vagas. A tabela evidencia, entretanto, que em todo o período analisado, o maior número de vagas ofertadas exige o nível médio e superior.

No Gráfico 2, podemos visualizar a participação em concursos públicos em relação ao grau de escolaridade exigido.

Conforme demonstra o Gráfico 2, há uma enorme disparidade entre as vagas geradas para o nível primário (4%) e o 3º grau (47%). Este resultado confirma a teoria de Schultz (1973) que o investimento em educação e/ou formação profissional é necessário para a obtenção de mais oportunidades no mercado de trabalho geral. Fica evidente, portanto, que o investimento em educação dará à pessoa mais chances de alcançar o tão sonhado cargo público para provimento de carreira.

Sobre a contribuição do investimento em capital humano para o crescimento econômico, Montouro Filho et al. (1998, p. 532) diz:

Apesar da inexistência ou da impossibilidade de análise de custo-benefício que pudesse indicar outras alternativas de investimentos que contribuíssem ainda mais para o crescimento econômico que investimento em capital humano, parece difícil rejeitar a proposição de que uma força de trabalho qualificada representa condição necessária para o crescimento econômico auto-sustentado

Fica evidente, portanto, a relevância da mão-de-obra qualificada para o crescimento econômico. Ao analisarmos o custo-benefício neste patamar, verificamos que as oportunidades geradas pelo mercado de trabalho dão preferência ao profissional mais qualificado. Em relação ao investimento em capital humano, é importante a conscientização do profissional de que o maior investimento em sua auto-formação resultará em maiores chances de alcançar uma renda adequada.

O Gráfico 3 exibe a faixa salarial média para as vagas oferecidas nos concursos públicos realizados no tempo transcorrido entre as datas estudadas.

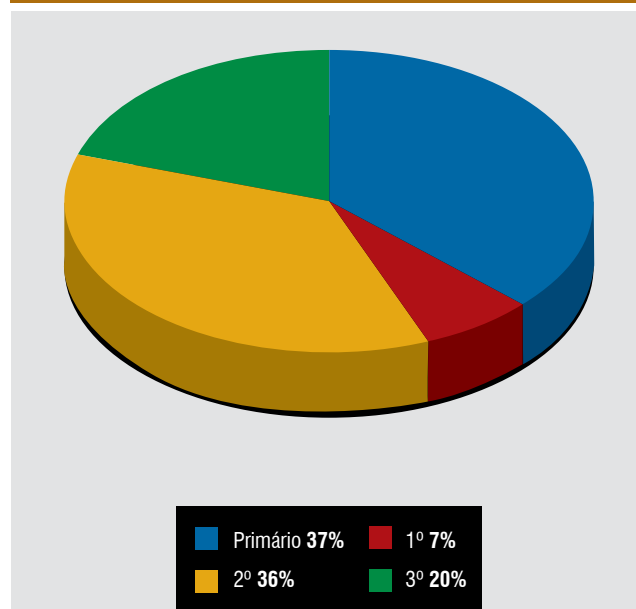
No período analisado, os salários variam entre R\$ 200,00 e R\$ 19.955,40. O Gráfico 4 mostra-nos que a média salarial para os concursos públicos realizados

Gráfico 3
Salário médio no concurso público: Bahia, 2000-2006



Fonte: Concursos CorreioWeb, PCIConcursos, Folha Dirigida, Meritum Consultoria, 2007

Gráfico 4
Participação em relação ao grau de escolaridade:
Bahia - 1º sem./2007



Fonte: Concursos CorreioWeb, PCIConcursos, Folha Dirigida, Meritum Consultoria (2007)

no estado da Bahia, no período analisado, chega a R\$ 2.692,10. No primeiro ano, esta média é de R\$ 592,70, pois corresponde ao registro do menor salário praticado no período (ver Gráfico 1), o mesmo ocorre com o ano de 2003, porém diz respeito ao crescimento de 144,7% em relação ao ano anterior do número de vagas, o que fez média salarial cair. Já em 2006, vale salientar que, além do aumento da média salarial (R\$ 2.519,9), houve também um aumento considerável na quantidade de vagas disponibilizada pelo governo, registrando um acréscimo de 1.314% em 2006 em relação a 2000.

No 1º semestre de 2007 foram realizados 25 concursos públicos no Estado da Bahia, colocando à disposição do mercado de trabalho 3.983 vagas; os municípios ofertaram 3.672 vagas. Dentre os municípios geradores de vagas, destaca-se a Prefeitura de Irecê, que ofereceu 544 vagas destinadas a todas as escolaridades.

No Gráfico 4 podemos visualizar o total de vagas oferecidas pelo setor público no primeiro semestre de 2007 em relação ao grau de escolaridade.

Conforme Gráfico 4, do total de vagas geradas no 1º semestre deste ano, 1.506 foram destinadas ao menor nível escolar, o que corresponde a uma participação 37% e apenas 798 vagas destinavam-se ao nível superior, com uma participação de 20%. Cerca de 10 concursos estão em andamento, com disponibilidade de 3.037 vagas, tendo como destaque a Prefeitura de Ilhéus (1.190). Entre os que estão previstos para o 2º semestre, para todos os níveis de escolaridade, temos: 3.000 vagas para as secretarias de Governo do Estado; 390 para o Tribunal Regional do Trabalho; 1.863 para a Prefeitura de Camaçari; e 297 para a Prefeitura de Piritiba.

O ano de 2007 prenuncia-se, portanto, como um ano propício, que poderá mudar a situação econômica e social de muitos profissionais. Para que isso se realize, entretanto, é necessário um grande empenho por parte dos governos Estadual e Municipais na realização dos anunciados concursos públicos e no cumprimento dos prazos para o chamado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oferta reduzida de empregos formais no mercado de trabalho representa um agravante para o desenvolvimento do Estado. Com isso, cai todo o ciclo que envolve uma economia — o consumo, o investimento, a produção, a capacidade de pagamento etc. — podendo até causar um alto índice de marginalização diante das dificuldades encontradas pelas pessoas que não têm um nível de escolaridade adequado para se colocar no mercado de trabalho e na vida social.

Como vimos, para que haja desenvolvimento é necessário crescimento. Assim, o Estado que contribuir para a geração de empregos estará promovendo condições para a realização da sobrevivência humana, reduzindo a pobreza, o desemprego e as desigualdades.

O objetivo de todo governo é aumentar a produção interna do país para gerar aumento na renda per capita, alcançando, com isto, um impacto positivo no nível de consumo e de investimento. Ao promover as condições para o aumento na oferta emprego, estará

trabalhando para o desenvolvimento econômico. No entanto, a estabilidade torna-se condição necessária para o desenvolvimento. Para tanto, o crescimento precisa ocorrer em ritmo suficiente para atender às reivindicações das diferentes classes sociais, regiões e países.

O concurso público ajuda a proporcionar a inserção do homem na sociedade, além de oportunizar o aperfeiçoamento das relações de trabalho, no entanto, impõe um enorme desafio para o sistema de educação profissional da Bahia. Nesse processo, além de o Estado ganhar pessoas qualificadas para a execução e aplicação de seus projetos, a sociedade agradece por disponibilizar de forma democrática o emprego almejado por todos.

Logo, as oportunidades de empregos ofertados pelo setor público variam de acordo com a qualificação do profissional, ou seja, quanto mais investe em si mesmo, maiores serão as oportunidades e o nível salarial. Desta forma, a teoria do capital humano confirma a sua relevância.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Registro Anual de Informações Sociais – RAIS*. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 08 ago. 2007a.

_____. Secretaria de Informações. *Bases Históricas*. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>>. Acesso em 08 ago. 2007b.

CONCEIÇÃO, Rosangela Ferreira. *A intervenção do governo na geração de emprego através de concurso público no Estado da Bahia 2000/2004*. 2005. 55 f. il. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2005.

CONCURSOS CorreioWeb. Disponível em: <<http://www.concursoscorreioWeb.com.br>>. Acesso em: 08 ago. 2007.

CRAWFORD, Richard. *Na era do capital humano*. São Paulo: Atlas, 1994.

FOLHA DIRIGIDA. Disponível em: <<http://www.folhadirigida.com.br>>. Acesso em: 08 ago. 2007.

FURTADO, Milton Braga. *Síntese da economia brasileira*. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

MARITUM CONSULTORIA. Disponível em: <<http://www.meritumconsultoria.com.br>>. Acesso em: 08 ago. 2007.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Regime constitucional dos servidores da administração direta e indireta*. 3. ed. São Paulo: Mealheiros Editores, 1995.

MONTOURO FILHO, André Franco et al. (Orgs.). *Manual de economia*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

PCI CONCURSOS. Disponível em: <<http://www.pciconcursos.com.br>>. Acesso em: 08 ago. 2007.

SCHULTZ, Theodore William. *O capital humano – investimento em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SILVA, Hélio. *Histórias da república brasileira*. 3. ed. São Paulo: Três, 2004.

informação e conhecimento mais perto de você.



www.sei.ba.gov.br



Programa de Aceleração do Crescimento: uma análise dos investimentos anunciados para a Bahia

Simone Uderman*

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), divulgado pelo Governo Federal em janeiro de 2007, chamou imediatamente a atenção pelo elevado volume de investimentos previstos e por prenunciar mudanças relevantes no debate econômico nacional, recolocando a questão do crescimento em pauta. Além disso, a preocupação demonstrada com a espacialização dos projetos e o reconhecimento da importância de medidas destinadas a reduzir os desequilíbrios regionais reintroduziram questões há muito excluídas da agenda governamental. De fato, ao considerar a expansão dos investimentos em infra-estrutura como condição para a aceleração do crescimento e a superação das desigualdades territoriais e sociais, o PAC enfoca questões estruturais que condicionam o desenvolvimento de áreas periféricas. Ao incorporar a recriação de órgãos como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) às medidas destinadas à melhoria do ambiente de investimentos, reconhece a importância de contar com instituições federais voltadas para combater as disparidades espaciais. Esses aspectos, a princípio, parecem abrir novas perspectivas para os estados e regiões mais pobres do país, realçando a importância de ações voltadas para o desenvolvimento e a integração territorial.

* Economista, Mestre em economia e Doutora em administração (Universidade Federal da Bahia - UFBA), Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Assessora técnico-econômica da Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia). simone@desenbahia.ba.gov.br



Na Bahia, estado marcado por profundas desigualdades sócio-espaciais e por níveis de produção e renda inferiores à sua representatividade demográfica, o anúncio de um novo programa nacional gerou grandes expectativas. A possibilidade de incremento dos investimentos federais e da implementação de novos investimentos privados nas áreas de logística de transportes e infra-estrutura energética, por um lado, reacende esperanças de que obstáculos sejam transpostos, suscitando movimentos de expansão da economia. A perspectiva de inversões na área de infra-estrutura social e urbana, por outro, além de sinalizar melhorias nas condições de vida da população, aponta o estabelecimento de condições expansivas capazes de desencadear um novo ciclo de crescimento econômico. Por fim, a alusão a ajustes institucionais fortalece a percepção de avanço no ambiente empresarial e de negócios, com atenção a necessidades e especificidades de regiões que apresentam bases menos robustas para um desenvolvimento consistente.

Entretanto, embora o PAC discrimine os valores totais a serem investidos por macrorregião econômica e detalhe os projetos a serem realizados em cada um dos estados brasileiros, não reúne informações referentes aos recursos a serem alocados nesses projetos, dificultando uma análise focada em uma economia estadual em particular. Com o propósito de subsidiar discussões acerca das perspectivas de crescimento da economia baiana e dos impactos esperados do PAC no território estadual, o presente trabalho procura estimar o valor dos investimentos anunciados para a Bahia, comparando-o com o total previsto para o Nordeste e para o conjunto do país.

INVESTIMENTOS PREVISTOS PARA A BAHIA

Além dos vultosos investimentos anunciados para os próximos anos, estimados em R\$ 503 bilhões, o PAC reúne um conjunto de medidas econômicas voltadas para a sustentação do crescimento nacional¹. O anúncio dessas

¹ As medidas apresentadas no PAC são agrupadas em cinco blocos: estímulo ao crédito e financiamento; melhoria do ambiente de investimento; desoneração e aperfeiçoamento da administração tributária; ajustes fiscais de longo prazo; e consistência fiscal (Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/pac/>>. Acesso em: 26 abr. 2007).

medidas caracteriza uma mudança no discurso governamental, sinalizando importantes ajustes na agenda econômica do país, basicamente focada, nos últimos anos, no controle do déficit fiscal e da inflação. Em linhas gerais, o PAC procura promover estímulos à expansão da economia, com especial atenção a setores capazes de propiciar um ciclo sustentável de redução das desigualdades sociais, tanto pela melhoria das condições de vida da população de baixa renda como pela geração de novos postos de trabalho. Nesse sentido, pretende marcar um ponto de inflexão entre o primeiro e o segundo mandato do presidente Lula, reaproximando-o dos propósitos manifestos na campanha eleitoral de 2002.

Em âmbito regional, embora essas medidas contemplem o objetivo de redução das desigualdades, expressos na recriação da SUDENE e da SUDAM, não incorporam condições regionalmente diferenciadas no uso dos instrumentos criados e/ou fortalecidos. A única menção a esse tipo de benefício aparece no âmbito dos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) destinados à logística, que prevêem taxas de juros de 0,5% para investimentos ferroviários no Norte e Nordeste e na redução de gargalos, contra taxas de 1% para os demais projetos¹. Esse diferencial, porém, é muito restrito, pois se limita ao modal ferroviário, além de admitir a incidência da mesma taxa de 0,5% para projetos voltados para a redução de gargalos em quaisquer regiões do país.

A fragilidade das medidas voltadas para o combate às disparidades regionais no país é reforçada pelas próprias condições nas quais a SUDENE foi recriada. A Lei Complementar nº 125, sancionada em janeiro de 2007, incorporou uma série de vetos ao Projeto de Lei Complementar de recriação da SUDENE aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, que descaracterizaram muito o projeto original, desvanecendo as expectativas iniciais de que se poderia contar com o apoio de uma institucionalidade forte e instrumentalizada para o cumprimento do objetivo de redução das desigualdades regionais fixado pelo próprio governo federal². De acordo com Almeida (2007), os vetos presi-



denciais resultaram “[...] na criação de uma instituição sem recursos, sem garantia de recursos, e com a sua autonomia limitada”.

Frente a essas limitações, as expectativas voltam-se para a remoção de obstáculos na área de infra-estrutura e para a indução de iniciativas empresariais que reforcem a trajetória de crescimento da economia, materializadas na carteira de projetos anunciada. Estima-se que, para crescer acima de 5% de forma sustentada, a taxa de investimento no Brasil tenha que passar dos 16,3%, registrados em 2006, para pelo menos 21% (BAUTZER, 2007). Assim, é importante analisar as propostas de investimentos em infra-estrutura contidas no PAC e acompanhar a sua execução, atentando para os seus impactos no comportamento geral da economia, na melhoria das condições sociais da população brasileira e nos níveis de desigualdades regionais do país. Afinal, “mais que um plano de expansão do investimento, o PAC quer introduzir um novo conceito de investimento em infra-estrutura no Brasil. Um conceito que faz das obras de infra-estrutura um instrumento de universalização dos benefícios econômicos e sociais para todas as regiões do País” (INVESTIMENTOS..., 2007b).

Com o intuito de estabelecer referências para o valor dos investimentos anunciados para os próximos quatro anos, a Tabela 1 apresenta, com base em dados reunidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplica-

² Os vetos estão detalhados na mensagem encaminhada ao Senado Federal (BRASIL, 2007b).

Tabela 1
PIB e População: Brasil, Nordeste e Bahia

Variáveis	Brasil (R\$)	Nordeste (R\$)	Bahia (R\$)	Nordeste/Brasil %	Bahia/Nordeste %	Bahia/Brasil %
PIB ¹	1.199.853.286	168.739.024	59.008.536	14,1	35,0	4,9
População ²	183.798.218	50.962.298	13.780.409	27,7	27,0	7,5

Fonte: IPEADATA (Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 06 mar. 2007. Elaboração própria

¹ Dados de 2004 em R\$ de 2000

² Estimativa Jul./2005

da (IPEA), informações referentes ao Produto Interno Bruto (PIB) e à população da Bahia, da região Nordeste e do Brasil. A Tabela 2, por sua vez, reproduz os valores dos investimentos incluídos no PAC nas áreas de logística, energia e infra-estrutura social e urbana para o Nordeste e o Brasil. Os dados dos investimentos previstos para a Bahia não estão consolidados no programa, tendo sido coletados a partir de um esforço de pesquisa direcionado a fontes oficiais, sites institucionais e a matérias divulgadas na imprensa e na internet. Os resultados desse esforço são apresentados nas seções que seguem que seguem, de modo a permitir a construção, nas Considerações Finais deste artigo, de um quadro comparativo completo do conjunto dos investimentos anunciados que subsidie a discussão da importância relativa e dos impactos esperados do PAC na Bahia.

As informações reunidas permitem observar, de antemão, que os valores dos investimentos anunciados no PAC para o Nordeste só são superiores à representatividade econômica da região no caso do eixo social e urbano. Entretanto, como muitos dos investimentos aí previstos relacionam-se à infra-estrutura básica

(energia residencial, saneamento, habitação popular e transporte de massa), é razoável supor que estejam mais associados à participação da região no total da população que no PIB. Verifica-se, porém, que a participação do Nordeste no total previsto para o eixo social e urbano no país não alcança a sua representatividade demográfica.

Para uma análise comparativa dos investimentos anunciados para a Bahia, discriminam-se, nas seções que seguem, os projetos e valores previstos para esse estado por eixo de intervenção (logística, energética, social e urbana), comparando-os com os valores divulgados para o Nordeste e o Brasil. É bem verdade que o caráter nacional de muitos dos empreendimentos, que não se localizam em uma única região ou estado e não têm impactos apenas sobre uma determinada região ou estado, circunscrevem esse tipo de trabalho. Entretanto, explicitada essa limitação, o esforço de estimar o total de recursos a ser alocado na Bahia e relacioná-lo ao montante a ser investido no Nordeste e no Brasil permanece válido, uma vez que estabelece parâmetros consistentes.

As principais fontes de consulta dos investimentos estaduais foram os documentos de divulgação do PAC³, o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o BNDES, a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), a Secretaria de Infra-Estrutura do Estado da Bahia (SEINFRA) e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (SEDUR). Além dessas, outras fontes foram também consultadas para completar

Tabela 2
PAC – previsão de investimentos: 2007-2010

Eixos	Brasil (R\$ bilhões)	Nordeste (R\$ bilhões)	Nordeste/Brasil (%)
Logística	58,3	7,4 (*)	12,7
Energética	274,8	29,3	10,7
Social e Urbana	170,8	43,7	25,6
Total	503,9	80,4	16,0

Fonte: <http://www.brasil.gov.br/pac/infra_estrutura>. Acesso em: 26 abr. 2007. Elaboração própria

Nota: (*) Embora esse valor conste no PAC, identificou-se, na pesquisa, um total de investimentos em logística superior para o Nordeste

3 Disponíveis em: <http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/noticias/pac/070122_PAC_INFRA-ESTRUTURA_ANEXOS.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2007; <<http://www.brasil.gov.br/pac/>>. Acesso em: 26 abr. 2007.

o quadro de informações e dirimir dúvidas acerca dos valores ou do escopo de alguns dos investimentos tratados, sendo especificadas ao longo do texto, quando necessário. O esforço de análise dos investimentos do PAC ainda se apóia em matérias e artigos veiculados na imprensa e na internet.

INVESTIMENTOS NO EIXO LOGÍSTICO

No eixo logístico, prevêem-se, para o período 2007-2010, investimentos da ordem de R\$ 58,3 bilhões. O maior volume de recursos está alocado no modal rodoviário, que conta com R\$ 33,4 bilhões, ou 57,3% do montante a ser investido em logística. Na seqüência, aparece a marinha mercante, com R\$ 10,6 bilhões, seguida pelas ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias, com valores de R\$ 7,9 bilhões, R\$ 2,7 bilhões, R\$ 3,0 bilhões e R\$ 700 milhões, respectivamente.

Nos mapas que ilustram os documentos de divulgação do programa, pode-se visualizar cada um dos investimentos anunciados para o Nordeste e identificar a sua localização por estado. Para acessar os valores de cada projeto, entretanto, foi necessário empreender uma cuidadosa pesquisa, que resultou na montagem das seis tabelas que seguem (Tabelas 3 a 8). Essas tabelas, que detalham os projetos previstos para o Nordeste em cada modal do eixo logístico, permitem formar uma idéia a respeito do conjunto de investimentos anunciados para a Bahia e da sua representatividade no total dos investimentos a serem realizados no Nordeste. A Tabela 9, por sua vez, reúne os valores anunciados em logística para o Brasil, o Nordeste e a Bahia, calculando a representatividade do estado no conjunto da região e do país.

Os investimentos rodoviários em território baiano, cujos valores estão dispostos na Tabela 3, são:

- Adequação/duplicação da BR-101 entre a divisa com Sergipe/Bahia e o entroncamento com a BR-324.
- Construção do trecho da BR-135 entre as divisas Piauí/Bahia e Bahia/Minas Gerais.
- Construção da ponte sobre o rio São Francisco, na rodovia BR-116, divisa Pernambuco/Bahia.
- Restauração, manutenção, operação e aumento de capacidade dos trechos da BR-324 entre Salvador e Feira de Santana e da BR-116 de Feira de Santana até a divisa com Minas Gerais. Para essa obra, que depende de uma Parceria Público-Privada (PPP), prevê-se cerca de R\$ 1,15 bilhão, correspondente ao prazo máximo de 17 anos de contrato⁴. Para o período 2007-2010, de acordo com o DNIT, serão destinados R\$ 405,1 milhões ao empreendimento⁵.

Tabela 3
Investimentos em rodovias: Nordeste e Bahia
R\$ milhões

Rodovia	Nordeste	Bahia	Bahia/Nordeste (%)
BR-101	2.807,0	330,0	11,8
BR-230 (PB)	70,0	0,0	0,0
BR-135	587,0	250,0	42,6
BR-116 (construção da ponte)	22,0	22,0	100,0
BR 116-324	405,1	405,1	100,0
Total	3.891,1	1.007,1	25,9

Fonte: <http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/noticias/pac/070122_PAC_INFRA-ESTRUTURA_ANEXOS.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2007; <<http://www.dnit.gov.br/noticias/pacnordeste>>. Acesso em: 08 maio 2007. Elaboração própria.

Os projetos no modal ferroviário para a Bahia, conforme a Tabela 4, envolvem a construção do contorno ferroviário dos municípios de São Félix e Cachoeira; a construção de ferrovia entre Camaçari e o porto de Aratu; e a implantação de ligação ferroviária para viabilizar o acesso ao porto de Juazeiro. Para as obras da ferrovia Transnordestina, orçadas em R\$ 4,5 bilhões a serem investidos até 2013, o PAC prevê recursos da ordem de R\$ 2,5 bilhões para os estados do Ceará, Pernambuco e Piauí no período 2007-2010⁶.

No âmbito portuário, os projetos a serem realizados na Bahia incluem a dragagem do canal de acesso e bacia de evolução dos portos de Salvador, Aratu e Ilhéus e a cons-

⁴ Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/ppp/conteudo/Projetos/br_116.htm#estagio>. Acesso em: 08 maio 2007.

⁵ Disponível em <<http://www.dnit.gov.br/noticias/pacnordeste>>. Acesso em: 08 maio 2007.

⁶ Informações disponíveis em: <<http://www.dnit.gov.br/noticias/pacnordeste>>. Acesso em: 01 jun. 2007.

Tabela 4
Investimentos ferroviários: Nordeste e Bahia
R\$ milhões

Ferrovia	Nordeste	Bahia	Bahia/Nordeste (%)
Contorno S. Félix-Cachoeira	110,2	110,2	100,0
Variante Camaçari-Aratu	78,4	78,4	100,0
Ferrovia Transnordestina	2.500	0,0	0,0
Acesso ao porto Juazeiro	26,5	26,5	100,0
Total	2.715,1	215,1	7,9

Fonte: <http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/noticias/pac/070122_PAC_INFRA-ESTRUTURA_ANEXOS.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2007. Elaboração própria.

Tabela 5
Investimentos portuários: Nordeste e Bahia
R\$ milhões

Ações	Nordeste	Bahia	Bahia/Nordeste (%)
Construção de berço, dragagem/recuperação/ampliação Itaqui (MA)	234,0	0,0	0,0
Duplicação acesso rodoviário Itaqui (MA)	54,0	0,0	0,0
Dragagem Porto Fortaleza (CE)	25,2	0,0	0,0
Duplicação acesso Pecém (CE)	82,0	0,0	0,0
Sistema de atracação Areia Branca (RN)	22,7	0,0	0,0
Dragagem Porto Natal (RN)	30,0	0,0	0,0
Dragagem canal Suape (PE)	85,0	0,0	0,0
Construção acesso rodoferroviário Suape (PE)	27,9	0,0	0,0
Dragagem Salvador, Aratu e Ilhéus (BA)	135,2	135,2	100,0
Construção Via Expressa porto Salvador (BA)	190,0	190,0	100,0
Total	886,0	325,2	36,7

Fonte: <http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/noticias/pac/070122_PAC_INFRA-ESTRUTURA_ANEXOS.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2007. Elaboração própria.

trução de avenida interligando a área do porto de Salvador à BR-324, cujos valores são apresentados na Tabela 5.

O único investimento estruturante previsto no modal hidroviário no eixo logístico do PAC, por sua vez, envolve melhoramentos (derrocamento, dragagem e balizamento) no rio São Francisco e a reforma dos equipamentos e sistemas da eclusa de Sobradinho, na Bahia (Tabela 6).

Tabela 6
Investimentos hidroviários: Nordeste e Bahia
R\$ milhões

Ação	Nordeste	Bahia	Bahia/Nordeste (%)
Melhoramentos São Francisco	30	30	100,0

Fonte: <http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/noticias/pac/070122_PAC_INFRA-ESTRUTURA_ANEXOS.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2007. Elaboração própria.

Para os aeroportos do Nordeste, o PAC prevê investimentos de R\$ 151 milhões. Dos seis projetos anunciados, três já se encontram em fase de implantação. Para esses, foi possível obter informações referentes ao valor total das obras no site da Infraero. Entretanto, como essas obras já estão em curso, o somatório dos valores ali apresentados (R\$ 240 milhões) supera os R\$ 151 milhões previstos para o conjunto do Nordeste no PAC. Para o projeto de intervenção no sistema viário que dá acesso ao aeroporto de Salvador, cujo propósito é equacionar o problema dos congestionamentos constantes no seu entorno, o investimento estimado é de R\$ 76 milhões, de acordo com declarações do secretário estadual de infra-estrutura (INVESTIMENTOS..., 2007). Para os projetos previstos no Piauí e em Pernambuco, não foi possível obter informações referentes aos valores a serem investidos ao longo do período 2007-2010. Assim, optou-se por discriminar, na Tabela 7, os investimentos previstos e o valor total a ser

Tabela 7
Investimentos em aeroportos: Nordeste e Bahia
R\$ milhões

Ações	Nordeste	Bahia	Bahia/Nordeste (%)
Ampliação e reforço Parnaíba (PI)	n.d.	0	0,0
Construção do terminal e da torre Fortaleza (CE)	< 53,5	0	0,0
Ampliação da capacidade João Pessoa (PB)	< 52,9	0	0
Construção S. Gonçalo Amarante (RN)	< 98,0	0	0
Construção pontes de embarque Recife (PE)	n.d.	0	0
Readequação do acesso Salvador (BA)	76,0	76,0	100
Total	151,0	76,0	50

Fonte: Para Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, <<http://www.infraero.gov.br/obra.php?menuid=inve>>. Acesso em: 09 maio 2007. O dado de investimentos totais no Nordeste foi extraído do PAC e o valor relativo à Bahia pode ser encontrado em Investimentos... (2007). Elaboração própria

investido no Nordeste e na Bahia, deixando-se em aberto os espaços destinados à especificação dos valores das obras do Piauí e de Pernambuco e colocando indicações referentes aos valores das obras em andamento.

Além dos valores mencionados até aqui, o PAC ainda prevê, no eixo logístico, R\$ 10,6 bilhões em investimentos para a marinha mercante, destinados a incentivar a indústria naval brasileira. Já foram anunciados investimentos de R\$ 1,96 bilhões, R\$ 667,4 milhões e R\$ 2,75 bilhões, respectivamente, para a construção de nove petroleiros pelo Consórcio Rio Naval (RJ), para a instalação do Estaleiro Atlântico Sul no porto de Suape (PE) e para a construção de 10 navios-tanque nesse mesmo estaleiro, a serem financiados pelo BNDES⁷. Esses empreendimentos alcançam R\$ 5,4 bilhões, equivalentes a pouco mais da metade dos recursos previstos no PAC para a marinha mercante. Desse total, R\$ 3,42 bilhões serão aplicados no Nordeste, mais especificamente no estado de Pernambuco. Os R\$ 5,2 bilhões adicionais serão dirigidos para o estado do Rio de Janeiro e Santa Catarina⁸.

Tabela 8

Marinha Mercante: Nordeste e Bahia

R\$ bilhões

Investimento	Nordeste	Bahia	Bahia/Nordeste (%)
Total	3,4	0,0	0,0

Fonte: <http://www.bndes.gov.br/noticias/2007/not076_07.asp>. Acesso em: 10 maio 2007. Elaboração própria

Na Tabela 9, apresenta-se uma síntese dos investimentos anunciados no PAC para o eixo logístico no Brasil, no Nordeste e na Bahia, discriminados por modal. Conforme mencionado anteriormente, chegou-se neste trabalho, pelo somatório dos valores associados aos projetos a serem executados no Nordeste, a um total de R\$ 11,09 bilhões, superior aos R\$ 7,4 bilhões informados no PAC. Grande parte dessa diferença decorre do fato de que os investimentos referentes à marinha mercante não estão contabilizados nos R\$ 7,4 bilhões. Além disso, é possível que haja alguma divergência em função dos projetos considerados nacionais. Essas di-

ferenças, contudo, não impedem que se estabeleçam referências que sustentem a análise da participação relativa do Nordeste e da Bahia nos investimentos anunciados para o país.

Para a região Nordeste, obteve-se um percentual de participação no total dos investimentos prenunciados no PAC de 19%, superior à participação da região no PIB do Brasil. Esse valor é fortemente influenciado pelos R\$ 2,5 bilhões destinados à ferrovia Transnordestina, que facilita o acesso aos portos de Pecém (CE) e Suape (PE), criando canais de exportação alternativos para a produção da região oeste da Bahia⁹. Outro empreendimento relevante é o do Estaleiro Atlântico Sul, que reforça o complexo industrial e portuário de Suape, colocando o estado de Pernambuco como um importante centro de manutenção e reparos navais e fortalecendo a sua posição como centro de exportação regional¹⁰.

A Bahia, por sua vez, representa apenas 14,9% e 2,8% dos investimentos previstos no eixo logístico para o Nordeste e para o Brasil, respectivamente, percentuais bastante inferiores à representatividade do estado no PIB e na população da região e do país. O maior investimento identificado para o estado, equivalente a 25% do total anunciado no PAC para a logística na Bahia, refere-se às obras da BR 116-324, cuja PPP já teve editais aprovados pelo Tribunal de Contas da União. As versões finais do edital e do contrato, já com sugestões de alteração decorrentes do processo de consulta e audiência pública, deverão ser ainda referendadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres e submetidas ao Comitê Gestor de Parceria Público-Privada Federal para aprovação formal e autorização da abertura do procedimento licitatório. Em que pese a relevância do empreendimento para

⁹ Esse empreendimento responde por 22,5% do total dos recursos anunciados no PAC em logística para o Nordeste. Segundo informações obtidas diretamente no Ministério da Integração Nacional, conta, majoritariamente, com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) e do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), além de financiamentos do BNDES. A autora agradece a Karla Arns, assessora especial do Ministro, pelas informações prestadas em 01/06/2007.

¹⁰ Os investimentos destinados à construção naval em Pernambuco, financiados pelo BNDES, correspondem a 30,8% do total anunciado para o eixo logístico no Nordeste.

⁷ Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/>>. Acesso em: 10 maio 2007.

⁸ Informações disponíveis em: <http://www.revistafator.com.br/ver_noticia.php?not=8170>. Acesso em: 10 maio 2007.

Tabela 9 Investimentos do PAC no Eixo Logístico: Brasil, Nordeste e Bahia						R\$ bilhões
Tipo	Brasil	Nordeste	Bahia	Nordeste/Brasil (%)	Bahia/Nordeste (%)	Bahia/Brasil (%)
Rodovias	33,40	3,89	1,01	11,6	25,9	3,0
Ferrovias	7,90	2,72	0,22	34,4	7,9	2,7
Portos	2,70	0,89	0,33	32,8	36,7	12,0
Aeroportos	3,00	0,15	0,08	5,0	50,3	2,5
Hodrovias	0,70	0,03	0,03	4,3	100,0	4,3
Marinha Mercante	10,60	3,42	0,00	32,3	0,0	0,0
Total	58,30	11,09	1,65	19,0	14,9	2,8

Fonte: Elaboração própria com base nas tabelas 3 a 8

a melhoria de um importante corredor de tráfego nacional, pode ser questionada a sua precedência em relação a outras obras viárias importantes para o desenvolvimento da Bahia¹¹. Além disso, independentemente dessa discussão, é preciso chamar a atenção para o fato de que o empreendimento não conta com recursos orçamentários ou provenientes de outras fontes sob controle do governo federal, estando prevista no modelo de PPP, que enfrenta dificuldades para se concretizar.

INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA ENERGÉTICA

A área energética, que concentra 54,5% do total de recursos previstos para o período 2007-2010, é um eixo crucial para o sucesso de todo o programa, uma vez que eventuais restrições no fornecimento de energia podem comprometer os demais empreendimentos anunciados e frustrar novos projetos produtivos. Assim, a confiança do empresariado no sucesso das ações previstas, essencial para comprometer o setor privado com o PAC e garantir os efeitos multiplicadores desejados, depende de uma sinalização adequada no âmbito da infra-estrutura energética.

No PAC, é possível identificar os investimentos a serem realizados em cada estado na geração e transmissão de energia elétrica, no refino e petroquímica, na infraestrutura de transporte de gás natural e em biocombustíveis. Entretanto, os valores desses investimentos apenas aparecem agregados por região, de modo que foi preciso recorrer a outras fontes para obter informações referentes aos montantes previstos para a Bahia. Quanto aos investimentos anunciados para a exploração e produção de petróleo, apenas constam no programa os valores previstos para o conjunto do país, tendo sido necessário estabelecer alguns supostos, com base nos dados e informações obtidos junto à Petrobras, para estimar os recursos a serem alocados na Bahia¹². As seis tabelas apresentadas na sequência (tabelas 10 a 15) discriminam os valores previstos para o Nordeste e a Bahia em cada área de ação do eixo energético do PAC, permitindo estimativas a respeito da representatividade do estado na região e no país. A última das tabelas exposta nesta seção (Tabela 16), por sua vez, consolida os resultados previamente exibidos.

Na geração de energia elétrica, prevêem-se investimentos em sete Usinas Hidrelétricas (UHEs) e sete Unida-

¹¹ A ligação entre o oeste e a faixa litorânea, por exemplo, é essencial para facilitar a logística de distribuição de parcela importante do agribusiness estadual e integrar física e economicamente o território baiano, dinamizando áreas deprimidas da região semi-árida através da articulação dos extremos territoriais. Ciente disso, o governador da Bahia discutiu recentemente, em audiência com o presidente da República, projeto de construção de ferrovia ligando o oeste ao litoral do estado (GOVERNADOR..., 2007).

¹² As informações utilizadas foram divulgadas no I Encontro Baiano de Economia, realizado em setembro de 2005. Nesse evento, o representante da Petrobras, André Ghirardi, anunciou que seriam investidos na Bahia, entre 2006 e 2010, US\$ 3,6 bilhões, destinados à exploração, produção e refino de petróleo e à expansão de gasodutos. Supondo-se investimentos equitativamente distribuídos ao longo do quinquênio, pode-se considerar, para o quadriênio 2007-2010, valores da ordem de US\$ 2,88, que, convertidos a uma taxa de câmbio de R\$ 2,5 – dólar médio do ano de 2005 e também taxa utilizada pela empresa para converter os valores apresentados no seu Plano Estratégico (PETROBRAS, 2007) –, correspondem a R\$ 7,2 bilhões.

des de Transmissão de Energia (UTES), três das quais na Bahia. De acordo com o Ministério das Minas e Energia, essas três unidades, com capacidade total de 436 MW, terão um custo de R\$ 1,2 bilhão (RONDEAU, 2007b). A Tabela 10 compara o valor dos investimentos anunciados em geração de energia elétrica no Nordeste com o valor dos três empreendimentos previstos para a Bahia.

Tabela 10
Geração de energia elétrica: Nordeste e Bahia
R\$ milhões

	Nordeste	Bahia	Bahia/ Nordeste (%)
UTE Camaçari Muricy I e II e Camaçari Pólo de Apoio (BA)	1.200,0	1.200,0	100
Demais UTES e UHEs no Nordeste	9.948,0	0,0	0
Total	11.148,0	1.200,0	10,8

Fonte: <http://www.brasil.gov.br/pac/infra_estrutura>. Acesso em: 26 abr. 2007. Para a Bahia, Rondeau, (2007b). Elaboração própria

Na transmissão de energia elétrica, estimam-se, até 2010, investimentos de cerca de R\$ 1,5 bilhão para a implantação de 2.276 km de linhas de transmissão (LT), distribuído entre 10 empreendimentos. Na Tabela 11, apresentam-se os investimentos anunciados para a região Nordeste, comparando-se o seu valor total com o valor das duas LTs em implantação na Bahia¹³.

Tabela 11
Transmissão de energia elétrica: Nordeste e Bahia
R\$ milhões

LT's	Nordeste	Bahia	Bahia/ Nordeste (%)
LT Ibicoara - Brumado (BA)	67,6	67,6	100
LT Funil - Itapebi (BA)	48,6	48,6	100
Demais LTs no Nordeste	1.432,8	0,0	0
Total	1.549,0	116,2	7,5

Fonte: <http://www.brasil.gov.br/pac/infra_estrutura>. Acesso em: 26 abr. 2007. Para a Bahia, Rondeau, (2007b). Elaboração própria.

¹³ Vale ressaltar que, em investimentos associados à geração e transmissão de energia elétrica, os financiamentos do BNDES assumiram novas condições, criando maiores facilidades para os tomadores. Informações disponíveis em: <<http://www.bndes.gov.br/infraestrutura/pac.asp>>. Acesso em: 02 maio 2007.

Os recursos anunciados no PAC para a exploração e produção de petróleo no período 2007-2010 atingem R\$ 93,4 bilhões, 87% dos quais, equivalentes a R\$ 81,4 bilhões, provenientes da Petrobras. Essa empresa prevê investimentos próprios na área de produção de petróleo de R\$ 63,9 bilhões, que somados aos R\$ 6 bilhões estimados para outras companhias atingem R\$ 69,9 bilhões até 2010. Na área de exploração de petróleo, os investimentos da Petrobras são estimados em R\$ 17,5 bilhões, enquanto os investimentos esperados de outras empresas alcançam cerca de R\$ 6 bilhões. Embora não tenha sido possível obter a especificação desses investimentos por região ou por estado, estimou-se em R\$ 2,8 bilhões o montante a ser investido pela Petrobras na Bahia ao longo do período 2007-2010¹⁴. Assumindo-se a mesma proporção apresentada no PAC entre os investimentos da Petrobras e os recursos a serem investidos na área de produção e exploração no país (87%), pode-se, então, considerar equivalentes a R\$ 3,2 bilhões os valores previstos para inversão na área de exploração e produção de petróleo na Bahia ao longo do quadriênio 2007-2010.

Nas atividades de refino e petroquímica, o PAC anuncia investimentos de R\$ 45,2 bilhões até 2010. No Nordeste, prevêem-se investimentos na ampliação da Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (Lubnor), em Fortaleza (CE), na implantação da Refinaria Abreu e Lima (PE), na planta de Ácido Tereftálico Purificado (PTA) localizada no complexo portuário de Suape (PE), no Pólo Têxtil de Suape (PE) e na modernização da Refinaria Landulpho

Tabela 12
Exploração e produção de petróleo: Brasil e Bahia
R\$ bilhões

Empresa	Brasil ¹	Bahia ²	Bahia/Brasil (%)
Petrobras	81,4	2,80	3,4
Outros	12,0	0,40	3,3
Total	93,4	3,2	3,4

Fonte: ¹ <http://www.brasil.gov.br/pac/infra_estrutura>. Acesso em: 26 abr. 2007

² Estimativas baseadas em informações divulgadas pela Petrobras. Elaboração própria.

¹⁴ Em 2005, previam-se investimentos de US\$ 1,4 bilhão para a exploração e produção de petróleo na Bahia. Conforme já informado, supuseram-se desembolsos anuais equitativos e uma taxa de conversão de US\$ 2,5.

Tabela 13 Refino e petroquímica: Nordeste e Bahia			
	R\$ milhões		
Local	Nordeste	Bahia	Bahia/Nordeste (%)
Lubnor (CE)	245,0	0,00	0,0
Refinaria Abreu e Lima (PE)	5.600,0	0,00	0,0
Planta de PTA (PE)	1.200,0	0,00	0,0
Pólo Têxtil (PE)	678,7	0,00	0,0
RLAM (BA)	1.660,0	1.660,0	100,0
	9.383,7	1.660,0	17,7

Fonte: Petrobras (2007). Para a Lubnor e a RLAM, respectivamente, Rondeau (2007a) e estimativas baseadas em informações divulgadas pela Petrobras. Elaboração própria.

Alves (RLAM), na Bahia. Os valores previstos para inversão na RLAM não foram divulgados no PAC, de modo que se recorreu a um exercício análogo ao que foi efetuado para os investimentos na área de exploração e produção de petróleo para chegar a uma estimativa fundamentada. Assim, considerando-se os US\$ 830 mil anunciados em 2005 para investimentos entre 2006 e 2010 na adequação da RLAM ao processamento de óleo pesado e ao perfil de consumo da região, e supondo equitativos os recursos a serem aplicados a cada ano, trabalhou-se com um montante de R\$ 1,66 bilhão para o período 2007-2010¹⁵.

A rede de gasodutos em construção ou a serem construídos pela Petrobras envolve investimentos de R\$ 12,5 bilhões até 2010, referentes à implantação de 4.526 km em todo o país. Na região Nordeste, serão implantados 1.668 km de gasodutos, correspondentes a investimentos da ordem de R\$ 4,6 bilhões. Esses recursos serão alocados na implantação dos trechos do Gasoduto Nordeste (GASENE) entre Cacimbas (ES) e Catu (BA), Catu (BA) e Carmópolis (SE) e Carmópolis (SE) e Pilar (AL), que cortam grande parte do território baiano. Além dos claros benefícios à integração energética nacional, trata-se de um empreendimento de grande impacto territorial, uma vez que o custo associado à abertura de novas linhas de transmissão ao longo do percurso é relativamente baixo quando comparado ao

fracionamento no sistema de energia elétrica, abrindo oportunidades de atendimento energético para pequenas e médias empresas em uma grande faixa de influência no entorno do gasoduto, que abrange áreas de grande vulnerabilidade social e econômica. Em 2005, a Petrobras estimava para a Bahia, que abriga cerca de metade do traçado do GASENE, investimentos da ordem de U\$ 1,7 bilhão, equivalente a R\$ 5,75 em cinco anos ou, supondo mais uma vez desembolsos anuais equitativos, R\$ 4,6 bilhões entre 2007 e 2010. Para manter a coerência metodológica com as estimativas anteriores, optou-se, por alocar a totalidade dos recursos anunciados para a implantação de gasodutos no Nordeste na Bahia, desconsiderando-se que parte dos valores destina-se ao trecho Carmópolis-Pilar.

A previsão da ampliação da infra-estrutura de gás natural inclui ainda, no âmbito do PAC, investimentos de R\$ 2,9 bilhões em Gás Natural Liquefeito (GNL), dos quais R\$ 1 bilhão a ser aplicado no Nordeste¹⁶. A Petrobras prevê também investimentos de R\$ 25 bilhões para a ampliação da oferta de gás na região Sudeste, incluídos no chamado Plano de Antecipação da Produção de Gás (PLANGÁS).

Tabela 14 Gás natural: Brasil, Nordeste e Bahia				
	R\$ bilhões			
Tipo	Brasil	Nordeste	Bahia	Bahia/Nordeste (%)
Gasoduto	12,5	4,6	4,6	100
GNL	2,9	1,0	-	-
Plangás	25,0	-	-	-
Total	40,4	5,6	4,6	82

Fonte: Petrobras (2007). Para a Bahia, estimativas com base em informações da Petrobras. Elaboração própria.

Os investimentos anunciados para a produção de biocombustíveis (etanol e biodiesel) e na construção de alcooldutos no PAC somam R\$ 17,4 bilhões, dos quais R\$ 140 milhões a serem aplicados no Nordeste, onde estão previstas ou em fase de implantação seis usinas de biodiesel. Especificamente na Bahia, prevê-se

¹⁵ Esse valor corresponde a 7,5% dos R\$ 22,6 bilhões envolvendo obras em todas as refinarias da Petrobras até 2010 (PETROBRAS, 2007). Informações divulgadas na imprensa dão conta de que os investimentos previstos para a RLAM no período 2006-2010 eram estimados, no início desse período, em R\$ 1,8 bilhão (Disponível em: <<http://oempreiteiro.com.br/oe438/petroleo.htm>>. Acesso em: 14 maio 2007).

¹⁶ Segundo informações divulgadas pela Rede Baiana de Biocombustíveis, prevê-se a implantação de duas estações de regaseificação de GNL, sendo uma no porto de Pecém (CE) e outra no Rio de Janeiro (Disponível em: <<http://www.rbb.ba.gov.br/index.php?id=144&prefixo=det&menu=noticia>>. Acesso em: 14 maio 2007).

Tabela 15
Biocombustíveis: Brasil, Nordeste e Bahia

R\$ milhões

	Brasil	Nordeste	Bahia	Bahia/ Nordeste (%)
Biocombustíveis	17.400,00	140,00	78,00	56

Fonte: <http://www.brasil.gov.br/pac/infra_estrutura>. Acesso em: 26 abr. 2007. Para a Bahia, Carvalho (2006). Elaboração própria.

a instalação de uma unidade industrial no município de Candeias, com capacidade para produzir 57 mil t/ano. Segundo informações veiculadas na imprensa, a Petrobras investirá cerca de R\$ 78 milhões nesse projeto (CARVALHO, 2006).

A Tabela 16 consolida os resultados apresentados nesta seção, sintetizando os valores previstos no PAC para investimentos em infra-estrutura energética no Brasil, Nordeste e Bahia discriminados por programa (geração e transmissão de energia elétrica, exploração e produção de petróleo, refino e petroquímica, gás natural e biocombustíveis). Para as atividades de produção e exploração de petróleo, não foram obtidos os valores a serem investidos no Nordeste, de modo que se repetiu para o conjunto da região o número estimado para a Bahia. Assumir esse suposto implica contrariar a informação contida no PAC de que serão investidos em projetos de infra-estrutura energética, até 2010, R\$ 29,3 bilhões no Nordeste. Entretanto, a diferença encontrada não tem grande significância relativa. Além disso, o PAC prevê a alocação de R\$ 101,7 bilhões em projetos na

área de energia considerados nacionais, que não estão localizados em uma única região do Brasil. Isso pode explicar, total ou parcialmente, a diferença entre o valor anunciado para o Nordeste no eixo energético e o valor obtido neste trabalho.

Assim como no eixo logístico, a participação relativa da Bahia no total dos investimentos energéticos previstos no PAC é inferior à sua representatividade econômica e demográfica, sobretudo quando se consideram os segmentos de geração e transmissão de energia elétrica. O maior dos projetos anunciados para o estado é o GASENE, que integra a estratégia de interligação nacional de rede de gasodutos e se constitui em obra fundamental para a consolidação da indústria de gás natural no país.

Tabela 16
Investimentos do PAC no eixo energético: Brasil, Nordeste e Bahia

R\$ bilhões

Tipo	Brasil	Nordeste	Bahia	Nordeste/Brasil (%)	Bahia/Nordeste (%)	Bahia/Brasil (%)
Geração de energia elétrica	65,90	11,15	1,20	16,9	10,8	1,8
Transmissão de energia elétrica	12,50	1,55	0,12	12,4	7,5	0,9
Exploração e produção de petróleo	93,40	3,20	3,20	3,4	100,0	3,4
Refino e petroquímica	45,20	9,38	1,70	20,8	18,1	3,8
Gás natural	40,40	5,60	4,60	13,9	82,1	11,4
Biocombustíveis	17,40	0,14	0,08	0,8	55,7	0,4
Total	274,80	31,02	10,89	11,3	35,1	4,0

Fonte: Elaboração própria com base nas tabelas 10 a 15





INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA SOCIAL E URBANA

Os investimentos anunciados no PAC para o fortalecimento da infra-estrutura social e urbana alcançam R\$ 170,8 bilhões, previstos para aplicação no quadriênio 2007-2010. Esses recursos encontram-se divididos entre cinco programas, que contemplam investimentos na universalização do acesso e uso da energia elétrica (programa Luz para Todos), em saneamento básico (água, esgoto e lixo), em habitação (moradia e urbanização de favelas), em infra-estrutura hídrica e na ampliação e conclusão de metrô e trens urbanos. Para o Nordeste, estima-se a destinação de R\$ 43,7 bilhões, ou 36,3% dos R\$ 120,4 bilhões previstos para investimentos com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) ou com o apoio de financiamentos públicos nesse eixo¹⁷.

O programa Luz para Todos, criado com o propósito de levar energia elétrica à população rural que ainda não tem acesso à prestação pública desse serviço, é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e conta com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), dos governos estaduais e das empresas concessionárias de distribuição de energia elétrica. Entre 2007 e 2010, estimam-se investimentos de R\$ 8,7 bilhões, dos quais R\$ 6,4 bilhões de fontes federais, R\$ 1,3 bilhão dos governos estaduais e R\$ 1,0 bilhão de empresas privadas. Com esses recursos, pretende-se atender 5,15 milhões de pessoas, das quais 2,56 milhões (49,7%) no Nordeste. Na Bahia, a SEINFRA prevê a necessidade de R\$ 3,5 bilhões em investimentos no próximo quadriênio, estimados com base na demanda e no preço médio das ligações, que tende a aumentar à medida que as zonas menos acessíveis vão sendo atendidas¹⁸. Embora essa previsão possa não resultar em valores inteiramente compatíveis com aqueles apresentados no PAC, optou-se por incorporá-la, sabendo que possivelmente superestima a participação da Bahia nos totais regional e nacional.

¹⁷ Excluem-se aí, portanto, os recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e suas contrapartidas, por não serem identificáveis por região. Esses recursos, estimados em R\$ 50,4 bilhões, representam 47,4% dos R\$ 106,3 bilhões anunciados para habitação e não estão discriminados por estado ou região no PAC.

¹⁸ Informações obtidas junto à SEINFRA em 16/05/2007. A autora agradece ao Superintendente Silvano Ragno.

Tabela 17
Programa Luz para Todos: Nordeste e Bahia
R\$ milhões

	Nordeste	Bahia*	Bahia/Nordeste (%)
Luz para Todos	4,4	3,5	79,5

Fonte: <http://www.brasil.gov.br/pac/infra_estrutura>. Acesso em: 26 abr. 2007
* informações obtidas diretamente junto à SEINFRA. Elaboração própria

Para as obras de saneamento básico, o PAC prevê o aporte de R\$ 40,0 bilhões, destinados ao atendimento a 22,5 milhões de domicílios em todo país. Esses investimentos serão realizados com recursos do OGU (R\$ 12 bilhões) e por meio de financiamentos com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – R\$ 12 bilhões e R\$ 8 bilhões, respectivamente –, além de contarem com a contrapartida de estados, municípios e prestadores (R\$ 8 bilhões). Para o Nordeste, foram anunciados investimentos da ordem de R\$ 9,6 bilhões, que devem beneficiar 5,4 milhões de domicílios. A região representa, assim, 24% do total de recursos a serem investidos e das unidades domiciliares a serem atendidas no Brasil.

Embora não estejam disponíveis os valores destinados às ações de saneamento por estado, sabe-se que o Ministério das Cidades já habilitou propostas para acessar R\$ 3,0 bilhões que os bancos foram autorizados a contratar em novas operações de crédito com o setor público em 2007; dentre as 349 operações habilitadas, nenhuma envolve a Bahia (BRASIL, 2007a)¹⁹. Todavia, outros projetos de saneamento a serem incluídos no PAC ainda estão sendo discutidos pelo governo federal e pelos governos estaduais e prefeituras interessadas, de modo que não há previsão oficial do total a ser alocado em projetos baianos no período 2007-2010²⁰. Diante da impossibilidade de contar com dados precisos ou com referências que permitam uma estimativa consistente dos valores, optou-se por considerar a participação da Bahia no total de investimentos previstos para o Nordeste proporcional à sua representatividade demográfica na região.

¹⁹ As propostas habilitadas no âmbito do programa Saneamento para Todos, que faz parte do PAC, totalizam um valor de R\$ 4 bilhões. As contratações, entretanto, ainda requerem autorização da Secretaria do Tesouro Nacional.

²⁰ Mesmo para 2007, não há ainda definição do montante a ser destinado à Bahia. A autora agradece a Liana Viveiros, assessora da SEDUR, pelos esclarecimentos prestados em 18/05/2007.

Tabela 18
Saneamento: Nordeste e Bahia
R\$ bilhões

	Nordeste	Bahia	Bahia/Nordeste (%)
Saneamento	9,6	2,6	27,0

Fonte: <http://www.brasil.gov.br/pac/infra_estrutura>. Acesso em: 26 abr. 2007. Para a Bahia, estimativa associada à representatividade demográfica do estado no Nordeste. Elaboração própria.

Na área de habitação, o PAC anuncia investimentos de R\$ 106,3 bilhões entre 2007 e 2010, com recursos provenientes do OGU, de financiamentos com subsídios do FGTS, de contrapartidas de estados, municípios e pessoas físicas, além de recursos do SBPE. Excetuando-se o montante oriundo do SBPE e das suas contrapartidas, estimado em R\$ 50,4 bilhões, espera-se que o Nordeste seja beneficiado com o aporte de R\$ 16,2 bilhões, equivalente a 29,0% dos R\$ 55,9 bilhões previstos para o conjunto do país. Inicialmente, o procedimento adotado para a definição da destinação dos recursos foi a convocação de estados e municípios para que apresentassem projetos até o dia 23/03/2007. Entretanto, considerando a exiguidade do prazo e as dificuldades associadas à organização das propostas, o governo federal optou por estabelecer um horizonte mais longo e agendar reuniões com representantes dos governos estaduais e prefeituras (SILVA, 2007). Em 15/05/2007, o ministro das Cidades, a ministra da Casa Civil, o governador da Bahia e nove prefeitos baianos discutiram, em Brasília, os projetos do chamado PAC social nas áreas de saneamento básico, habitação e urbanização de áreas precárias na Bahia (GOVERNADOR..., 2007). Como ainda não há definição das propostas selecionadas ou estimativa dos valores a serem alocados nos projetos estaduais, mais uma vez utilizou-se o recurso de considerar a participação da Bahia no total dos investimentos anunciados para o Nordeste equivalente à sua representatividade populacional.

Tabela 19
Habitação: Nordeste e Bahia
R\$ bilhões

	Nordeste	Bahia	Bahia/Nordeste (%)
Habitação	16,2	4,4	27,0

Fonte: <http://www.brasil.gov.br/pac/infra_estrutura>. Acesso em: 26 abr. 2007. Para a Bahia, estimativa associada à representatividade demográfica do estado no Nordeste. Elaboração própria.

Tabela 20
Transporte de passageiros sobre trilhos: Nordeste e Bahia
R\$ milhões

Cidades	Nordeste	Bahia	Bahia/Nordeste (%)
Fortaleza	523,5	0,00	0,0
Recife	295,6	0,00	0,0
Salvador	497,8	497,8	100,0
Total (OGU)	1.316,9	497,8	37,8

Fonte: Companhia Brasileira de Transportes Urbanos (2007). Elaboração própria.

Para a construção de metrô e trens urbanos, o PAC prevê recursos de R\$ 3,1 bilhões, destinados à realização de obras em Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte e São Paulo. Desse total, R\$ 1,5 bilhão provém do OGU, enquanto o restante será obtido por meio de financiamento. Em Salvador, anuncia-se a recuperação e conclusão do trecho ferroviário Calçada-Paripe e a conclusão de trechos da linha de metrô Lapa-Pirajá, para os quais serão destinados R\$ 497,8 milhões do OGU. Para o conjunto das obras a serem realizadas no Nordeste, os valores orçamentários atingem R\$ 1,3 bilhão, equivalentes a 86,6% do total orçamentário previsto para os cinco sistemas de transportes de passageiros sobre trilhos anunciados. Na Tabela 20, discriminam-se os valores do OGU para as três cidades do Nordeste incluídas

Tabela 21
Infra-estrutura hídrica: Nordeste e Bahia
R\$ bilhões

	Nordeste	Bahia*	Bahia/Nordeste (%)
Total	11,8	1,1	9,4

Fonte: <<http://www.brasil.gov.br/pac/infraestrutura>>. Acesso em: 26 abr. 2007; * Governo..., 2007. Elaboração própria

nessa modalidade de intervenção e a participação relativa da Bahia no conjunto. Não foi possível, contudo, regionalizar a aplicação dos R\$ 1,6 bilhão que envolvem financiamentos.

A previsão de investimentos em infra-estrutura hídrica para o próximo quadriênio, por fim, é de R\$ 12,66 bilhões, envolvendo a revitalização das Bacias do São Francisco e do Parnaíba (R\$ 1,6 bilhão), o projeto de integração da Bacia do São Francisco (R\$ 6,6 bilhões) e a instalação de sistemas de abastecimento de água (R\$ 1,4 bilhão), além de diversos projetos de irrigação (R\$ 3,2 bilhões). A região Nordeste responde por R\$ 11,76 bilhões, correspondentes a 93% do total de recursos anunciados para o conjunto do país. Esse montante é fortemente influenciado pelo polêmico projeto de integração do rio São Francisco, cujos investimentos equivalem a 56% dos valores estimados para a região. Para a Bahia, prevêem-se investimentos da ordem de R\$ 1,1

Tabela 22
Investimentos do PAC em Infra-estrutura social e urbana: Brasil, Nordeste e Bahia
R\$ bilhões

Tipo	Brasil	Nordeste	Bahia	Nordeste/Brasil (%)	Bahia/Nordeste (%)	Bahia/Brasil (%)
Luz para Todos	8,7	4,4	3,5	50,6	79,5	40,2
Saneamento	40,0	9,6	2,6	24,0	27,0	6,5
Habitação (total)	106,3	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Habitação (recursos OGU, financiamentos e contrapartidas)	55,9	16,2	4,4	29,0	27,0	7,8
Transporte de passageiros sobre trilhos (OGU + financiamentos)	3,1	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Transporte de passageiros sobre trilhos (c/ recursos do OGU)	1,5	1,3	0,5	86,7	38,3	33,2
Outras fontes de recursos	1,6	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Infra-estrutura hídrica	12,7	11,8	1,1	92,6	9,4	8,7
Total regionalizável (exceto investimentos com recursos do SBPE e investimentos em transportes urbanos via concessão de financiamento)	118,8	43,3	12,1	36,4	27,9	10,2
Total	170,8	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

Fonte: Elaboração própria com base nas tabelas 17 a 21

bilhão, destinados às intervenções no rio São Francisco, aos sistemas de abastecimento de água de Jacobina e Cafarnaum e aos projetos de irrigação do Baixo de Irecê, Salitre e Estreito IV, que devem ser executados por meio de PPPs (GOVERNO..., 2007)²¹.

Com base nas informações apresentadas nesta seção, a Tabela 22 consolida as informações relativas aos investimentos previstos no PAC para o Brasil, o Nordeste e a Bahia em infra-estrutura social e urbana, discriminados por área de intervenção.

Observa-se que, do total de recursos passível de regionalização, equivalente a quase 70% dos valores anunciados para infra-estrutura social e urbana no PAC, cerca de 10,2% destinam-se a Bahia. Esse percentual exclui os investimentos em transportes de passageiros sobre trilhos por meio de financiamentos e os investimentos em habitação com recursos do SBPE, que se constituem na parcela mais representativa do total não regionalizado. Como esses investimentos tendem a obedecer a uma dinâmica de mercado, é provável que não alterem os resultados aqui obtidos de maneira favorável ao Nordeste e à Bahia. O mesmo pode ser dito em relação aos supostos assumidos ao longo desta seção, que, no geral, tendem a favorecer a posição relativa do estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PAC procura criar um ambiente mais favorável à realização de investimentos, ampliando o crédito habitacional e o financiamento de longo prazo para obras de infra-estrutura, contornando algumas distorções do sistema tributário nacional e melhorando aspectos relativos à concorrência e à regulação, sem perder de vista a necessidade de medidas de controle de gastos públicos e a manutenção da consistência fiscal nos próximos anos. Ademais, apresenta uma carteira de projetos regionalizada, com vistas a desobstruir garga-

los e acelerar o crescimento nacional. Nesse sentido, sinaliza um importante compromisso do governo federal com ações voltadas para a economia real, apostando na criação de um ambiente capaz de despertar o animal spirit do empreendedor privado (DELFIM NETO, 2007a). Paralelamente, reflete uma concepção na qual o Estado volta a ter um papel mais ativo na promoção do desenvolvimento, seja como investidor em áreas estratégicas, seja como indutor de empreendimentos privados (BATISTA JÚNIOR, 2007).

Apesar disso, para muitos analistas as ações propostas no programa não são suficientes para alterar de forma consistente a trajetória de longo prazo da economia brasileira, engendrando um ciclo de crescimento duradouro e sustentável (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2007; KUPFER, 2007; MENDONÇA DE BARROS, 2007). Para tanto, seria necessário avançar na implementação de reformas estruturais relevantes, como a da previdência e assistência social, a tributária e a trabalhista, além de instituir mecanismos de controle mais efetivos sobre as despesas de custeio da União (SCHNEIDER, 2007). Assim, mesmo que se confie integralmente na capacidade de execução das medidas propostas e nos elevados efeitos multiplicadores dos investimentos anunciados²², é forçoso admitir que empecilhos associados à elevada carga tributária, às restrições do sistema financeiro, à dificuldade de redução dos gastos correntes e ao ambiente macroeconômico (sobretudo à combinação taxas de juros elevadas e câmbio apreciado) podem tornar os esforços ineficazes ou reduzir a sua efetividade. Adicionalmente, não se deve negligenciar aspectos vinculados à operacionalização dos projetos. Conforme argumenta Delfim Neto (2007b), não há ainda suficientes evidências de que o PAC será de fato um programa de grande impacto, uma vez que

Os seus administradores terão de enfrentar a inércia que domina a máquina do Executivo, as dúvidas do Tribunal de contas, as firulas do Ministério

²¹ No site do Ministério da Integração Nacional, encontram-se valores divergentes para as intervenções hídricas na Bahia (R\$ 581,7 ou R\$ 693,7). Considerando esses números, a participação do estado no Nordeste oscilaria entre 4,9% e 5,9% (Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/comunicacao/noticias>>. Acesso em: 15 maio 2007).

²² Para tanto, além de desconsiderar as incertezas do empresariado, é preciso assumir a existência de um elevado grau de capacidade organizacional e administrativa do setor público. Isso sem falar nas indefinições relacionadas aos licenciamentos ambientais, aos modelos de parceria na infra-estrutura e às diretrizes de política industrial e tecnológica.

do Meio Ambiente, a precipitação do Ministério Público, a confusão do Poder Legislativo e a demora do Poder Judiciário. E mais, terão que convencer o setor privado que não faltará energia nos próximos 10 ou 15 anos”²³.

Do ponto de vista regional, a despeito da preocupação do governo federal de vincular o PAC à Política Nacional de Desenvolvimento Regional e caracterizá-lo como um programa de suporte ao desenvolvimento e à integração territorial, o fato é que são poucas as medidas destinadas a fortalecer e instrumentalizar as instituições destinadas a promover esses processos. As limitações associadas à incerta atuação da SUDENE e os restritos diferenciais em favor do desenvolvimento das áreas menos avançadas do país circunscrevem os propósitos de desenvolvimento regional no PAC à implementação das obras anunciadas.

Assim, não se pode afirmar com segurança que o PAC represente um avanço efetivo no processo de integração territorial e o desenvolvimento regional, tampouco na redução das desigualdades entre as pessoas e entre as regiões com base em um “processo de mobilização coletiva que estimule uma mentalidade produtiva em todos os setores sociais e que ajude a fundamentar

uma verdadeira cultura produtiva”²⁴. As incertezas e limitações relativas à implementação das medidas econômicas e dos investimentos previstos, a existência de conflitos na definição das prioridades e, sobretudo, o fato de que se trata tão somente de uma carteira de projetos – e não de um plano de desenvolvimento que explicita uma visão de futuro e assegura condições para que sejam trilhados os caminhos nessa direção – são fatores que restringem o seu alcance.

Ainda assim, é fundamental que se analise o conjunto de investimentos propostos, mantendo a perspectiva de que se possa avançar no processo de consolidação da rede de infra-estrutura prevista. Essa análise, adicionalmente, tem o mérito de sistematizar elementos que auxiliam na compreensão de algumas estratégias e interesses prevaletentes no cenário econômico nacional.

Neste trabalho, com o propósito de reunir informações que subsidiem as discussões acerca das possibilidades de crescimento da economia baiana e dos impactos esperados do PAC no território estadual, estimou-se o valor dos investimentos anunciados para a Bahia, comparando-o com o total anunciado para o Nordeste e para o conjunto do país. Excluindo-se os financiamentos do SBPE à habitação e os financiamentos a obras nos sistemas de transportes sobre trilhos, dada a impossibilidade de regionalizá-los, prevê-se, para o

²³ Além dos decretos já em vigor, integram o PAC nove medidas provisórias, dois projetos de lei complementar, seis projetos de lei, um projeto de lei do Congresso e um projeto do Senado. Algumas dessas propostas são anteriores ao PAC, mas foram incluídas pelo governo no programa. O conjunto de propostas está disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/homeagencia/materias.html?pk=97740>>. Acesso em: 03 maio 2007.

²⁴ Discurso do presidente Lula no lançamento do PAC. Disponível em: <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=333228>>. Acesso em: 28 maio 2007.

Tabela 23
Investimentos do PAC: Brasil, Nordeste e Bahia

R\$ bilhões

Área	Brasil	Nordeste	Bahia	Nordeste/ Brasil (%)	Bahia/Nor- deste (%)	Bahia/ Brasil (%)
Logística	58,3	11,1	1,7	19,0	14,9	2,8
Infra-estrutura energética	274,8	31,0	10,9	11,3	35,1	4,0
Infra-estrutura social e urbana (total)	170,8	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Infra-estrutura social e urbana (total regionalizável)	118,8	43,3	12,1	36,4	27,9	10,2
Total Regionalizável (exceto investimentos com recursos do SBPE e investimentos em transportes urbanos via concessão de financiamento)	451,9	85,4	24,6	18,9	28,8	5,4
Total	503,9	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

Fonte: Elaboração própria com base nas tabelas 9, 16 e 22

próximo quadriênio, investimentos públicos e privados da ordem de R\$ 24,6 bilhões na Bahia. Esse valor representa cerca 28,8% e 5,4%, respectivamente, do total a ser investido no Nordeste e no Brasil.

Comparando-se esses índices com os indicadores de participação do estado e da região no PIB e na população do Brasil e com os indicadores de participação do estado no PIB e na População do Nordeste (Tabela 1), evidenciam-se alguns pontos relevantes. Em relação ao total regional, a participação da Bahia no conjunto dos investimentos anunciados no PAC é inferior à sua participação no PIB, embora supere ligeiramente a sua representatividade populacional. É importante notar, porém, que o percentual de participação do Nordeste nos investimentos previstos para infra-estrutura social e urbana no país é muito superior ao índice referente à participação da Bahia no Nordeste. A situação, nesse caso, é bastante influenciada pelo valor das obras de integração do rio São Francisco, que têm, inclusive, sofrido fortes questionamentos por parte de diversas organizações sociais e do Ministério Público, suscitando manifestações contrárias na Bahia. Trata-se de um empreendimento de grande porte, que representa pouco mais de 15% do total dos recursos regionalizáveis previstos para todo o eixo social e urbano no Nordeste.

Em relação ao conjunto do país, por outro lado, a participação estadual é bastante inferior à sua representatividade demográfica e superior à sua participação no PIB. Entretanto, o índice de 5,4% registrado é fortemente influenciado pelos investimentos em infra-estrutura social e urbana. No eixo logístico, a Bahia representa apenas 2,8% dos recursos totais a serem aplicados no Brasil, além de se defrontar com desafios associados ao estabelecimento de canais de escoamento alternativos à antiga proposta estadual de integração dos seus extremos territoriais por meio de uma ligação eficiente entre o oeste e o complexo portuário Salvador-Aratu e à consolidação do porto de Suape como centro de exportação regional. Para completar, o maior investimento previsto para o estado envolve o modelo de PPP, o que gera fortes incertezas. No eixo energético, a posição da Bahia também parece fragilizada, sobretudo quando se levam em conta os reduzidos valores das obras de geração e transmissão de energia elétrica. Nesse

caso, diferentemente do que ocorre no eixo logístico, o estado, em certa medida, acompanha a situação da região Nordeste, que representa apenas 11,3% do total dos recursos a serem investidos em todo país. Em função dos investimentos em gás natural e na exploração e produção de petróleo, possivelmente superestimados neste trabalho, a participação baiana no total dos investimentos anunciados para o Nordeste e para o Brasil sustenta-se em 35,1% e 4,0%, respectivamente. No eixo social e urbano, por fim, embora tenha sido necessário associar o valor de investimentos ainda não definidos à representatividade demográfica do estado, é possível afirmar que a participação da Bahia no total de recursos anunciados no PAC não deve ultrapassar a casa dos 10,2%.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que o estado não se apresenta bem posicionado no portfólio de investimentos previstos para o país, nem no que se refere ao valor do conjunto das obras, nem no que diz respeito à sua condição estratégica. Além disso, parte dos projetos estaduais depende da realização de PPPs, o que torna a sua realização mais incerta. Uma análise da concepção do PAC sob a ótica estadual, portanto, revela poucos avanços em relação aos propósitos de desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Mansueto. *A Nova Sudene depois dos vetos do presidente Lula*. Brasília, 2007. Xerocopiado.
- BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. Desenvolvimentismo "light". *Folha de São Paulo* 25 jan. 2007.
- BAUTZER, Tatiana. Crescimento Amarrado. *Valor Econômico* 02 maio 2007.
- BRASIL. Ministério das Cidades. *Programa Saneamento para Todos – Termos de Habilitação – Mutuários Públicos*. [Brasília], 2007a. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/media/HabilitacaoMutuariosPublicos2007.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2007.
- BRASIL. Presidência da República. *Mensagem nº 2*, de 3 de janeiro de 2007b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2007-2010/2007/Msg/VEP-02-07.htm>. Acesso em: 04 maio 2007.
- CARVALHO, Pedro. Usina de biodiesel começa a ser construída em janeiro. *Correio da Bahia*, 01 dez. 2006.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRANSPORTES URBANOS (CBTU). *Metrô de Recife, Salvador e Fortaleza estão no PAC*. Disponível em: <<http://www.cbtu.gov.br/noticias/destaques/2007/mes01/220107c.htm>>. Acesso em: 16 maio 2007.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. *Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)*: avaliação das medidas e seus impactos. Brasília: CNI, 2007. Xerocopiado.

DELFIM NETO, Antônio. PAC: vale a pena apóia-lo. *Folha de São Paulo*. 31 jan. 2007a.

_____. O trágico "curto-prazismo". *Valor Econômico*. 6 mar. 2007b.

INVESTIMENTOS do PAC abrem os caminhos da Bahia. *Rodovias & Vias*, ano 8, n. 30, p. 60-63, jan./mar. 2007a.

INVESTIMENTOS em infra-estrutura para o desenvolvimento econômico e social. [Brasília], 2007b. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/pac/infra_estrutura>. Acesso em: 07 maio 2007).

GOVERNADOR e nove prefeitos baianos debatem o PAC Social em Brasília. *Diário Oficial do Estado*. Salvador, p. 5, 16 maio 2007.

GOVERNO federal investe R\$ 1,1 bilhão em obras no estado. *Diário Oficial do Estado*. Salvador, p. 3, 6 mar. 2007.

KUPFER, David. Tem PPP no PPI do PAC. *Valor Econômico*. 7 fev. 2007.

MENDONÇA DE BARROS, José Roberto. A economia brasileira em 2007. *Valor Econômico*. 8 fev. 2007.

PETROBRAS. *Principais Projetos da Petrobras no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)*. Disponível em: <http://www2.petrobras.com.br/ri/spic/bco_arq/_2941_pac_-_port.pdf>. Acesso em: 14 maio 2007.

RONDEAU, Silas. PAC prevê R\$ 1,8 bilhão para o Ceará. Entrevista concedida ao Diário do Nordeste. *Diário do Nordeste*, 31 jan. 2007a.

_____. Para ministro, transposição não afeta geração de energia. Entrevista concedida a Biaggio Talento. *A Tarde*, 9 fev. 2007b.

SCHNEIDER, Carlos Rodolfo. Será que temos um PAC de verdade? *Gazeta Mercantil*. 14 abr. 2007.

SILVA, Paulo Bernardo. O PAC que a mídia não quer ver. Entrevista concedida a Paulo Henrique Amorim. *Conversa Afiada*, 08 maio 2007. Disponível em: <http://conversa-afiada.ig.com.br/materias/430501-431000/431000/431000_1.html>. Acesso em: 18 maio 2007.

A crise do mercado imobiliário dos EUA e suas implicações para a economia brasileira

Luiz Filgueiras*



* Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia (FCE/UFBA) e membro do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC) dessa faculdade. luizfil@ufba.br

Desde a década de 1970 até os dias presentes, a teoria econômica tem sido fortemente dominada por uma concepção harmônica e equilibrada acerca da estrutura e dinâmica da economia capitalista. Os seus principais supostos estão alicerçados na crença da eficiência do “livre mercado”, da ação racional dos agentes econômicos tomados individualmente e da possibilidade de acesso irrestrito (ou quase) desses agentes ao universo das informações disponíveis em cada momento. Apesar disso, a história desse sistema de produção tem desmentido reiteradamente, e de forma cabal, essa representação completamente descolada dos fatos do mundo real.

Na verdade, desde Malthus e Marx, no século XIX, até Keynes, Shumpeter, Keynes e Kalecki no século XX, sabe-se que o capitalismo é um modo de produção anárquico e instável por sua própria natureza. Esta característica se expressa em repetidas crises de maior ou menor grau de intensidade, flutuações cíclicas mais ou menos violentas e, às vezes, longos períodos de estagnação. Entre esses eventos podem ser destacados, só para se ficar nos exemplos mais óbvios e conhecidos, a grande crise de 1929 e as rei-



teradas crises mais recentes das décadas de 1990 e 2000: o ataque à libra (1992-1993) e as crises do México (1994-1995), da Ásia (1997), da Rússia (1998), do Brasil (1999), da Argentina (2002) e, por fim, a atual crise imobiliária nos EUA (2007).

O denominador comum de todas essas crises é a crescente desregulamentação e liberalização dos mercados financeiros em quase todo mundo. Iniciada na década de 1970, ao permitir a livre movimentação e valorização dos fluxos financeiros e acelerar vertiginosamente a sua velocidade (com o uso de novas tecnologias da informação), integrou estreitamente esses mercados e radicalizou a autonomização da acumulação de capital estritamente financeira. Concomitantemente, foram criados inúmeros intermediários (agentes financeiros) entre os poupadores e os bancos (principalmente os “fundos de hedge” e as empresas de “capital equity”); com a

adoção por todos os agentes de uma série de inovações financeiras que deram origem a dois mercados novos (o de opções e o de futuros) que permitiram uma extraordinária “alavancagem” financeira (capacidade de mobilização de recursos bem superiores ao montante de capitais realmente existentes).

Nesse contexto, as obras de arte (quadros, esculturas, etc.) e os bens imobiliários (terras, terrenos, casas e apartamentos) podem se constituir em ativos financeiros como outros quaisquer (títulos dos governos, ações, moedas, seguros e promessas de compra e venda em mercados futuros). O cálculo do valor de todos esses ativos segue sempre os mesmos critérios de avaliação: rentabilidade, liquidez e risco; em particular, com os capitais em busca de valorização tendendo a se deslocar, em períodos de queda das taxas de juros nos títulos públicos oferecidos pelos governos, para mercados alternativos, em especial os mercados imobiliários.

O resultado dessa globalização das finanças se expressa num superdimensionamento da esfera financeira e numa progressiva valorização de capitais fictícios (sem correspondência com a riqueza material existente) que, ao descolar em demasia a esfera financeira da esfera produtiva, potencializa as possibilidades das crises e a extensão e gravidade das mesmas. De outro lado, a estreita interconexão entre todos os mercados também tem a capacidade de potencializar o “boom especulativo” e também o seu reverso: a crise, com a conseqüente desvalorização dos capitais. Em especial, as crises das duas últimas décadas têm apresentado um grande potencial de se difundir globalmente, com poder de contagiar e desestabilizar economias de países e, mesmo, de regiões inteiras.

OS ANTECEDENTES E AS ORIGENS IMEDIATAS DA CRISE

A atual crise global, difundida pelo mercado imobiliário americano, tem a sua origem mais remota localizada no início dos anos 2000, quando a queda da taxa de juros (que chegou a 1% ao ano para os títulos do governo americano) e o crescimento da economia americana estimularam a expansão do mercado imobiliário (construção e reformas de casas). Essa expansão foi impulsionada, de forma decisiva, pela tomada de empréstimos bancários com base no denominado crédito hipotecário, isto é, que têm como contrapartida e garantia, para o pagamento da dívida, os próprios imóveis adquiridos e/ou reformados. Com a expansão desse crédito os preços dos imóveis cresceram, possibilitando a renovação das hipotecas através da obtenção de novos créditos, sempre maiores que os anteriores, que permitiam aos tomadores pagarem estes últimos e ainda terem à sua disposição um saldo para ser gasto na aquisição de outros bens e serviços. Com isto, se ampliou e se acelerou o consumo das famílias que, por sua vez, impactou o crescimento do conjunto da economia americana, dando origem a um ciclo “virtuoso” de consumo-produção-emprego.

O crescimento do consumo e da produção nos Estados Unidos rebateu sobre a dinâmica das economias do “resto do mundo”, através do crescimento vertigi-

noso das importações americanas de bens e serviços, que vêm implicando crescentes déficits em sua conta de transações correntes do balanço de pagamentos — financiados, sobretudo, pelos países com grandes superávits nas suas relações econômicas internacionais — China e Japão —, mas também os chamados “emergentes” em geral, inclusive o Brasil. Em suma, desde pelo menos 2002/2003 assiste-se a um crescimento global da produção, do comércio e dos fluxos internacionais de capitais, o que tem implicado o aumento sistemático e acelerado dos preços das commodities. Desse modo, o crescimento econômico, o consumo, a produção e os ganhos financeiros foram empurrados, no mundo inteiro, pela expansão do mercado imobiliário americano.

No entanto, como é próprio da lógica de funcionamento do sistema capitalista (caracterizado por uma permanente “ganância infecciosa”), desencadeou-se, no mercado imobiliário dos Estados Unidos, um típico processo especulativo, com os valores dos imóveis cada vez mais inflados, servindo de âncora para a tomada, por parte das famílias e de especuladores profissionais, de empréstimos cada vez maiores. Por sua vez, os créditos bancários daí decorrentes foram repassados (vendidos) para fundos de pensão e fundos de investimentos globais (americanos, europeus e japoneses), que passaram a transacioná-los, de forma bastante lucrativa, nos principais mercados financeiros dos países desenvolvidos. Com isso, houve um descolamento, cada vez maior, da acumulação financeira (fictícia) em relação ao valor real dos bens imobiliários dados como garantia para os empréstimos, formando-se o que tipicamente se chama de uma “bolha especulativa”: tomam-se empréstimos cada vez maiores para aquisição de imóveis e compram-se, cada vez mais, todos os tipos de papéis por se acreditar que tanto os imóveis quanto os papéis continuarão a se valorizar no futuro. Em síntese, esse movimento assume uma lógica e uma dinâmica próprias, tendendo a se tornar independente da dinâmica específica dos mercados imobiliários.

Os limites desse ciclo especulativo no mercado imobiliário americano começaram a ser anunciados a partir de 2004, quando da volta do crescimento das taxas de juros que, desde então, subiram de 1% para 5,25% ao

ano para os títulos do governo. Com isso, a inadimplência no pagamento dos empréstimos só fez crescer, a oferta de crédito imobiliário se contraiu e, desde julho de 2006, os preços dos imóveis começaram a cair. Esse movimento se manifestou primeiro, como é esperado, no segmento mais frágil do mercado imobiliário (denominado “subprime”), isto é, aquele formado por tomadores de empréstimos com histórico de inadimplência, com origem das suas rendas mais incertas (trabalhadores temporários) e menor capacidade de garantir o pagamento da dívida. Portanto, empréstimos muito arriscados, que não oferecem garantias e segurança aos agentes financeiros. No entanto, já há sinais de difusão da crise para o conjunto do mercado imobiliário, com uma redução generalizada de liquidez e a contração do crédito mesmo para os segmentos com menos riscos.

Como não poderia deixar de acontecer, a crise do mercado de imóveis e hipotecas dos EUA, ao atingir os bancos, contaminou e infligiu pesadas perdas aos fundos de pensão e de investimentos (americanos, europeus e japoneses) portadores de papéis ancorados nas dívidas do mercado imobiliário americano, cujos gestores, em alguns casos, suspenderam momentaneamente a possibilidade de resgate. A globalização da crise, com a queda acentuada do valor dos ativos derivados do mercado imobiliário americano, levou os bancos centrais dos países desenvolvidos a injetarem, até o presente momento, US\$ 400 bilhões e fez com que o FED (o banco central dos EUA) reduzisse a taxa de juros (redesconto) para os bancos em meio ponto percentual. Medidas estas tomadas para tentar impedir o alastramento da crise de liquidez para o conjunto do sistema.

A gravidade da crise — a sua extensão, profundidade e velocidade — é de difícil avaliação ainda, até (ou principalmente) para os próprios agentes que operam nos mercados financeiros. A desregulamentação iniciada nos anos 1970, e aprofundada nos anos 1990, tornou mais opacos os mercados financeiros, dificultando o acesso às informações e o conhecimento da realidade do conjunto do sistema. De outro lado, agências de classificação de risco americanas deram avaliação positiva para títulos que provocaram fortes perdas para investidores globais; o que tem suscitado descon-

fianças acerca da relação entre essas agências e os investidores institucionais. A dúvida é se a crise é de liquidez, o que possibilitaria uma intervenção dos bancos centrais do tipo da que vem sendo implementada, ou se é de solvência, isto é, incapacidade sistêmica de pagamento e liquidação das dívidas.

Nessa segunda hipótese, o impacto sobre o conjunto do sistema produtivo será profundo e marcará o fim do atual ciclo de crescimento da economia e do comércio em escala mundial. Desde já, contudo, é certo que a economia americana e, por decorrência as dos demais países do mundo, sofrerão uma redução do seu crescimento, ainda este ano ou, de forma mais otimista, a partir do próximo ano. A gravidade da crise dependerá do grau em que o consumo das famílias será afetado, tendo em vista o peso decisivo desse gasto na determinação do produto nacional bruto americano. Mas o dado mais recente sobre o emprego já é alarmante: a expectativa era de que, para o mês de agosto, se teria um saldo positivo de 110 mil empregos; no entanto, verificou-se um saldo negativo de 4 mil. De qualquer forma, os efeitos multiplicadores negativos da crise se espalharão para o resto do planeta na proporção da redução das importações americanas, afetando diretamente todas as economias, principalmente a economia chinesa e, por meio desta, atingindo também indiretamente as demais economias que vêm sendo puxadas pelo crescimento e as importações desta última.

No atual ambiente, de exacerbação da incerteza e deterioração das expectativas, assiste-se, mais uma vez, o chamado mercado “pedir água”; através de pressões abertas e explícitas de Wall Street, dos seus políticos e demais representantes, sobre o FED, para que este reduza a taxa de juros básica, como condição para que não ocorra uma crise mais profunda e generalizada. Nesse momento, não se ressalta a tão propalada, e “desejável”, independência do banco central. Adicionalmente, pressiona-se o governo para que implemente medidas de natureza fiscal que possibilitem o resgate das famílias, dos especuladores e dos credores.

Desse modo, quando o pânico começa a tomar conta dos mercados financeiros, desaparece, momentaneamente, o credo na eficiência do “livre mercado” e

nas expectativas racionais dos agentes econômicos. O Estado é chamado, sem maiores cerimônias, para socializar os prejuízos de mais uma aventura da especulação financeira globalizada. A impressão e sensação inevitáveis é de que para os grandes capitais nunca há perdas, não importando o que se faça de temerário e arriscado: os bancos centrais e os governos darão um jeito. Com a denominação de “risco moral”, este fenômeno tem sido objeto, já a algum tempo, de muitos discursos, análises e preocupações.

OS IMPACTOS DA CRISE NA ECONOMIA BRASILEIRA

Os eventuais impactos da atual crise sobre a economia brasileira têm, potencialmente, duas portas de entrada. A primeira é o mercado financeiro, pela livre mobilidade dos fluxos de capitais, com a compra e venda de ações e títulos da dívida pública do Estado brasileiro.

Nesta porta, os impactos são imediatos e já se fizeram sentir, ainda que longe dos efeitos provocados pelas crises anteriores: caiu a bolsa, subiu o risco Brasil e desvalorizou-se o câmbio; em razão da venda de papéis brasileiros (ações, títulos públicos e outros papéis de empresas) pelos fundos de investimentos, para compensar as perdas no mercado americano. Os mercados financeiros foram afetados em todo o mundo, mas no Brasil apresentou as maiores perdas (queda de 17,6%) depois apenas da Turquia (queda de 20,37%). Não se constitui em mera coincidência o fato desses dois países liderarem, na mesma ordem das perdas, o ranking das maiores taxas de juros reais do mundo. Além disso, o impacto da crise também se manifestou na política monetária, com a decisão da última reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) de reduzir o ritmo da queda da taxa de juros e sinalizar para a sua manutenção até o final do ano.

De outro lado, em uma situação de eventual acirramento da crise global, e na ausência de controle dos fluxos de capitais, uma fuga de capitais será inevitável, em que pese a melhor situação atual do balanço de pagamentos do país, que permitiu, até agora, a redução da dívida externa e um acúmulo de reservas da ordem de

US\$ 160 bilhões — o que implicou a redução conjuntural da vulnerabilidade externa. A motivação dessa fuga não dependerá do chamado “fundamentos da economia”: controle da inflação e trajetória da dívida pública, entre outros. A razão maior se situará, como das outras vezes, na própria dinâmica da especulação financeira, isto é, haverá uma busca por maior segurança através da aquisição de títulos do governo americano.

A segunda porta é o comércio internacional, caso a crise persista e se aprofunde. Neste caso, os impactos no balanço de pagamentos serão de médio e longo prazos, pela queda dos preços internacionais das commodities (agrícolas e industriais), que representam parte majoritária da pauta de exportações do país. Em ambos os casos, pelas portas financeira e comercial, a vulnerabilidade externa da economia brasileira voltará a se manifestar, com impactos sobre as trajetórias da inflação e da dívida pública; o que restringirá a capacidade de crescimento a partir do mercado interno. Adicionalmente, o custo do financiamento para empresas e governo aumentará.

De qualquer forma, mesmo que a crise retroceda a partir do atual ponto em que se encontra — o que não é nem um pouco evidente —, não há a menor possibilidade de que a mesma se restrinja apenas a perdas nos mercados financeiros, penalizando exclusivamente os seus participantes. O mercado imobiliário dos Estados Unidos representa uma proporção significativa do seu produto. A separação, postulada pela teoria econômica ortodoxa, entre os mercados financeiros e a economia real é, rigorosamente, inexistente, sendo produto de uma concepção equivocada sobre a moeda. Esta última é tão real quanto qualquer outra mercadoria, com a diferença crucial de que a sua demanda (preferência pela liquidez) tem poder de provocar estragos enormes no conjunto da economia, no curto e no longo prazos.

Todos os países, em particular os países periféricos, estão sendo afetados e, no futuro, serão afetados mais ainda caso a crise global se aprofunde. Entretanto, o grau de “sofrimento” de cada um deles, agora e no futuro, dependerá das suas respectivas inserções internacionais (comercial e financeira) e das suas políticas econômicas. Aqueles com meno-

res restrições ao movimento dos fluxos de capitais e dependentes de uma pauta de exportação calcada, sobretudo, em commodities e produtos com baixa intensidade tecnológica, baixo valor agregado e pouco dinâmicos no comércio internacional tendem agora, e tenderão no futuro, a sentirem mais os efeitos da crise — quer ela estanque nas próximas semanas, quer ela venha a se aprofundar.

Até o presente momento, no entanto, os efeitos imediatos da crise sobre o Brasil ainda são diminutos e, no curto prazo (2007), salvo um aprofundamento dramático da crise, a taxa de crescimento da economia no presente ano não deverá praticamente ser afetada (as decisões relevantes, de consumo e investimentos, já foram implementadas). Mas, dada a problemática inserção comercial-financeira do país, na economia

internacional — com uma grande dependência das exportações de commodities e livre mobilidade dos fluxos financeiros —, a eventual continuação e aprofundamento da crise comprometerão seriamente a continuação da retomada do crescimento. E isto será mais verdadeiro ainda, se a resposta à crise for a manutenção da mesma política econômica implementada até agora, pois isto implicará, como é de praxe em seu receituário, a retomada do aumento da taxa de juros e o aumento do superávit fiscal primário, isto é, mais aperto fiscal e monetário. A alternativa a essa política é o controle dos fluxos de capitais, no curto prazo, e a re-configuração da pauta de exportações do país, no médio e longo prazos, em direção a produtos com maior intensidade tecnológica, maior valor agregado e maior dinamismo no mercado internacional.

Investimentos industriais previstos deverão alcançar **R\$ 14,2 bilhões na Bahia**

Os investimentos industriais previstos para o estado da Bahia, no período de 2007-2011, devem chegar a aproximadamente 14,2 bilhões, agregando 432 empresas com a intenção de investir no estado. Em relação ao número de empregos diretos a serem gerados, a expectativa é de que os empreendimentos industriais gerem 58,3 mil postos de trabalho.

Fazendo-se uma análise setorial, tem-se que as atividades econômicas que mais agregam investimentos previstos são: *minerais não-metálicos*, com R\$ 3,9 bilhões, *papel e celulose* com R\$ 3,1 bilhões. Destacam-se também os segmentos de *produtos químicos* com inversões da ordem de R\$ 1,9 bilhões e *alimentos e bebidas* com R\$ 1,3 bilhões. Em relação ao emprego, a atividade econômica que se destaca é *produtos químicos*, com 85 empregos previstos, seguido de *alimentos e bebidas*, com 67, e *borracha e plástico* com 64.

Quanto à distribuição espacial, destacam-se os eixos de desenvolvimento: Metropolitano, com previsão de investimentos que chegam a R\$ 3,8 bilhões, o que corresponde a 26% do volume total de inversões previstas; Planalto Central, que agrega R\$ 3,7 bilhões e chega também a 26% dos investimentos; e o eixo Extremo Sul, com previsão de investimentos da ordem de R\$ 3,4 bilhões, representando 24% do total. Juntos, esses eixos concentram 76% dos investimentos previstos, representando um volume de R\$ 11,0 bilhões. Na geração de emprego, estão previstos 22 mil para o eixo Metropolitano, 8,7 mil para o eixo do Grande Recôncavo e 7,3 mil para o Planalto Sudoeste.

Face à situação dos empreendimentos a serem concretizados, a grande parte está alocada para implantação de novas unidades industriais, representando aproximadamente 68,2% do total dos investimentos, o que soma um montante de R\$ 9,8 bilhões em 351 projetos. As ampliações representam 31% das intenções de investimentos, totalizando recursos da ordem de R\$ 4,4 bilhões em 79 projetos.

A política de atração de investimentos industriais implementada pelo governo do estado da Bahia tem contribuído significativamente para a vinda de empresas de grande porte e de segmentos variados, o que leva a maior dinâmica do parque industrial do estado. Por meio do programa Desenvolve, o governo viabiliza a concessão de benefícios, o que inclui principalmente os incentivos fiscais e de infra-estrutura. Dentre as principais indústrias que estão se instalando e ampliando sua capacidade no estado, destacam-se a Biodiesel Quadros, Belgo Siderurgia Ltda., Marinho, AmBev - Companhia de Bebidas das Américas, e Bahia Mineração.





Tabela 01
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade
2007 - 2011

Complexo	Volume (R\$1.000,00)	Nº. de Projetos
Agroalimentar	1.352.490.452	72
Atividade mineral e beneficiamento	4.326.428.611	29
Calçados/Têxtil/Confecções	901.284.664	49
Complexo madeireiro	3.098.916.245	20
Eletroeletrônico	160.723.780	53
Metal-mecânico	515.348.343	38
Químico-petroquímico	1.964.711.588	92
Transformação petroquímica	619.601.265	69
Outros	1.258.890.019	10
Total	14.198.394.967	432

Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: CAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeitos a alterações. Coletados até 31/08/07

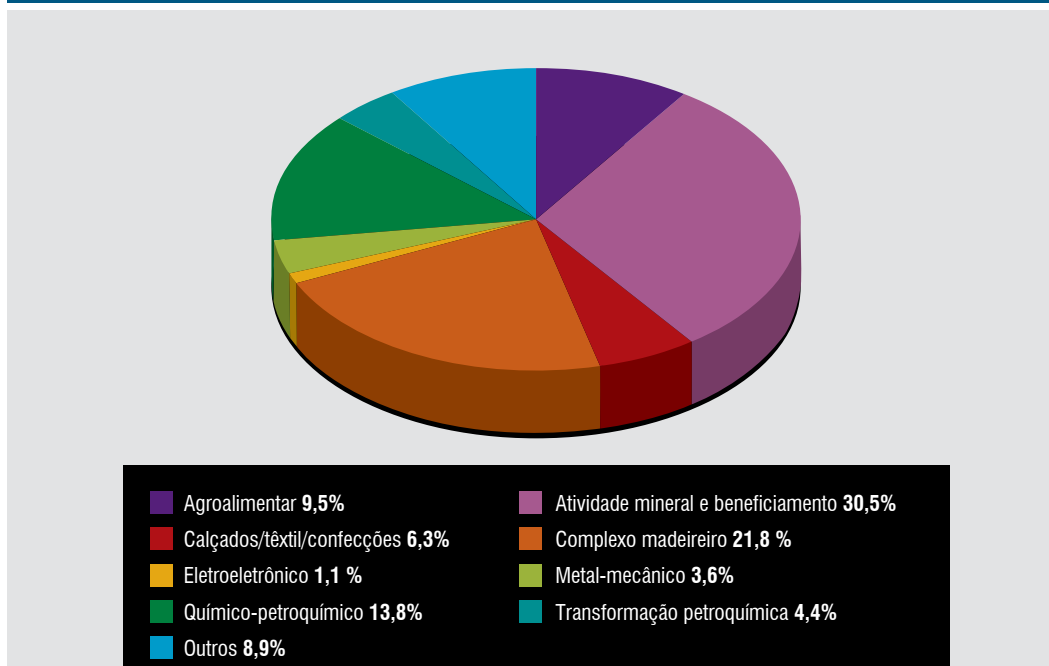
Tabela 02
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por eixo de desenvolvimento
2007 - 2011

Eixo	Volume (R\$1.000,00)	Nº. de Projetos
Baixo Médio São Francisco	48.239.375	7
Chapada Norte	88.334.902	12
Chapada Sul	3.745.982	3
Extremo Sul	3.441.212.874	14
Grande Recôncavo	1.013.909.542	64
Irecê do São Francisco	22.193.000	2
Mata Atlântica	665.141.887	42
Médio São Francisco	3.000.000	1
Metropolitano	3.751.933.332	218
Nordeste	15.536.622	4
Oeste do São Francisco	445.941.098	7
Planalto Central	3.743.858.086	6
Planalto Sudoeste	315.298.600	38
A Definir	640.049.667	14
Total	14.198.394.967	432

Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: CAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeitos a alterações. Coletados até 31/08/07

**Investimentos previstos para a Bahia - 2007/2011
Participação por complexo de atividade**


Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: CAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeitos a alterações. Coletados até 31/08/07

METODOLOGIA DA PESQUISA DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são recolhidas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia (SICM), nos protocolos de intenção e nos projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

Após a verificação das informações coletadas e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos, contendo o volume e a participação dos investimentos industriais por complexo de atividade e por eixo de desenvolvimento, bem como o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados são disponibilizados e atualizados mensalmente no site desta instituição, com dados a partir de 1999, apresentando valores acumulados.

Retrospectiva 2007 e Perspectivas

TEMA

**OPORTUNIDADES E
POTENCIAIS DE
NEGÓCIOS NA BAHIA**

prazo para entrega dos artigos:

17/09 a 05/11/2007

informações:

www.sei.ba.gov.br

tel.: 3115.4771 / 4788

endereço eletrônico para

envio dos artigos:

aeddez_2007@sei.ba.gov.br

coordenação editorial:

Fabiana Karine P. dos Santos

Jorge Tadeu Dantas Caffé

Zélia de Abreu Gois

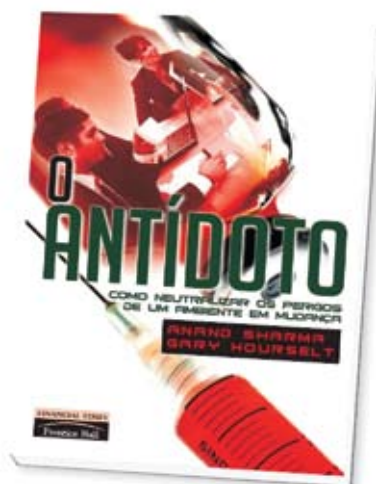


EDITORA PEARSON LANÇA **AValiação DE EMPRESAS**

O essencial da avaliação de empresas pelo mestre Damodaran

No acirrado mundo dos negócios de hoje, a habilidade de apreçar um ativo de uma empresa — tangível ou intangível — é essencial para uma grande variedade de profissionais, estejam eles dentro ou fora da companhia.

Com foco nessa necessidade, a Editora Pearson lança este mês, pelo selo Prentice Hall, uma obra-prima de Aswath Damodaran — um dos nomes mais respeitados da área. Nela, a avaliação de empresas é tratada do ponto-de-vista tanto do estrategista corporativo interno quanto do profissional externo, apontando questões relacionadas a modelos e técnicas para avaliar um negócio e, tão importante quanto isso, explicando sua aplicação na operação ou aquisição de um negócio.



GURU MUNDIAL DE PRODUTIVIDADE LANÇA **O ANTÍDOTO**

Livro baseado no conceito lean manufacturing é um guia completo para executivos enfrentarem grandes desafios corporativos

Será lançado no Brasil neste mês o livro "O Antídoto" (Editora Pearson), de Anand Sharma e Gary Hourself. No livro, os autores fazem um roteiro com estratégia para as companhias manterem a vantagem competitiva em relação à concorrência. A técnica foi baseada no conceito lean manufacturing, que trata da eliminação de desperdício



LANÇAMENTO DA PEARSON AJUDA A **ELABORAR PLANOS DE MARKETING COM RAPIDEZ E SUCESSO**

A Editora Pearson Education lança, sob o selo Prentice Hall, o livro Plano de Marketing: Um roteiro para a ação, escrito pelo conceituado professor.

O plano de marketing é uma das bases do planejamento estratégico de uma empresa. Sendo assim o que considerar durante a elaboração de um plano de marketing? Como torná-lo realista e bem sucedido? Como manter o foco?

Fundamentado em sua ampla experiência acadêmica e prática, o autor procura responder às perguntas acima — e muitas outras — seguindo como principal ponto de diferença um roteiro passo a passo que busque oferecer ao leitor um livro didático, completo, eficaz, atual e adequado ao mercado brasileiro.



UMA ANÁLISE DO PÓS-REAL É O ÚLTIMO LANÇAMENTO DA BAHIA ANÁLISE & DADOS DA SEI

Contribuir para o debate sobre o período recente da economia brasileira e baiana, iniciado ainda na primeira metade da década de 90, é o tema da mais recente publicação da SEI: “Economia Brasileira e baiana: uma análise do pós-real”, através de 12 artigos autorais.

Esses artigos discutem a temática proposta sob os mais variados prismas: planos de estabilização monetária, análise da política econômica implementada, dinâmicas das economias brasileira e baiana, políticas sociais nessas regiões, além de questões do desenvolvimento regional.



A SEI LANÇA NA SÉRIE ESTUDOS E PESQUISAS (SEP) O ESTUDO “MIGRAÇÃO E MIGRANTES DA BAHIA NOS ANOS DE 1980 E 1990”

Desde os anos 1930, a Bahia vem se caracterizando como emissora de população para alguns estados, particularmente, para os do Sudeste. Tem se verificado uma mudança na tendência dos fluxos migratórios, com a desaceleração da emigração e a intensificação da imigração para o Estado.

Esse é um dos destaques da SEP 76, que traz um estudo sobre o tema nas décadas de 1980 e 90. É o trabalho mais recente no Estado a reunir informações municipais, estaduais e regionais do movimento migratório com análises das tendências e perfis sociodemográficos dos migrantes.



LANÇAMENTO DA SEI TRATA DO FENÔMENO MIGRATÓRIO NOS MUNICÍPIOS BAIANOS ENTRE 1995 E 2000

Com lançamento próximo, o “Panorama da Migração dos Municípios Baianos em 1995- 2000”, versa sobre a mobilidade de pessoas entre os municípios baianos, analisando o perfil, intensidade e direção dos fluxos migratórios. Com base no Censo Demográfico de 2000, o trabalho apresenta uma ampla gama de dados enriquecido com informações de outras fontes.

A publicação apresenta, também, cenários que permitem levantar indícios sobre algumas das possíveis causas da migração no nosso estado. Integra a Serie de Estudos e Pesquisas (SEP) da SEI, n. 77.

Conjuntura Econômica Baiana



A economia baiana fechou o primeiro semestre de 2007 com desempenho positivo nos principais setores. Entretanto, a leitura detalhada desses setores aponta para a redução no ritmo de crescimento, à exceção do segmento comércio, que manteve o desempenho dos últimos anos.

A produção da indústria baiana de transformação, segundo a PIM-IBGE, registrou, no primeiro semestre de 2007, crescimento de 0,4% em relação ao mesmo período de 2006. Os segmentos que registraram as maiores altas foram: *alimentos e bebidas* (14,1%), *minerais não-metálicos* (7,1%) e *borracha e plástico* (12,3%). Por outro lado, os segmentos *automotivo* (-9,7%) e *celulose, papel e produtos de papel* (-3,0%) registraram as maiores baixas no período.

No que se refere ao comércio exterior, os dados apontam crescimento de 7,5% das exportações e de 18,7% das importações entre os meses de janeiro e julho de 2007. O valor total exportado foi de US\$ 3,96 bilhões e o importado foi de US\$ 3,0 bilhões. Com esses resultados, o saldo acumulado do ano fechou em US\$ 956 milhões.

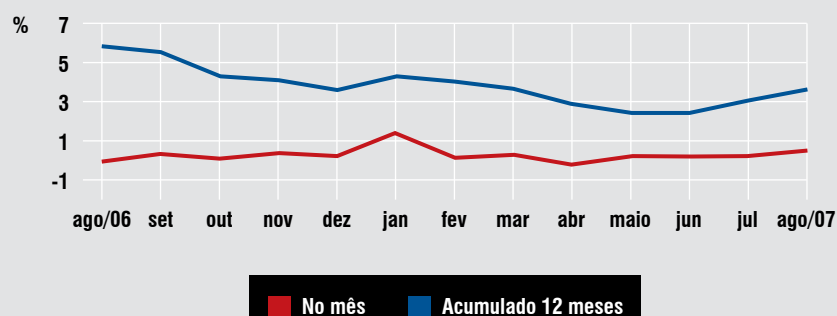
O comércio varejista, conforme dados da PMC-IBGE, registrou variação positiva de 10,91% no volume das vendas no primeiro semestre de 2007, mantendo a tendência de expansão que se estende por mais de três anos. Os segmentos que evidenciaram as maiores taxas de crescimento no ano foram: *tecidos e vestuário* (19,0%), *móveis e eletrodomésticos* (18,3%), *hipermercados e supermercados* (13,2%). O segmento *veículos, motos e peças* registrou crescimento de 20,9% no ano.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI), para Salvador, registrou, entre janeiro e agosto de 2007, alta de 2,56%. Os setores que mais pressionaram a inflação no ano foram: *alimentos e bebidas* (4,24%) e *transporte e comunicação* (4,13%).

O mercado de trabalho, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/DIEESE/SEADE), fechou o mês de julho com taxa de desemprego em 21,5%. No ano, a taxa média de desemprego ficou em 22,4%. Já o rendimento real acumula alta de 2,7% em 2007.

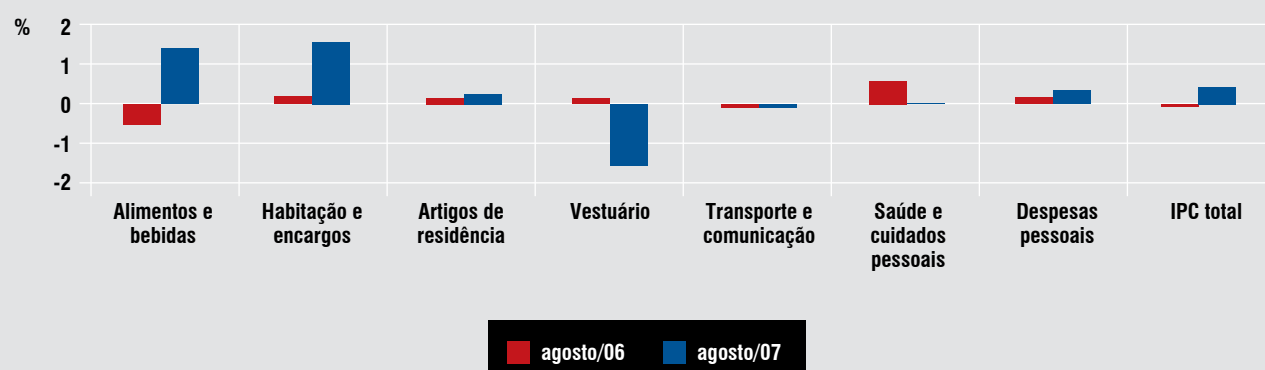
No mês de agosto, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), divulgado pela SEI, registrou variação positiva de 0,43%. Com este resultado, a projeção do índice para o fechamento nos doze meses cresceu, passando de 3,0%, em julho, para 3,6%, em agosto. *Alimentos e bebidas* (6,0%); *habitação e encargos* (5,5%) foram os grupos que mais pressionaram o índice no acumulado dos doze meses, permanecendo esta tendência em três meses consecutivos. No trimestre (junho, julho e agosto), o IPC registrou alta de 0,9%.

Taxa de variação do IPC-SEI - Salvador



Fonte: SEI. Elaboração: CAC - SEI

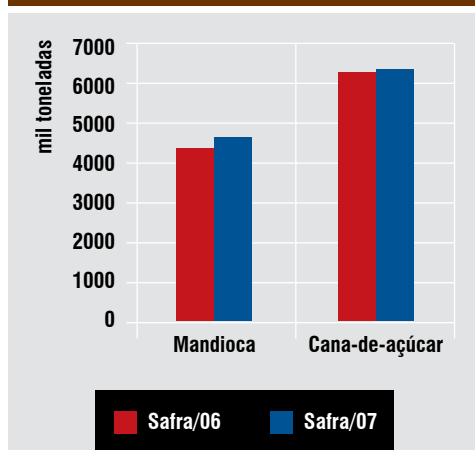
Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados - Salvador



Fonte: SEI. Elaboração: CAC - SEI

Os grupos *despesas pessoais* (1,6%) e *alimentos e bebidas* (1,4%) apresentaram, em agosto, as maiores contribuições para a elevação da inflação em Salvador. Com relação a esses grupos, os subitens *leite e derivados* (8,3%) e *habitação* (2,9%) foram os que apresentaram as maiores variações no período. Apenas os grupos de *vestuário* (1,5%) e *transporte e comunicação* (0,09%) registraram variação negativa no mesmo mês.

**Estimativa da produção agrícola:
mandioca e cana-de-açúcar - Bahia**

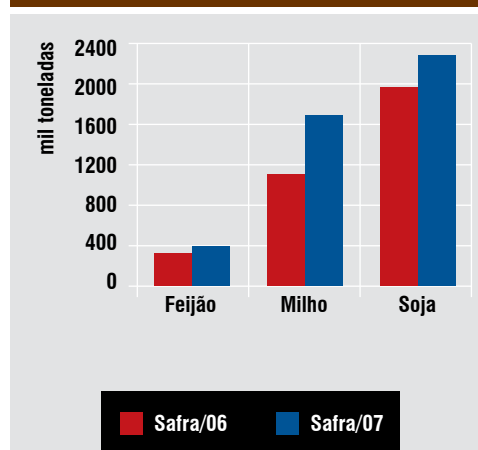


Fonte: LSPA/IBGE. Elaboração: CAC - SEI

Os resultados para a safra baiana de julho de 2007, divulgados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, mantêm as previsões otimistas para a produção de mandioca no estado, que se encontra em torno de 4,66 milhões de toneladas. Em relação à cana-de-açúcar, observa-se comportamento estável, com tímido incremento da produção de 1,9%, perfazendo 6,23 milhões de toneladas, mantendo-se no mesmo patamar da safra anterior, que foi influenciada pelas expectativas em relação aos preços do álcool e do açúcar nos mercados interno e externo.

A safra de feijão apresenta, em julho de 2007, incremento de 16,6% na produção em relação ao ano anterior, chegando a aproximadamente 389 mil toneladas. O resultado positivo deve-se principalmente ao aumento de 81% na produção do feijão 1ª safra. O milho apresenta aumento em relação à safra 2006, com variação de 54,4% na produção, totalizando 1,71 milhão de toneladas. Tal desempenho do milho é fruto, em especial, de incrementos na produção do milho 1ª safra, que atingiu 66,2%. A produção de soja também apresenta crescimento (15,4%), mantendo comportamento positivo em relação à safra anterior. As boas condições climáticas favorecem o cultivo no Oeste.

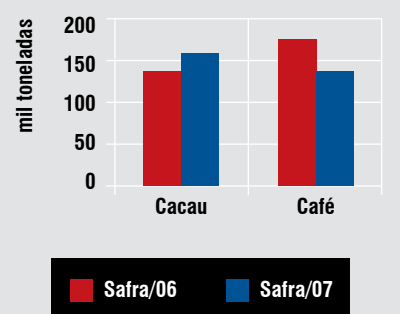
**Estimativa da produção agrícola:
feijão, milho e soja - Bahia**



Fonte: LSPA/IBGE. Elaboração: CAC - SEI

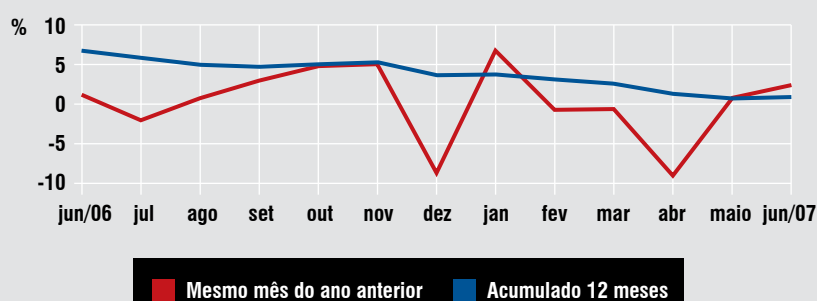
As estimativas para a produção de cacau são melhores em relação ao desempenho do ano passado, ficando em torno de 158 mil toneladas. A safra de café apresenta significativa queda de 22,3%. Esse decréscimo pode ser explicado, principalmente, pela prática de podas drásticas (re-cepta), aliadas ao menor índice de ocorrência de floradas na região do planalto (tradicional), ao baixo uso de insumos, à substituição do café pelo eucalipto e à biennialidade negativa.

Estimativa da produção agrícola: cacau e café - Bahia



Fonte: LSPA/IBGE. Elaboração: CAC - SEI

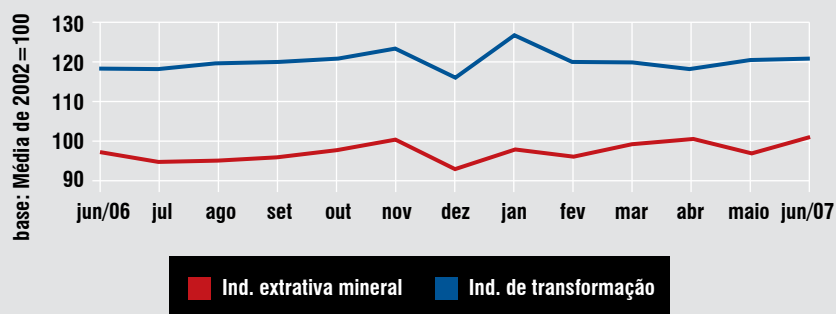
Taxa de variação da produção física da indústria de transformação - Bahia



Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI

No mês de junho, a indústria apresentou crescimento de 2,8% em relação ao mesmo mês de 2006. Com este resultado, a produção fechou o segundo trimestre de 2007 com queda de 1,5% na comparação com o mesmo período do ano anterior; em 2006, o crescimento verificado no segundo trimestre havia sido de 5,1%. Já no acumulado dos doze meses, houve estabilidade entre os meses de maio e junho, depois de registrar sucessivas quedas nos meses anteriores. Nesse último indicador, a indústria registra expansão de 0,7%.

Índice dessazonalizado de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral - Bahia

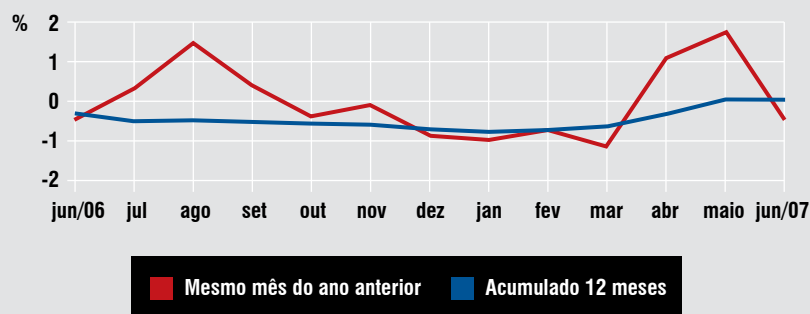


Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI

A série livre de influências sazonais da indústria de transformação mostra pequena oscilação positiva no indicador nos últimos três meses. Entre os meses de maio e junho do mesmo de 2007, a produção baiana registrou crescimento de apenas 0,1%. Nesse período, os setores que registraram as maiores altas foram: *papel, celulose e produtos de papel* (6,7%) e *produtos químicos* (2,5%). Já a indústria *extrativa mineral* apresentou oscilação negativa de 2,5% entre abril e maio e positiva de 2,9% entre maio e junho.

O emprego na indústria baiana de transformação registrou, no primeiro semestre de 2007, queda de 0,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em junho de 2007, houve recuo de 0,6% em relação ao mesmo mês de 2006. No acumulado dos doze meses, a taxa apontou estabilidade na geração de empregos na indústria baiana, entre os meses de maio e junho. Os setores que apresentaram as maiores altas no ano foram: *Borracha e plástico* (6,3%) e *máquinas e equipamentos, exclusive elétricos-eletrônicos, de precisão e de comunicações* (5,5%).

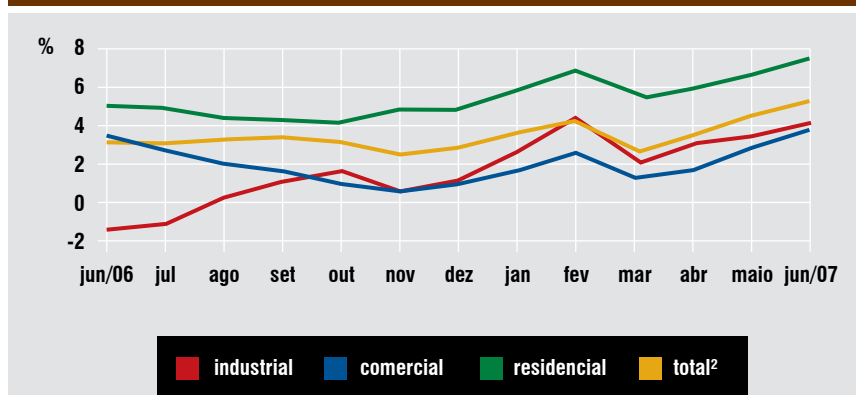
Taxa de variação do pessoal ocupado - Indústria de transformação - Bahia



Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI

O consumo total de eletricidade no estado da Bahia registrou, no mês de junho de 2007, crescimento de 12,1% em relação ao mesmo mês de 2006, resultado 1 p.p. abaixo do registrado no mês anterior (13,1%). No que se refere ao segundo trimestre, o crescimento também foi de 12,1%. Já no indicador dos 12 meses, destaca-se o crescimento no consumo residencial (7,6%); o crescimento dos setores industrial e comercial foram menos expressivos: 4,3% e 3,9%, respectivamente. Com relação a este último indicador, a linha aponta tendência de crescimento no consumo de energia em todos os setores analisados.

Taxa de variação do consumo de energia elétrica¹- Bahia

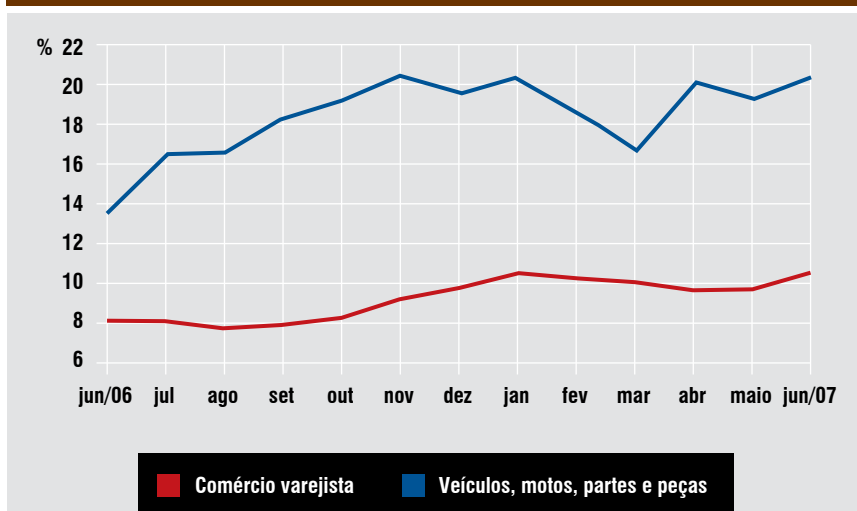


Fonte: COELBA/CO/CGM Elaboração: CAC - SEI

¹ Acumulado 12 meses

² Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. Pública + S. Público + Concessionária. O consumo industrial corresponde a COELBA

Taxa de variação de volume de vendas no varejo¹- Bahia



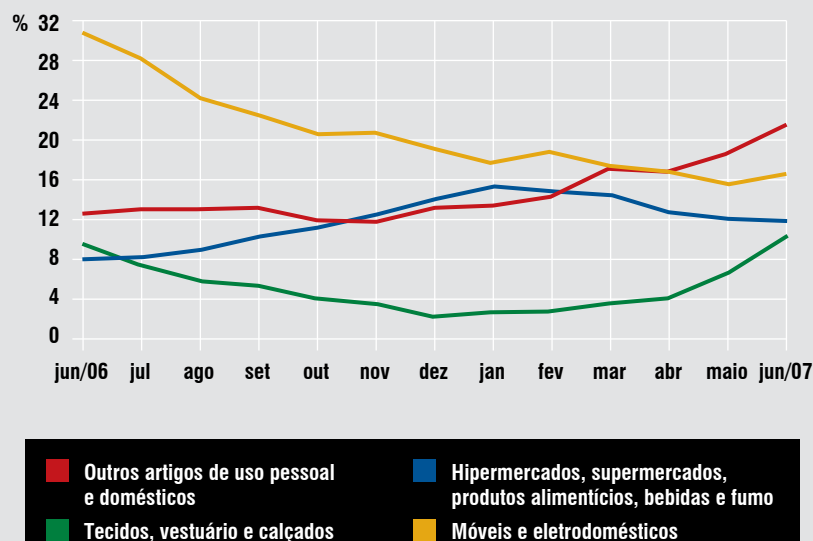
Fonte: PMC-IBGE Elaboração: CAC - SEI

¹ Acumulado nos últimos 12 meses

A Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/IBGE) apurou expansão nas vendas do varejo baiano pelo quadragésimo terceiro mês consecutivo, acumulando uma taxa de 10,5% nos últimos 12 meses. Esse comportamento reflete as maiores facilidades de acesso ao crédito, as constantes campanhas promocionais realizadas pelas grandes redes do comércio, a ampliação dos prazos de parcelamento das compras, a queda das taxas de juros, o aumento da renda e a valorização do real. O segmento de Veículos, motos, partes e peças registrou um crescimento na ordem de 20,2%, mas esse grupo não entra na composição do indicador do Comércio Varejista.

Por atividade, verifica-se, para o acumulado dos últimos 12 meses, que a tendência de crescimento das vendas foi sustentada essencialmente pelos segmentos de *Hipermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (12,0%), seguidos por *Móveis e eletrodomésticos* (16,6%), *Outros artigos de uso pessoal e domésticos* (21,5%) e *Tecidos, vestuário e calçados* (10,4%). Essa análise é feita levando em consideração a contribuição de cada segmento na estrutura do comércio varejista.

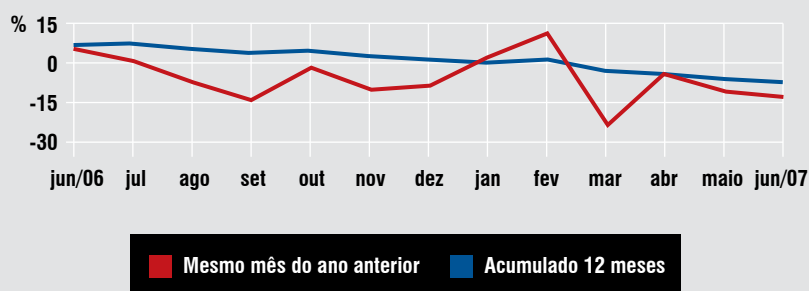
Taxa de variação do volume de vendas no varejo¹: principais segmentos - Bahia



Fonte: PMC-IBGE Elaboração: CAC - SEI

¹ Acumulado nos últimos 12 meses

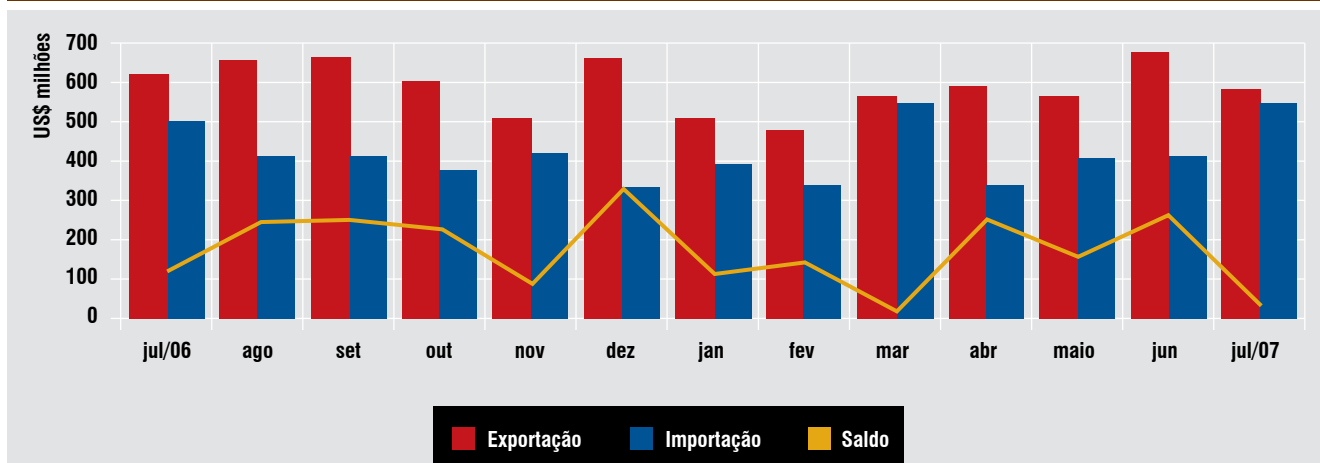
Quantidade de cheques sem fundos - Bahia



Fonte: Bacen Elaboração: CAC - SEI

Em junho de 2007, foram emitidos 337,9 mil cheques sem fundos na Bahia, registrando queda de 11,8% na comparação com o mesmo mês de 2006. As sucessivas taxas negativas registradas no decorrer de 2007 determinaram a trajetória de queda também no acumulado dos doze meses. Desde o mês de março de 2007 tem-se verificado taxas negativas no acumulado dos doze meses, culminando com taxa de 6,3% no mês de junho.

Balança comercial - Bahia

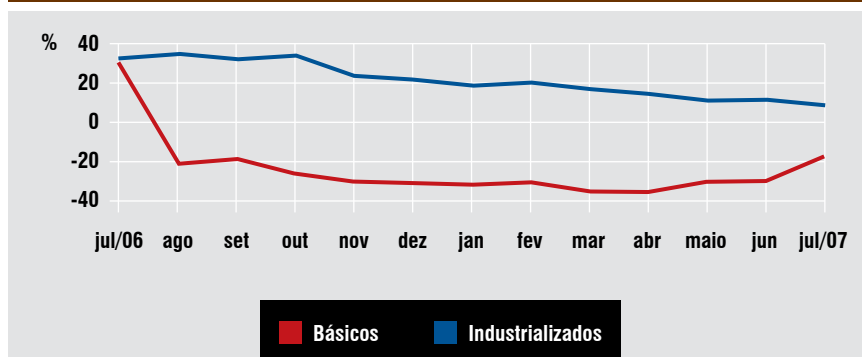


Fonte: SECEX. Elaboração: CAC - SEI

As exportações baianas somaram, em julho de 2007, US\$ 580,8 milhões e as importações US\$ 545,2 milhões, registrando *superávit* mensal de US\$ 35,7 milhões. Nos últimos três meses, compreendidos entre maio e julho de 2007, as exportações somaram US\$ 1,8 bilhão, crescimento de 6,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já as importações totais somaram US\$ 1,4 bilhão, com crescimento de 10,8% no mesmo período.

As exportações por fator agregado iniciaram 2007 com a mesma tendência que terminaram em 2006 — básicos em queda e industrializados em crescimento. No período compreendido entre maio e julho de 2007, as exportações de produtos básicos registraram crescimento de 51,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. Por outro lado, as exportações de industrializados cresceram apenas 1,2% no mesmo período. No acumulado dos 12 meses, verifica-se a mesma tendência: queda das exportações de produtos básicos (-15,6%) e crescimento nas exportações de produtos industrializados (10,3%).

Taxa de variação das exportações baianas por fator agregado¹ - Bahia

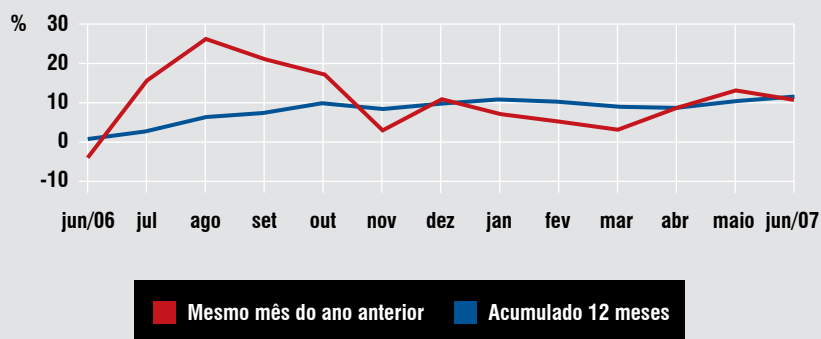


Fonte: SECEX. Elaboração: CAC - SEI

¹ Acumulado 12 meses

A arrecadação de ICMS no Estado da Bahia registrou, no 1º semestre de 2007, acréscimo de 8,2% na comparação com 2006. No ano, foi arrecadado um total de R\$ 4 bilhões. Pontualmente, no mês de junho, a arrecadação total registrou crescimento de 10,4% na comparação com o mesmo mês de 2006, com um total arrecadado de R\$ 690 milhões. O acumulado dos 12 meses aponta tendência de crescimento na arrecadação de ICMS, na medida em que a taxa que estava em 11,1% em janeiro de 2007, cresceu 11,9% em junho.

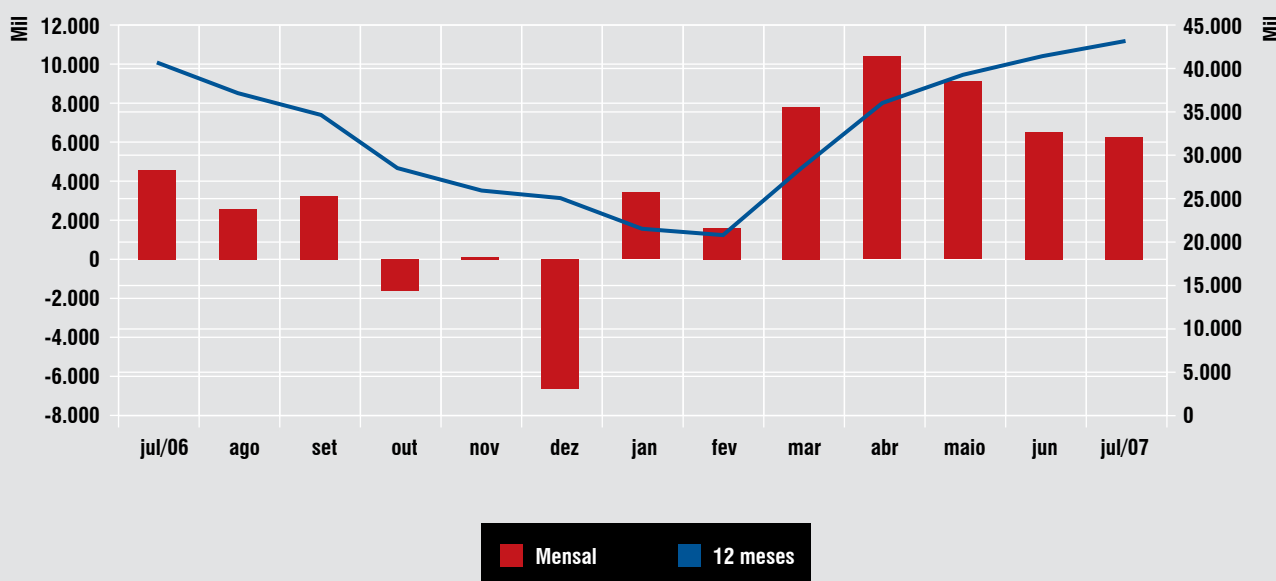
Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes - Bahia



Fonte: SEFAZ/SAF/DICOP. Elaboração: CAC - SEI/Deflator IGP-DI

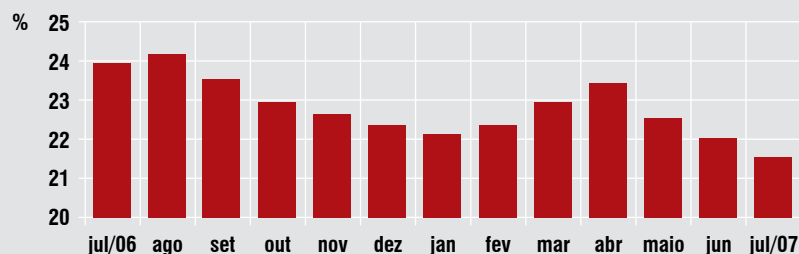
A geração de postos de trabalho com carteira assinada tem sido um dos destaques da economia baiana em 2007. Entre os meses de maio e julho deste ano houve geração média de 7.464 novos postos de trabalho; o mês de maio foi o que registrou o maior nível (9.326 postos). O acumulado dos doze meses, que mostra a tendência de longo prazo, aponta para o crescimento na geração de emprego na Bahia. Tal fato é comprovado pela linha ascendente, que desde fevereiro vem registrando taxas positivas, chegando em julho com um total de 43,6 mil postos de trabalho no acumulado dos últimos doze meses.

Geração de empregos celetistas na Bahia



Fonte: CAGED. Elaboração: CAC - SEI

Taxa de desemprego total - RMS

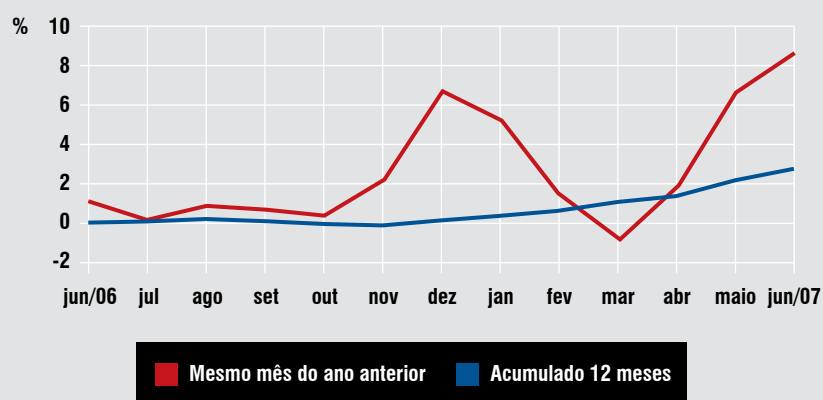


Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Elaboração: CAC - SEI

A estabilidade da Taxa de Participação (61,5%), ou seja, da pressão da demanda por trabalho, no mês de julho/2007, somada à geração de 12 mil novos postos de trabalho contribuíram significativamente para que a Taxa de Desemprego captada pela PED para a Região Metropolitana de Salvador mantivesse sua trajetória de queda nos últimos meses; em maio, junho e julho de 2007 essa taxa situou-se, respectivamente, nos patamares de 22,5%, 22,0% e 21,5% da População Economicamente Ativa.

O rendimento auferido pelos ocupados no mês de junho de 2007, em comparação ao mesmo mês de 2006, apresentou alta de 8,7%, conforme a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para a RMS. O rendimento real médio dos ocupados foi estimado em R\$ 835,00 para o mês de junho de 2007. No acumulado dos doze meses, a tendência de crescimento do rendimento, registrada nos últimos sete meses, foi mantida, chegando a 2,8% em junho.

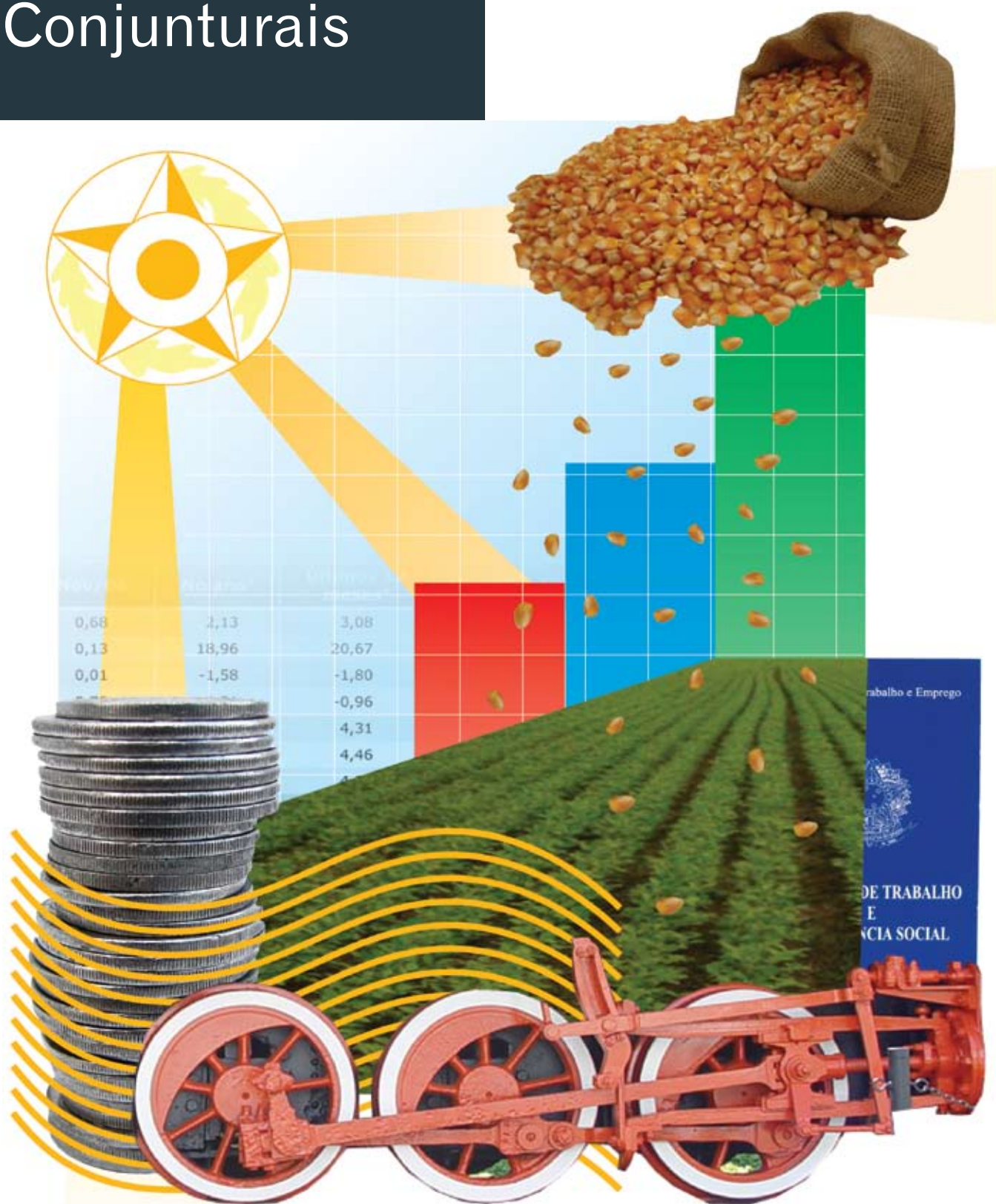
Taxa de variação do rendimento médio real¹ - RMS



Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE Elaboração: CAC - SEI

¹ Ocupados no trabalho principal

Indicadores Conjunturais



INDICADORES ECONÔMICOS

Índice de Preços

Índice de Preços ao Consumidor - IPC¹ - Salvador: Ago./2007

Grandes Grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)		Índice acumulado	
	agosto/06	agosto/07	No ano ²	Últimos 12 meses ³	Jun/07 = 100	Jun/94=100
Alimentos e bebidas	-0,52	1,40	4,24	6,07	102,32	250,55
Habitação e encargos	0,20	1,56	4,75	5,46	101,95	699,00
Artigos de residência	0,15	0,25	-1,31	-1,55	98,82	227,37
Vestuário	0,13	-1,54	-2,53	-0,75	99,55	178,56
Transporte e comunicação	-0,09	-0,09	4,13	3,90	99,68	714,70
Saúde e cuidados pessoais	0,59	0,02	2,33	2,88	101,21	339,20
Despesas pessoais	0,18	0,35	3,74	5,06	100,94	398,15
Geral	-0,05	0,43	2,55	3,58	100,86	339,08

Fonte: SEI

¹ O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pesquisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimentos de 1 - 40 salários mínimos² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Pesquisa Nacional da Cesta Básica

Custo e variação da cesta básica - capitais brasileiras: Ago./2007

Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês ¹ (%)	Variação acumulada (%)			Porcentagem do salário mínimo
			Jun - Ago ²	No ano ³	12 meses ⁴	
Aracaju	150,82	5,48	8,46	9,60	14,16	42,98
Belém	161,64	4,57	3,60	2,85	11,06	46,06
Belo Horizonte	175,59	8,14	5,62	2,39	9,58	50,04
Brasília	176,21	2,27	6,65	2,54	9,05	50,21
Curitiba	174,28	3,83	8,69	3,75	12,82	49,66
Florianópolis	180,63	4,25	9,07	7,07	13,68	51,47
Fortaleza	141,53	8,18	1,93	6,48	9,32	40,33
Goiânia	155,79	2,26	6,73	2,20	11,20	44,39
João Pessoa	151,24	5,36	4,25	12,97	13,52	43,10
Natal	162,56	9,62	10,77	15,52	23,85	46,32
Porto Alegre	206,39	2,70	17,65	10,83	20,19	58,81
Recife	149,26	4,03	4,76	12,96	14,05	42,53
Rio de Janeiro	182,14	2,49	11,08	6,27	17,34	51,90
Salvador	146,93	6,56	2,97	8,99	9,85	41,87
São Paulo	193,04	3,24	10,74	6,04	13,81	55,01
Vitória	172,55	5,19	11,02	9,09	16,85	49,17

Fonte: DIEESE

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior² Variação acumulada observada em relação ao mesmo período do ano anterior³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Agricultura

Produção física e rendimento médio dos principais produtos - Bahia: 2006 / 2007

Produtos do LSPA ¹	Produção física (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2006 ²	2007 ³	Variação (%)	2006 ²	2007 ³	Variação (%)
Lavouras temporárias						
Abacaxi ⁴	134.309	146.843	9,3	25.337	24.671	(2,6)
Algodão herbáceo	811.163	1.045.240	28,9	3.346	3.480	4,0
Alho	7.398	7.611	2,9	7.887	8.202	4,0
Amendoim	7.699	8.868	15,2	1.076	1.095	1,8
Arroz total	19.605	41.682	112,6	1.120	1.920	71,4
Arroz sequeiro	17.324	35.844	106,9	1.022	1.806	76,7
Arroz irrigado	2.281	5.838	155,9	4.073	3.139	(22,9)
Batata-inglesa	165.650	256.650	54,9	33.465	39.123	16,9
Cana-de-açúcar	6.141.719	6.229.734	1,4	60.077	58.464	(2,7)
Cebola	153.009	164.999	7,8	24.779	24.594	(0,7)
Feijão total	333.209	388.670	16,6	431	690	60,0
Feijão 1ª safra	72.788	131.769	81,0	371	584	57,4
Sequeiro	39.050	58.749	50,4	426	627	47,2
Irrigado	5.667	6.555	15,7	3.304	3.136	(5,1)
Caupi	28.071	66.465	136,8	273	512	87,5
Feijão 2ª safra	260.421	256.901	(1,4)	620	761	22,7
Sequeiro	227.456	228.448	0,4	589	744	26,3
Irrigado	19.668	16.960	(13,8)	2.271	2.323	2,3
Caupi	13.297	11.493	(13,6)	526	497	(5,5)
Fumo	12.512	12.879	2,9	1.006	1.004	(0,2)
Mamona	71.473	72.104	0,9	686	608	(11,4)
Mandioca	4.403.414	4.662.314	5,9	12.738	13.173	3,4
Milho total	1.107.016	1.708.881	54,4	1.343	2.302	71,4
Milho 1ª safra	685.359	1.138.926	66,2	2.093	3.229	54,3
Sequeiro	634.879	1.072.982	69,0	1.982	3.115	57,2
Irrigado	50.480	65.944	30,6	7.070	8.010	13,3
Milho 2ª safra	421.657	569.955	35,2	1.091	1.462	34,0
Sequeiro	420.712	569.010	35,2	1.090	1.461	34,0
Irrigado	945	945	-	2.899	2.899	-
Soja	1.991.400	2.298.000	15,4	2.282	2.700	18,3
Sorgo granífero	72.487	81.967	13,1	1.463	1.739	18,9
Tomate	196.626	231.275	17,6	39.380	41.130	4,4
Trigo	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Lavouras permanentes						
Banana ⁵	1.191.907	1.258.036	5,5	14.912	14.880	(0,2)
Cacau	135.925	158.319	16,5	261	286	9,6
Café	174.792	135.825	(22,3)	1.097	929	(15,3)

Continua...

Produção física e rendimento médio dos principais produtos - Bahia: 2006 / 2007

Produtos do LSPA ¹	Produção física (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2006 ²	2007 ³	Variação (%)	2006 ²	2007 ³	Variação (%)
Castanha-de-cajú	6.553	5.729	(12,6)	245	286	16,7
Coco-da-baía ⁴	616.374	629.823	2,2	7.636	7.727	1,2
Guaraná	1.405	1.725	22,8	226	270	19,5
Laranja ⁵	945.848	801.473	(15,3)	18.188	14.968	(17,7)
Mamão ⁵	760.616	888.912	16,9	55.870	54.814	(1,9)
Pimenta-do-reino	3.615	3.588	(0,7)	2.426	2.255	(7,0)
Sisal	234.488	235.382	0,4	889	893	0,4
Uva	89.738	120.629	34,4	28.948	29.690	2,6

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996

² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2006 (dados sujeitos a retificação)

³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), julho/2007 (dados sujeitos a retificação)

⁴ Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare

⁵ Produção física em tonelada e rendimento médio em quilo por hectare, a partir de setembro. Desconsiderar variação percentual

Área plantada, área colhida e área perdida dos principais produtos - Bahia: 2006/ 2007

Produtos do LSPA ¹	Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Área perdida (ha) ⁴	
	2006 ²	2007 ³	Variação(%)	2006 ²	2007 ³	Variação(%)	2006 2	2007 ³
Lavouras temporárias								
Abacaxi	6.811	7.515	10,3	5.301	5.952	12,3	1.510	1.563
Algodão herbáceo	242.461	300.376	23,9	242.461	300.376	23,9	0	0
Alho	938	928	-1,1	938	928	-1,1	0	0
Amendoim	7.155	8.096	13,2	7.155	8.096	13,2	0	0
Arroz total	17.511	21.706	24,0	17.511	21.706	24,0	0	0
Arroz sequeiro	16.951	19.846	17,1	16.951	19.846	17,1	0	0
Arroz irrigado	560	1.860	232,1	560	1.860	232,1	0	0
Batata-inglesa	4.950	6.560	32,5	4.950	6.560	32,5	0	0
Cana-de-açúcar	102.888	107.769	4,7	102.230	106.556	4,2	658	1.213
Cebola	6.175	6.709	8,6	6.175	6.709	8,6	0	0
Feijão total	719.900	637.562	-11,4	616.417	563.312	-8,6	103.483	74.250
Feijão 1ª safra	289.091	299.972	3,8	196.430	225.722	14,9	92.661	74.250
Sequeiro	179.669	167.640	-6,7	91.760	93.751	2,2	87.909	73.889
Irrigado	1.715	2.090	21,9	1.715	2.090	21,9	0	0
Caupi	107.707	130.242	20,9	102.955	129.881	26,2	4.752	361
Feijão 2ª safra	430.809	337.590	-21,6	419.987	337.590	-19,6	10.822	0
Sequeiro	396.851	307.179	-22,6	386.029	307.179	-20,4	10.822	0
Irrigado	8.660	7.300	-15,7	8.660	7.300	-15,7	0	0
Caupi	25.298	23.111	-8,6	25.298	23.111	-8,6	0	0
Fumo	12.437	12.826	3,1	12.437	12.826	3,1	0	0
Mamona	106.254	118.523	11,5	104.115	118.523	13,8	2.139	0
Mandioca	407.939	368.004	-9,8	345.701	353.936	2,4	62.238	14.068
Milho total	786.739	835.293	6,2	713.864	742.470	4,0	72.875	92.823
Milho 1ª safra	398.910	445.562	11,7	327.433	352.739	7,7	71.477	92.823
Sequeiro	391.770	437.329	11,6	320.293	344.506	7,6	71.477	92.823
Irrigado	7.140	8.233	15,3	7.140	8.233	15,3	0	0
Milho 2ª safra	387.829	389.731	0,5	386.431	389.731	0,9	1.398	0
Sequeiro	387.503	389.405	0,5	386.105	389.405	0,9	1.398	0
Irrigado	326	326	0,0	326	326	0,0	0	0
Soja	872.600	851.000	-2,5	872.600	851.000	-2,5	0	0
Sorgo granífero	50.051	47.135	-5,8	49.530	47.135	-4,8	521	0
Tomate	5.038	5.623	11,6	4.993	5.623	12,6	45	0
Trigo	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Lavouras permanentes								
Banana	83.496	84.706	1,4	79.927	84.548	5,8	3.569	158
Cacau	553.476	577.027	4,3	520.233	554.320	6,6	33.243	22.707
Café	162.975	159.333	-2,2	159.326	146.162	-8,3	3.649	13.171
Castanha-de-cajú	27.194	20.008	-26,4	26.725	20.008	-25,1	469	0
Coco-da-baía	81.467	81.663	0,2	80.724	81.509	1,0	743	154
Guaraná	6.343	6.399	0,9	6.206	6.393	3,0	137	6
Laranja	52.057	53.567	2,9	52.003	53.545	3,0	54	22
Mamão	13.834	16.219	17,2	13.614	16.217	19,1	220	2
Pimenta-do-reino	1.515	1.591	5,0	1.490	1.591	6,8	25	0
Sisal	280.668	286.453	2,1	234.488	263.493	12,4	46.180	22.960
Uva	3.150	4.063	29,0	3.100	4.063	31,1	50	0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível. normalmente em razão da cultura estar na entressafra

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto de produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2006 (dados sujeitos a retificação)³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), julho/2007 (dados sujeitos a retificação)⁴ Equivale à área plantada menos a área colhida

Indústria

Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia: Jun./2007				%
Classes e Gêneros	Mensal ¹	2º trimestre ²	Acumulado no ano ³	Acumulado 12 meses ⁴
Indústria Geral	2,8	-1,4	0,3	0,5
Extrativa Mineral	3,4	0,2	-1,9	-3,0
Indústria de Transformação	2,8	-1,5	0,4	0,7
Alimentos e bebidas	7,7	10,9	14,1	7,4
Celulose, papel e produtos de papel	1,9	-11,1	-4,8	0,1
Refino de petróleo e álcool	4,2	-4,2	-3,6	-1,5
Produtos químicos	-0,9	-3,6	-0,4	-0,7
Borracha e plástico	10,3	10,6	12,3	8,1
Minerais não metálicos	13,1	13,9	7,1	3,4
Metalurgia básica	4,6	0,2	0,2	2,1
Veículos automotores	-4,2	-0,8	-9,7	-7,3

Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

¹ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

² Variação acumulada observada em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Variação mensal do índice da indústria de transformação - Bahia: Jun./2006 – Jun./2007				%
Períodos	Mensal ¹	Acumulado no ano ³	Acumulado 12 meses ⁴	
Junho 2006	1,4	5,7	6,1	
Julho	-1,3	5,1	5,5	
Agosto	1,3	4,6	4,6	
Setembro	3,3	4,4	4,5	
Outubro	5,0	4,5	4,7	
Novembro	5,0	4,5	5,0	
Dezembro	-7,6	3,4	3,4	
Janeiro	6,8	6,8	3,4	
Fevereiro	0,2	3,7	2,9	
Março	-0,2	2,4	2,3	
Abril	-7,8	-0,2	1,1	
Maior	0,6	-0,1	0,6	
Junho 2007	2,8	0,4	0,7	

Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI

¹ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

² Variação acumulada observada em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Energia

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe - Bahia: Jun./2007					%
Classes	No mês ³	Mensal ⁴	Abr-Jun ⁵	Acumulado no ano ⁶	Acumulado 12 meses ⁷
Rural/Irrigação	3,9	22,9	43,6	12,0	2,4
Residencial	2,2	14,9	10,8	8,4	7,6
Industrial ¹	-1,3	10,1	10,2	6,6	4,3
Comercial	-4,2	12,2	9,6	6,0	3,9
Utilidades públicas ²	-6,0	6,4	11,0	8,9	9,9
Setor público	-4,8	-2,0	-1,4	-2,3	-3,1
Concessionária	-7,2	-8,8	-10,8	-10,3	-11,6
Total	-1,1	12,1	12,1	7,3	5,4

Fonte: COELBA/CO-CGM. Elaboração: CAC - SEI

¹ Consumo industrial corresponde à COELBA

² Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e tração elétrica

³ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

⁴ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada no trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior

⁶ Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁷ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Serviços

Variação no volume de vendas no varejo ¹ - Bahia: Jun./2007			
Classes e Gêneros	Mensal ²	No ano ³	12 meses ⁴
Comércio Varejista	15,5	10,9	10,5
Combustíveis e lubrificantes	17,2	5,4	2,3
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	8,1	8,2	12,0
Hipermercados e supermercados	12,6	13,2	19,6
Tecidos, vestuário e calçados	28,2	19,0	10,4
Móveis e eletrodomésticos	24,5	18,3	16,6
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	16,8	12,5	8,1
Livros, jornais, revistas e papelaria	24,0	18,3	-7,4
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-19,3	-7,9	-4,9
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	38,0	28,3	21,5
Veículos, motos e peças	29,9	20,9	20,2
Material de construção	4,8	3,4	2,6

Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI

¹ Dados deflacionados pelo IPCA

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Total de cheques compensados – Bahia: Jun./2006 – Jun./2007						%
Períodos	Quantidade			Valor (R\$)		
	No mês ¹	Mensal ²	Acum.Ano ³	No mês ¹	Mensal ²	Acum.Ano ³
Junho 2006	-9,5	-10,2	-8,2	-8,9	-4,0	-3,4
Julho	3,2	-4,8	-7,8	2,5	1,3	-2,8
Agosto	3,3	-13,7	-8,6	6,4	-4,6	-3,0
Setembro	-8,0	-13,2	-9,1	-8,4	-5,4	-3,3
Outubro	12,0	-3,6	-8,5	12,8	5,6	-2,4
Novembro	-4,2	-6,3	-8,3	-0,9	4,0	-1,8
Dezembro	-1,5	-9,1	-8,4	1,5	0,5	-1,6
Janeiro	13,0	-3,4	-3,4	9,8	6,8	6,8
Fevereiro	-19,8	5,7	0,5	-19,5	12,0	9,1
Março	7,2	-17,5	-6,1	11,8	-4,5	4,1
Abril	-0,8	6,6	-3,3	-2,2	18,4	7,3
Maiο	1,2	-8,6	-4,4	4,1	3,8	6,6
Junho 2007	-8,6	-7,7	-4,9	-6,5	6,5	6,6

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: CAC - SEI

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

³ Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior

INDICADORES SOCIAIS

Emprego

Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED
Taxas de desemprego e de participação
Região Metropolitana de Salvador: Jul./2007

%

Taxas	RMS	Salvador	Demais municípios
Desemprego Total	21,5	20,8	24,7
Desemprego aberto	13,4	12,9	15,8
Desemprego oculto	8,1	7,9	8,9
Participação (PEA/PIA)	61,5	62,0	59,3

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Taxa de desemprego aberto e taxa de participação
Região Metropolitana de Salvador: Jan./2006 - Jul./2007

%

Períodos	Taxa de desemprego aberto		Taxa de participação	
	RMS	Salvador	RMS	Salvador
Janeiro 2006	13,9	13,4	61,8	62,3
Fevereiro	14,1	13,8	61,8	62,3
Março	14,9	14,4	61,1	61,7
Abril	15,3	14,6	60,7	61,5
Maio	15,7	14,9	60,1	61,1
Junho	15,8	15,1	60,0	61,1
Julho	15,9	15,0	60,2	61,2
Agosto	15,7	14,8	60,3	61,1
Setembro	14,9	14,0	60,5	61,3
Outubro	14,4	13,5	60,7	61,6
Novembro	14,3	13,5	61,1	62,3
Dezembro	14,2	13,4	60,9	62,0
Janeiro 2007	13,9	13,5	60,8	61,6
Fevereiro	13,9	13,7	60,7	61,2
Março	14,7	14,5	60,8	61,7
Abril	15,1	14,8	60,6	61,7
Maio	14,5	14,2	61,2	62,1
Junho	14,0	13,5	61,5	62,2
Julho	13,4	12,9	61,5	62,0

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

**Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e taxa de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador: Jan./2006 - Jul./2007**

%

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		População total ¹
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números absolutos ¹	Índice ²	Números absolutos ¹	Índice ²	Números absolutos ¹	Índice ²	Números absolutos ¹	Índice ²	Participação (PEA/PIA)	Desemprego total (DES/PEA)	
Janeiro 2006	1.765	134,5	1.347	128,8	418	157,1	1.091	119,1	61,8	23,7	3.362
Fevereiro	1.769	134,8	1.348	128,9	421	158,3	1.093	119,3	61,8	23,8	3.368
Março	1.753	133,6	1.320	126,2	433	162,8	1.116	121,8	61,1	24,7	3.374
Abril	1.745	133,0	1.319	126,1	426	160,2	1.130	123,4	60,7	24,4	3.380
Maiο	1.732	132,0	1.309	125,1	423	159,0	1.150	125,5	60,1	24,4	3.386
Junho	1.733	132,1	1.322	126,4	411	154,5	1.154	126,0	60,0	23,7	3.391
Julho	1.742	132,8	1.326	126,8	416	156,4	1.152	125,8	60,2	23,9	3.397
Agosto	1.749	133,3	1.327	126,9	422	158,6	1.151	125,7	60,3	24,1	3.403
Setembro	1.759	134,1	1.346	128,7	413	155,3	1.148	125,3	60,5	23,5	3.409
Outubro	1.769	134,8	1.364	130,4	405	152,3	1.145	125,0	60,7	22,9	3.415
Novembro	1.784	136,0	1.381	132,0	403	151,5	1.136	124,0	61,1	22,6	3.421
Dezembro	1.782	135,8	1.385	132,4	397	149,2	1.145	125,0	60,9	22,3	3.427
Janeiro 2007	1.783	135,9	1.389	132,8	394	148,1	1.150	125,5	60,8	22,1	3.433
Fevereiro	1.785	136,1	1.387	132,6	398	149,6	1.155	126,1	60,7	22,3	3.439
Março	1.791	136,5	1.381	132,0	410	154,1	1.155	126,1	60,8	22,9	3.445
Abril	1.790	136,4	1.371	131,1	419	157,5	1.163	127,0	60,6	23,4	3.451
Maiο	1.811	138,0	1.403	134,1	408	153,4	1.148	125,3	61,2	22,5	3.457
Junho	1.824	139,0	1.423	136,0	401	150,8	1.142	124,7	61,5	22,0	3.463
Julho	1.828	139,3	1.435	137,2	393	147,7	1.145	125,0	61,5	21,5	3.469

Varição mensal

Jul-07/Jun-07	0,2	0,8	-2,0	0,3
---------------	-----	-----	------	-----

Varição anual

Jul-07/Jul-06	4,9	8,2	-5,5	-0,6
---------------	-----	-----	------	------

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

¹ Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000.² Base: Dezembro 1996 = 100.

A partir de janeiro/2002 as projeções da população em idade ativa foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000.

**Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre
Região Metropolitana de Salvador: Jan./2006 - Jul./2007**

%

Períodos	Setores de Atividade Econômica						
	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção ¹	Serviços pessoais ²	Serviços domésticos	Outros
Janeiro 2006	9,4	5,0	16,3	31,4	26,8	9,3	1,8
Fevereiro	8,9	5,4	16,6	31,6	26,3	9,6	1,6
Março	8,7	5,3	16,6	31,7	26,7	9,4	1,6
Abril	9,2	5,6	16,8	31,3	25,7	9,7	1,7
Maio	9,2	5,6	16,7	31,4	25,9	9,5	1,7
Junho	9,2	5,5	16,7	31,7	26,0	9,6	1,3
Julho	8,7	5,0	16,7	32,5	26,4	9,6	1,1
Agosto	9,2	5,0	16,5	32,3	26,4	9,5	1,1
Setembro	9,2	4,9	15,9	32,5	26,9	9,4	1,2
Outubro	9,6	4,9	15,9	33,0	26,4	9,1	1,1
Novembro	9,2	5,0	16,2	32,6	27,1	8,7	1,2
Dezembro	8,8	5,4	16,5	32,3	27,3	8,7	1,0
Janeiro 2007	8,8	5,6	16,3	31,8	28,3	8,2	1,0
Fevereiro	8,5	5,8	15,8	33,4	27,4	8,1	1,0
Março	8,7	5,7	16,1	33,2	27,1	8,1	1,1
Abril	8,5	5,6	16,6	33,0	26,8	8,5	1,0
Maio	8,9	5,4	17,0	32,0	26,9	9,0	0,8
Junho	9,2	5,5	16,9	32,6	26,1	8,8	0,9
Julho	9,4	5,4	17,0	32,1	26,3	8,8	1,0

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem Transporte e armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Administração pública, Forças Armadas e polícia; Creditícios e financeiros; Comunicação; diversão, radiodifusão, e teledifusão; Comércio, administração de valores mobiliários e de imóveis; Serviços auxiliares; Outros serviços de reparação e limpeza

² Incluem Serviços pessoais diversos, alimentação, educação, saúde, serviços comunitários, oficinas de reparação mecânica e outros serviços

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação no trimestre
Região Metropolitana de Salvador: Jan./2006 - Jul./2007

%

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros ¹
	Total	Assalariado priv. c/carteira	Assalariado priv. s/carteira	Assalariado público	Total	Autônomo trab. p/público	Autônomo trab. p/empresa			
Janeiro 2006	61,8	37,5	11,8	12,4	23,2	19,4	3,9	3,6	9,2	2,1
Fevereiro	62,2	38,2	11,8	12,1	22,5	19,0	3,5	3,5	9,6	2,2
Março	62,4	37,8	11,6	12,9	21,7	18,5	3,1	4,1	9,4	2,5
Abril	62,5	37,3	11,7	13,5	21,4	18,5	2,9	3,7	9,7	2,7
Maió	61,8	36,6	11,7	13,4	21,8	18,8	3,0	4,0	9,5	2,8
Junho	62,4	36,4	11,8	14,0	21,7	18,8	2,9	3,6	9,6	2,7
Julho	62,8	37,0	11,2	14,6	21,7	18,8	2,8	3,6	9,6	2,3
Agosto	63,2	37,8	10,8	14,5	21,8	18,7	3,1	3,6	9,5	1,9
Setembro	63,7	38,9	10,8	13,9	21,4	18,4	3,1	3,8	9,4	1,8
Outubro	63,5	39,1	10,9	13,4	21,3	18,3	3,0	4,0	9,1	2,1
Novembro	63,4	38,5	11,1	13,8	22,1	19,1	3,0	3,6	8,7	2,2
Dezembro	63,1	38,0	10,8	14,2	22,4	19,1	3,3	3,7	8,7	2,1
Janeiro 2007	63,8	39,0	10,6	14,1	22,3	19,0	3,3	3,3	8,2	2,4
Fevereiro	64,7	40,0	10,6	14,0	21,4	18,4	3,1	3,6	8,1	2,2
Março	64,4	40,1	10,7	13,5	21,6	18,7	2,9	3,3	8,1	2,6
Abril	64,8	40,4	10,8	13,5	21,2	18,2	2,9	3,5	8,5	2,0
Maió	64,8	40,1	10,7	13,9	20,2	17,4	2,9	3,7	9,0	2,3
Junho	64,6	40,1	10,5	14,0	20,3	17,4	2,9	4,0	8,8	2,3
Julho	64,4	39,7	10,8	14,0	20,1	17,3	2,8	4,2	8,8	2,5

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares

Rendimento real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal¹
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2006 - Jun/2007**R\$**

Períodos	Rendimento médio real					
	Ocupados¹			Assalariados²		
	Valor absoluto³		Índice⁴	Valor absoluto³		Índice⁴
	Média	Mediana		Média	Mediana	
Janeiro 2006	777	425	81,0	883	528	80,2
Fevereiro	785	422	81,8	887	524	80,6
Março	774	419	80,7	894	522	81,3
Abril	771	418	80,4	891	519	80,9
Maiο	760	416	79,2	875	516	79,5
Junho	768	423	80,1	879	517	79,9
Julho	771	435	80,4	878	514	79,8
Agosto	785	461	81,9	889	535	80,8
Setembro	782	463	81,5	883	535	80,3
Outubro	778	461	81,0	890	537	80,8
Novembro	781	461	81,4	896	533	81,5
Dezembro	813	477	84,7	918	561	83,4
Janeiro 2007	818	479	85,2	903	544	82,1
Fevereiro	796	473	82,9	879	533	79,9
Março	768	452	80,0	858	522	77,9
Abril	785	462	81,9	881	552	80,1
Maiο	811	481	84,5	909	564	82,6
Junho	835	481	87,0	918	552	83,4
Variação mensal						
Jun-07/Mai-07	3,0	0,0	3,0	0,9	-2,2	0,9
Variação anual						
Jun-07/Jun-06	8,7	13,6	8,7	4,4	6,7	4,4

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

¹ Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

² Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

³ Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em reais de junho - 2007

⁴ Índice de variação da média. Base: Dezembro -1996 =100.

Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução ¹ Região Metropolitana de Salvador: Jan./2006 - Jun./2007						R\$
Períodos	Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução					
	Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º incompleto	2º grau completo/ 3º incompleto	3º grau completo	
Janeiro 2006	299	388	522	803	2.276	
Fevereiro	286	390	517	818	2.286	
Março	264	384	498	804	2.302	
Abril	250	386	477	788	2.319	
Maio	248	404	459	761	2.225	
Junho	267	402	458	759	2.212	
Julho	274	412	470	768	2.204	
Agosto	289	413	489	789	2.253	
Setembro	298	417	512	789	2.188	
Outubro	309	410	498	797	2.131	
Novembro	314	412	501	802	2.141	
Dezembro	301	446	514	843	2.228	
Janeiro 2007	287	446	526	838	2.240	
Fevereiro	269	441	543	818	2.130	
Março	288	412	514	769	2.083	
Abril	314	431	520	782	2.142	
Maio	355	439	495	815	2.208	
Junho	360	438	506	843	2.272	

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

¹ Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de junho - 2007.

Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador¹
Região Metropolitana de Salvador: Jan./2006 - Jun./2007

R\$

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-assinada
Janeiro 2006	743	1036	612	731	828	449
Fevereiro	748	1.086	590	719	839	437
Março	744	1.083	545	719	834	439
Abril	727	1.057	548	689	812	442
Maio	710	953	541	705	787	450
Junho	727	954	578	725	805	450
Julho	730	975	576	727	809	434
Agosto	737	993	600	724	814	452
Setembro	731	996	618	704	805	456
Outubro	731	972	645	692	805	469
Novembro	744	1.023	625	704	823	462
Dezembro	758	1.033	630	726	833	476
Janeiro 2007	763	1.032	618	754	835	484
Fevereiro	744	986	627	734	815	471
Março	728	940	599	728	798	464
Abril	740	938	589	741	813	465
Maio	757	993	578	761	829	480
Junho	759	1.033	580	748	838	462

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em reais de junho - 2007

NOTA: Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês

Distribuição do rendimento real trimestral entre os ocupados e os assalariados no trabalho principal¹
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2006 - Jun/2007

R\$

Períodos	Rendimento real trimestral									
	Ocupados²					Assalariados³				
	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até
Janeiro 2006	158	315	425	839	1.678	315	350	528	950	1.872
Fevereiro	157	314	422	836	1.678	314	356	524	943	1.882
Março	156	312	419	832	1.573	312	353	522	941	1.871
Abril	155	311	418	828	1.638	311	362	519	935	1.863
Maio	154	312	416	823	1.558	312	362	516	931	1.852
Junho	154	359	423	821	1.628	359	361	517	931	1.847
Julho	153	359	435	820	1.641	359	365	514	923	1.822
Agosto	154	358	461	823	1.646	358	374	535	926	1.750
Setembro	154	359	463	823	1.646	359	381	535	925	1.749
Outubro	154	359	461	823	1.640	359	389	537	976	1.845
Novembro	153	358	461	820	1.641	358	388	533	973	1.947
Dezembro	173	357	477	866	1.834	357	397	561	1.019	1.845
Janeiro 2007	181	352	479	888	1.833	352	388	544	1.007	1.838
Fevereiro	176	352	473	866	1.710	352	392	533	986	1.811
Março	164	351	452	805	1.609	351	382	522	931	1.807
Abril	161	352	462	852	1.705	351	401	552	1.003	1.808
Maio	170	351	481	902	1.805	351	401	564	1.004	1.855
Junho	180	380	481	901	1.808	380	400	552	1.002	1.908

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

¹ Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em reais de junho - 2007

² Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

³ Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês

Emprego Formal

Flutuação Mensal do Emprego Bahia: Jan./2006 – Jul./2007					
Períodos	Saldo líquido (Admissões – desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2006	25.089	6.715	-2.323	14.717	9.571
Janeiro	6.994	569	1.592	1.074	2.890
Fevereiro	2.449	-320	173	607	1.853
Março	101	782	69	-841	-1.346
Abril	2.869	1.384	-727	771	901
Maio	6.038	1.240	519	1.872	816
Junho	4.395	992	347	1.057	-519
Julho	4.647	1.546	813	1.277	-906
Agosto	2.632	1.178	670	1.420	1.529
Setembro	3.274	447	573	1.410	2.285
Outubro	-1.636	305	-3.283	2.430	86
Novembro	141	-118	-1.075	3.180	2.382
Dezembro	-6.815	-1.290	-1.994	460	-400
2007	46.028	8.764	7.743	6.631	8.330
Janeiro	3.473	491	564	508	702
Fevereiro	1.606	587	378	764	1.290
Março	7.966	1.556	926	197	2.134
Abril	10.592	3.536	1.787	1.037	1.679
Maio	9.326	1.456	1.193	1.828	966
Junho	6.678	762	1.468	1.429	737
Julho	6.387	376	1.427	868	822
Ago./06 – Jul./07	43.624	9.286	2.634	15.531	14.212

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores. Dados preliminares

Flutuação Mensal do Emprego
Região Metropolitana de Salvador: Jan./2006 – Jul./2007

Períodos	Saldo líquido (Admissões – desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2006	14.967	3.450	76	5.919	5.300
Janeiro	3.315	610	1.356	327	986
Fevereiro	1.371	226	97	302	790
Março	-1.386	-48	17	-535	-859
Abril	375	6	-806	386	761
Maió	1.022	-103	588	413	177
Junho	703	444	520	280	-536
Julho	1.514	966	773	565	-778
Agosto	2.459	446	449	675	899
Setembro	3.339	453	510	644	1.678
Outubro	-212	451	-2.110	1.210	107
Novembro	3.962	241	97	1.448	2.154
Dezembro	-1.495	-242	-1.415	204	-79
2007	15.706	1.663	5.151	2.022	5.994
Janeiro	273	246	142	-5	-196
Fevereiro	825	-39	-39	230	703
Março	2.968	52	522	-28	2.251
Abril	3.482	289	1.243	406	1.523
Maió	3.236	769	708	878	725
Junho	2.690	99	1.424	552	298
Julho	2.232	247	1.151	-11	690
Ago./06 – Jul./07	23.759	3.012	2.682	6.203	10.753

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores. Dados preliminares

FINANÇAS PÚBLICAS

União

Demonstrativo das Receitas da União Orçamentos fiscal e da Seguridade Social: Jan. – Jun./2007							R\$ 1.000
Receitas	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-d)
			Mai-Jun/2007 (c)	% C/b	Até o Bimestre (d)	% D/b	
Receitas (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	870.392.236	870.392.236	134.610.028	15,47	423.369.504	48,64	447.024.459
Receitas Correntes	658.799.139	658.799.139	101.222.804	15,36	310.207.808	47,09	348.593.058
Receita Tributária	201.070.003	201.070.003	32.451.660	16,14	98.283.068	48,88	102.786.935
Receita de Contribuições	371.260.748	371.260.748	56.862.332	15,32	169.699.493	45,71	201.561.255
Receita Patrimonial	43.917.223	43.917.223	4.555.100	10,37	17.851.947	40,65	26.065.276
Receita Agropecuária	26.540	26.540	3.548	13,37	8.173	30,80	18.367
Receita Industrial	687.611	687.611	30.789	4,48	142.126	20,67	545.485
Receita de Serviços	25.941.510	25.941.510	3.308.243	12,75	13.235.165	51,02	12.706.345
Transferências Correntes	327.559	327.559	24.035	7,34	75.442	23,03	252.118
Receitas Correntes A Classificar	-	-	1.340	-	1.727	-	(1.727)
Outras Receitas Correntes	15.567.944	15.567.944	3.987.097	25,61	10.910.667	70,08	4.657.277
Receitas de Capital	211.593.097	211.593.097	33.387.224	15,78	113.161.695	53,48	98.431.402
Operações de Crédito	155.080.999	155.080.999	25.728.200	16,59	87.168.423	56,21	67.912.576
Alienação de Bens	2.405.529	2.405.529	71.235	2,96	468.840	19,49	1.936.689
Amortizações de Empréstimos	20.547.145	20.547.145	3.012.970	14,66	12.568.576	61,17	7.978.569
Transferências de Capital	88.069	88.069	17.797	20,21	440.577	500,26	(352.509)
Outras Receitas de Capital	33.471.355	33.471.355	4.557.022	13,61	12.515.279	37,39	20.956.076

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Demonstrativo das Receitas da União Orçamentos fiscal e da Seguridade Social: Jan. – Jun./2007							R\$ 1.000
Receitas	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-d)
			Maio-Jun/2007 (c)	% C/b	Até o bi-mestre (d)	% D/b	
Receitas (Intra-Orçamentárias) (II)	0	0	1.283.115	0	3.765.423	-	(3.765.423)
Receitas Correntes	0	0	1.283.115	0	3.765.423	-	(3.765.423)
Receita Tributária	0	0	16	0	(21)	-	21
Receita de Contribuições	0	0	1.255.040	0	3.664.318	-	(3.664.318)
Receita Patrimonial	0	0	1.678	0	34.027	-	(34.027)
Receita Industrial	0	0	20.210	0	55.672	-	(55.672)
Receita de Serviços	0	0	5.506	0	12.035	-	(12.035)
Outras Receitas Correntes	0	0	666	0	(609)	-	609
Subtotal das Receitas (III)=(I + II)	870.392.236	870.392.236	135.893.143	15,61	427.134.928	49,07	443.259.035
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	655.751.150	655.751.150	77.362.836	11,80	230.136.067	35,10	425.615.083
Operações de Crédito Internas	655.751.150	655.751.150	75.563.577	11,52	223.843.815	34,14	431.907.335
Mobiliária	655.751.150	655.751.150	75.563.577	11,52	223.843.815	34,14	431.907.336
Operações de Crédito Externas	0	0	1.799.259	-	6.292.252	-	(6.292.252)
Mobiliária	0	0	1.799.259	-	6.292.252	-	(6.292.252)
Subtotal com Refinanciamento (V) = (III + IV)	1.526.143.386	1.526.143.386	213.255.978	13,97	657.270.995	43,07	868.874.118
Déficit (VI)	0	0	0	0	0	-	
Total (VII)=(V+VI)	1.526.143.386	1.526.143.386	213.255.978	13,97	657.270.995	43,07	868.874.118
Saldo de Exercícios Anteriores	-	-		-	6.103.313	-	-

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Demonstrativo das Receitas da União
Orçamentos fiscal e da Seguridade Social: Jan. – Jun./2007**R\$ 1.000**

Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)=a+b	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas			Saldo a liquidar (c-g)
				Mai-Jun/2007 (d)	Até o bimestre (e)	Mai-Jun/2007 (f)	Até o bimestre (g)	% (G/c)	
Despesas (Exceto Intra-Orçamentárias) (VIII)	857.919.155	12.466.046	870.385.202	72.397.105	634.615.355	131.620.685	370.019.793	42,5	500.365.408
Despesas Correntes	697.957.995	3.292.003	701.249.999	68.393.920	526.538.460	110.866.857	310.653.729	44,3	390.596.269
Pessoal e Encargos Sociais	118.669.991	26.028	118.696.019	5.965.033	95.492.759	19.932.260	56.550.043	47,6	62.145.976
Juros e Encargos da Dívida	165.867.305	779	165.868.084	273.744	164.723.195	23.611.828	76.181.329	45,9	89.686.755
Outras Despesas Correntes	413.420.700	3.265.196	416.685.896	62.155.143	266.322.507	67.322.769	177.922.358	42,7	238.763.538
Transf.a Estados, DF e Municípios	138.785.818	1.996.409	140.782.227	20.814.229	125.239.869	26.112.791	62.078.755	44,1	78.703.471
Benefícios Previdenciários	176.660.658	135.100	176.795.758	27.696.277	80.498.507	27.916.244	80.226.794	45,4	96.568.964
Demais Despesas Correntes	97.974.224	1.133.687	99.107.911	13.644.637	60.584.131	13.293.734	35.616.809	35,9	63.491.102
Despesas de Capital	134.252.607	9.703.043	143.955.650	4.003.185	108.076.895	20.753.828	59.366.064	41,2	84.589.586
Investimentos	27.326.713	1.977.667	29.304.380	2.375.202	5.941.309	918.100	1.258.225	4,3	28.046.155
Inversões Financeiras	31.511.816	5.199.155	36.710.971	1.441.082	26.243.968	8.842.543	13.708.611	37,3	23.002.359
Amortização da Dívida	75.414.078	2.526.221	77.940.299	186.901	75.891.618	10.993.184	44.399.227	57,0	33.541.072
Reserva de Contingência	25.708.553	(529.000)	25.179.553	-	-	-	-	-	25.179.553
Despesas (Intra-Orçamentárias) (IX)	10.822.572	25.470	10.848.042	704.222	8.556.454	1.622.140	4.488.583	41,4	6.359.459
Despesas Correntes	9.884.549	25.520	9.910.068	697.912	7.625.397	1.459.164	4.155.650	41,9	5.754.418
Pessoal e Encargos Sociais	9.395.625	25.511	9.421.136	600.535	7.376.118	1.401.081	4.023.375	42,7	5.397.761
Outras Despesas Correntes	488.924	8	488.932	97.377	249.280	58.083	132.275	27,1	356.657
Despesas de Capital	938.024	(50)	937.974	6.310	931.057	162.976	332.933	35,5	605.041
Investimentos	8.174	(50)	8.124	714	1.243	430	474	5,8	7.650
Inversões Financeiras	929.850	0	929.850	5.596	929.814	162.546	332.459	35,8	597.391
Subtotal das Despesas (X) = (VIII + IX)	868.741.728	12.491.516	881.233.243	73.101.327	643.171.809	133.242.825	374.508.377	42,5	506.724.867
Amortização da Dívida - Refinanciamento (XI)	657.401.358	0	657.401.358	-	655.751.150	41.712.482	193.258.252	29,4	464.143.106
Amortização da Dívida Interna	626.941.201	0	626.941.201	-	626.941.201	38.314.287	184.402.036	29,4	442.539.165
Dívida Mobiliária	626.940.198	0	626.940.198	-	626.940.198	38.314.132	184.401.574	29,4	442.538.624
Outras Dívidas	1.003	0	1.003	-	1.003	155	462	46,1	541
Amortização da Dívida Externa	30.460.157	0	30.460.157	-	28.809.949	3.398.195	8.856.216	29,1	21.603.941
Dívida Mobiliária	27.914.234	0	27.914.234	-	27.914.234	3.358.713	8.671.090	31,1	19.243.144
Outras Dívidas	2.545.923	0	2.545.923	-	895.715	39.482	185.126	7,3	2.360.796
Subtotal com Refinanciamento (XII) = (X + XI)	1.526.143.086	12.491.516	1.538.634.602	73.101.327	1.298.922.959	174.955.307	567.766.629	36,9	970.867.972
Superávit (XIII)	-	-	-	-	-	-	89.504.365	-	-
Total XIV = (XII + XIII)	1.526.143.086	12.491.516	1.538.634.602	73.101.327	1.298.922.959	174.955.307	657.270.995	-	970.867.972

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Estado

Balço Orçamentário - Receita Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: Jan. – Jun./2007							R\$ 1.000
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Bim. Maio/Jun (b)	% (b/a)	No exercício (c)	% (c/a)	
Receitas (Exceto Intra-orçamentárias) (I)	16.124.693	16.176.340	2.603.257	16,09	7.317.120	45,23	8.859.220
Receitas Correntes	15.296.930	15.340.526	2.563.899	16,71	7.216.920	47,04	8.123.606
Receita Tributária	8.902.354	8.899.246	1.560.085	17,53	4.493.094	50,49	4.406.152
Impostos	8.623.646	8.620.538	1.507.048	17,48	4.356.070	50,53	4.264.468
Taxas	278.709	278.709	53.036	19,03	137.024	49,16	141.685
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Contribuições	891.856	891.856	155.157	17,40	412.829	46,29	479.027
Contribuições Sociais	891.856	891.856	155.157	17,40	412.829	46,29	479.027
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	265.443	265.712	27.234	10,25	66.556	25,05	199.156
Receitas Imobiliárias	11.257	11.257	2.229	19,80	6.140	54,54	5.117
Receitas de Valores Mobiliários	245.456	245.725	24.524	9,98	57.497	23,40	188.228
Receitas de Concessões e Permissões	4.200	4.200	411	9,79	1.985	47,26	2.215
Outras Receitas Patrimoniais	4.529	4.529	69	1,52	933	20,60	3.596
Receita Agropecuária	1.520	1.520	6	0,39	6	0,39	1.514
Receita da Produção Vegetal	10	10	-	-	-	-	10
Receita da Produção Animal e Derivados	1.187	1.187	6	0,51	6	0,51	1.181
Outras Receitas Agropecuárias	323	323	-	-	-	-	323
Receita Industrial	100	100	-	-	-	-	100
Receita da Indústria de Transformação	100	100	-	-	-	-	100
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	78.245	79.064	9.869	12,48	23.793	30,09	55.271
Receita de Serviços	78.245	79.064	9.869	12,48	23.793	30,09	55.271
Transferências Correntes	5.794.921	5.801.924	1.010.707	17,42	2.828.445	48,75	2.973.479
Transferências Intergovernamentais	5.598.482	5.601.590	1.001.271	17,87	2.803.948	50,06	2.797.641
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	1.220	1.220	66	0,20	69	0,20	1.151
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	195.219	199.115	9.370	4,71	24.428	12,27	174.687
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	967.555	1.006.166	76.594	7,61	204.621	20,34	801.545
Multas e Juros de Mora	137.456	137.456	14.789	10,76	38.801	28,23	98.655
Indenizações e Restituições	69.749	69.749	1.418	2,03	5.483	7,86	64.267
Receita da Dívida Ativa	8.037	8.037	955	11,88	2.368	29,46	5.669
Receitas Diversas	752.313	790.924	59.432	7,51	157.969	19,97	632.956

Continua...

**Balço Orçamentário - Receita
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: Jan. – Jun./2007****R\$ 1.000**

Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Bim. Maio/Jun (b)	% (b/a)	No exercício (c)	% (c/a)	
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	(1.605.063)	(1.605.063)	(275.753)	17,18	(812.423)	50,62	(792.639)
Receitas de Capital	827.763	835.814	39.357	4,71	100.200	11,99	735.614
Operações de Crédito	433.130	433.130	35.859	8,28	73.678	17,01	359.452
Operações de Crédito Internas	199.701	199.701	19.631	9,83	41.700	20,88	158.001
Operações de Crédito Externas	233.429	233.429	16.229	6,95	31.978	13,70	201.451
Alienação de Bens	175.287	175.287	88	0,05	253	0,14	175.034
Alienação de Bens Móveis	172.281	172.281	-	-	-	-	172.281
Alienação de Bens Imóveis	3.007	3.007	88	2,93	253	8,41	2.754
Amortização de Empréstimos	3.863	3.863	428	11,08	1.531	39,63	2.332
Amortização de Empréstimos	3.863	3.863	428	11,08	1.531	39,63	2.332
Transferências de Capital	215.473	223.524	2.982	1,33	24.738	11,07	198.786
Transferências Intergovernamentais	23.428	23.428	-	-	239	1,02	23.189
Transferências de Instituições Privadas	88	88	-	-	-	-	88
Transferências do Exterior	583	583	-	-	739	126,76	(156)
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	191.373	199.424	2.982	1,50	23.760	11,91	175.664
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	10	10	-	-	-	-	10
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	-	-	-	-	-	-	-
Restituições	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas	10	10	-	-	-	-	10
Receitas (Intra-orçamentárias) (II)	1.150.564	1.150.564	167.629	14,57	470.347	40,88	680.217
Subtotal das Receitas (III) = (I + II)	17.275.257	17.326.904	2.770.886	15,99	7.787.467	44,94	9.539.437
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Contratual	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Contratual	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamentos (V) = (III + IV)	17.275.257	17.326.904	2.770.886	15,99	7.787.467	44,94	9.539.437
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	17.275.257	17.326.904	2.770.886	15,99	7.787.467	44,94	9.539.437
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	39.407	-	-

Continua...

Balço Orçamentário - Receita Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: Jan. – Jun./2007							R\$ 1.000
Receitas Intra-orçamentárias	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Bim. Maio/Jun (b)	% (b/a)	No exercício (c)	% (c/a)	
Receitas Correntes	1.150.564	1.150.564	167.629	14,57	470.347	40,88	680.217
Receita de Contribuições	1.150.564	1.150.564	167.629	14,57	470.347	40,88	680.217
Contribuições Sociais	1.150.564	1.150.564	167.629	14,57	470.347	40,88	680.217
Total	1.150.564	1.150.564	167.629	14,57	470.347	40,88	680.217

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP.

Balço Orçamentário - Despesa
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: Jan. – Jun./2007**R\$ 1.000**

Despesas	Dotação inicial (d)	Créditos adicionais (e)	Dotação atualizada (f)=d+e	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Saldo (f-i)
				Bim. Maio/Jun (g)	No exercício (h)	Bim. Maio/Jun (i)	No exercício (j)	
Despesas (Exceto intra-orçamentárias) (I)	16.280.571	50.149	16.330.720	2.473.199	7.001.808	2.463.940	6.868.547	9.462.173
Despesas Correntes	13.690.807	60.321	13.751.128	2.172.666	6.104.602	2.147.266	5.990.347	7.760.781
Pessoal e Encargos Sociais	7.116.688	8.677	7.125.366	1.072.407	3.265.950	1.066.733	3.258.934	3.866.431
Juros e Encargos da Dívida	671.845	(22.687)	649.158	92.380	258.796	92.380	258.796	390.363
Outras Despesas Correntes	5.902.274	74.330	5.976.604	1.007.879	2.579.856	988.154	2.472.617	3.503.987
Transferências a Municípios	2.419.486	5.342	2.424.828	414.072	1.162.397	411.064	1.161.534	1.263.293
Demais Despesas Correntes	3.482.788	68.988	3.551.777	593.807	1.417.459	577.089	1.311.083	2.240.694
Despesas de Capital	2.572.753	(7.491)	2.565.262	300.534	897.206	316.674	878.201	1.687.061
Investimentos	1.373.772	35.974	1.409.746	101.014	222.574	117.252	203.689	1.206.057
Inversões Financeiras	120.428	(13.911)	106.517	7.728	52.682	7.630	52.562	53.956
Amortização da Dívida	1.078.553	(29.554)	1.048.999	191.792	621.950	191.792	621.950	427.050
Reserva de Contingência	17.010	(2.681)	14.329	-	-	-	-	14.329
Reserva do RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas (Intra-orçamentárias) (II)	994.687	1.497	996.184	161.579	463.360	157.188	458.847	537.337
Subtotal das Despesas (III)=(I+II)	17.275.257	51.647	17.326.904	2.634.779	7.465.167	2.621.128	7.327.393	9.999.511
Amortização da Dívida/Refinanciamento (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (V)=(III+IV)	17.275.257	51.647	17.326.904	2.634.779	7.465.167	2.621.128	7.327.393	9.999.511
Superávit (VI)	-	-	-	-	-	-	460.073	-
Total (VII) = (V+VI)	17.275.257	51.647	17.326.904	2.634.779	7.465.167	2.621.128	7.787.467	9.999.511

Despesas Intra-orçamentárias	Dotação inicial (d)	Créditos adicionais (e)	Dotação atualizada (f)=d+e	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Saldo (f-i)
				Bim. Maio/Jun (g)	No exercício (h)	Bim. Maio/Jun (i)	No exercício (j)	
Despesas Correntes	994.687	1.332	996.019	161.579	463.360	157.188	458.847	537.172
Pessoal e Encargos Sociais	994.687	1.332	996.019	161.579	463.360	157.188	458.847	537.172
Total	994.687	1.332	996.019	161.579	463.360	157.188	458.847	537.172

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão agregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64

Receita tributária mensal - Bahia: Jan/2006 – Jun/2007					R\$ 1.000	
Mês	ICMS		Outras		Total	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Janeiro	617.773	686.829	52.834	54.915	670.607	741.744
Fevereiro	601.436	658.719	78.254	88.980	679.690	747.699
Março	567.745	613.636	58.047	73.067	625.792	686.703
Abril	601.722	684.917	59.602	71.947	661.324	756.864
Mai	551.866	652.214	87.458	120.539	639.324	772.753
Junho	597.869	689.535	82.583	97.797	680.452	787.332
Julho	606.423		91.280		697.703	
Agosto	637.657		95.985		733.642	
Setembro	785.574		76.935		862.509	
Outubro	770.089		82.240		852.329	
Novembro	661.459		57.267		718.726	
Dezembro	692.060		104.665		796.725	
Total	7.691.673		927.150		8.618.823	

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais

Elaboração: SEI

Arrecadação mensal da Receita Tributária ¹ - Bahia: Jan./2006 – Jun./2007					R\$ 1.000	
Mês	ICMS		Outras		Total	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Janeiro	645.779	693.756	55.229	55.469	701.008	749.225
Fevereiro	629.063	663.819	81.849	89.669	710.912	753.488
Março	596.510	617.039	60.988	73.472	657.498	690.511
Abril	632.063	687.780	62.607	72.248	694.671	760.028
Mai	577.527	653.917	91.525	120.854	669.051	774.770
Junho	621.531	689.535	85.851	97.797	707.382	787.332
Julho	629.353		94.731		724.084	
Agosto	659.070		99.208		758.278	
Setembro	810.017		79.329		889.346	
Outubro	787.698		84.121		871.819	
Novembro	672.750		58.245		730.994	
Dezembro	702.024		106.172		808.196	
Total	7.963.385		959.855		8.923.239	

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Elaboração:SEI.

¹ Valores atualizados a preços de Junho/07 pelo IGP-DI/FGV.

Transferências constitucionais da União para Bahia: Jan./2006 – Fev./2007

R\$ 1.000

Ano e Mês	Receitas											
	FPE		IPI-EXP		CIDE		FUNDEF UNIÃO		Outras		Total	
	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês
2006												
Janeiro	242.173	242.173	12.638	12.638	22.090	22.090	18.191	18.191	13.422	13.422	308.514	308.514
Fevereiro	208.287	450.461	10.696	23.334	-	22.090	15.639	33.830	-	13.422	234.622	543.136
Março	196.780	647.240	9.885	33.219	-	22.090	14.821	48.650	-	13.422	221.486	764.622
Abril	221.540	868.780	11.436	44.655	22.782	44.872	16.693	65.343	-	13.422	272.451	1.037.073
Maio	243.136	1.111.917	10.099	54.754	-	44.872	18.419	83.763	3.850	17.273	275.505	1.312.578
Junho	236.615	1.348.532	11.735	66.489	-	44.872	18.757	102.519	19.251	36.524	286.358	1.598.936
Julho	212.019	1.560.551	11.303	77.792	25.371	70.243	16.403	118.922	3.850	40.374	268.947	1.867.883
Agosto	214.511	1.775.062	11.561	89.354	-	70.243	16.371	135.293	3.850	44.224	246.294	2.114.176
Setembro	199.305	1.974.367	14.894	104.247	-	70.243	15.374	150.667	3.850	48.074	233.422	2.347.599
Outubro	180.610	2.154.977	12.577	116.824	25.140	95.384	13.911	164.578	3.850	51.925	236.089	2.583.687
Novembro	222.445	2.377.423	12.654	129.478	-	95.384	17.045	181.623	34.664	86.588	286.808	2.870.496
Dezembro	270.512	2.647.935	17.092	146.570	-	95.384	20.726	202.349	34.664	121.252	342.994	3.213.490
2007												
Janeiro	240.675	240.675	15.469	15.469	26.306	26.306	0	-	-	-	282.451	282.451
Fevereiro	258.657	499.333	14.983	30.452	-	26.306	19.617	19.617	-	-	293.258	575.708

Elaboração:SEI

MUNICÍPIO

Balanço Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: Jan. – Jun./2007							R\$ 1.000
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Maio-Jun/2007 (b)	% b/a	Jan-Jun/2007 (c)	% c/a	
Receitas (exceto intra-orçamentárias) (I)	2.306.648	2.306.648	334.705	14,5	1.026.353	44,5	1.281.088
Receitas Correntes	2.302.833	2.302.833	347.788	15,1	1.051.332	45,7	1.252.294
Receita Tributária	699.587	699.587	105.161	15,0	360.513	51,5	339.867
Impostos	599.144	599.144	90.120	15,0	301.790	50,4	297.354
Taxas	100.443	100.443	14.783	14,7	57.930	57,7	42.513
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Tributárias	-	-	258	-	794	-	(794)
Receita de Contribuições	104.196	104.196	12.555	12,0	37.797	36,3	66.399
Contribuições Sociais	49.396	49.396	3.999	8,1	13.463	27,3	35.933
Contribuições Econômicas	54.800	54.800	8.555	15,6	24.334	44,4	30.466
Receita Patrimonial	42.341	42.341	5.935	14,0	17.893	42,3	24.448
Receitas Imobiliárias	1.718	1.718	171	10,0	562	32,7	1.156
Receitas de Valores Mobiliários	10.921	10.921	2.444	22,4	7.666	70,2	3.255
Receitas de Concessões e Permissões	17.624	17.624	3.320	18,8	9.665	54,8	7.959
Outras Receitas Patrimoniais	12.078	12.078	-	-	-	-	12.078
Receita Industrial	1.370	1.370	142	10,3	370	27,0	1.000
Receita da Indústria de Construção	1.370	1.370	142	10,3	370	27,0	1.000
Receita de Serviços	13.461	13.461	878	6,5	2.556	19,0	10.905
Receita de Serviços	13.461	13.461	878	6,5	2.556	19,0	10.905
Transferências Correntes	1.327.250	1.327.250	196.905	14,8	577.872	43,5	749.378
Transf. Intergovernamentais	1.266.805	1.266.805	195.229	15,4	569.982	45,0	696.823
Transf. de Instituições Privadas	1.445	1.445	-	-	1.524	105,5	(79)
Transf. do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transf. de Pessoas	-	-	4	-	5	-	(5)
Transferências de Convênios	59.000	59.000	1.672	2,8	6.360	10,8	52.640
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	114.628	114.628	26.213	22,9	54.331	47,4	60.297
Multas e Juros de Mora	47.623	47.623	12.925	27,1	27.840	58,5	19.783
Indenizações e Restituições	5.454	5.454	748	13,7	2.462	45,1	2.992
Receita da Dívida Ativa	56.163	56.163	11.868	21,1	20.689	36,8	35.474
Receitas Diversas	5.388	5.388	672	12,5	3.340	62,0	2.048
Receitas de Capital	91.306	91.306	3.264	3,6	17.081	18,7	74.225
Operações de Crédito	13.773	13.773	-	-	-	-	13.773
Operações de Crédito Internas	13.773	13.773	-	-	-	-	13.773
Alienação de Bens	83	83	57	68,4	57	68,4	26

Continua...

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: Jan. – Jun./2007							R\$ 1.000
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Maio-Jun/2007 (b)	% b/a	Jan-Jun/2007 (c)	% c/a	
Alienação de Bens Móveis	83	83	57	68,4	57	68,4	26
Transferências de Capital	77.350	77.350	3.207	4,1	17.025	22,0	60.325
Transf. Intergovernamentais	3.413	3.413	-	-	-	-	3.413
Transferências de Convênios	73.937	73.937	3.207	4,3	17.025	23,0	56.912
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	100	100	-	-	-	-	100
Receitas de Capital Diversas	100	100	-	-	-	-	100
Dedução da Receita Corrente	(87.491)	(87.491)	(16.347)	18,7	(42.060)	48,1	(45.431)
Receitas Intra-Orçamentárias (II)	6.426	6.426	174	2,7	377	5,9	6.049
Subtotal das Receitas (III) = (I + II)	2.313.074	2.313.074	334.879	14,5	1.026.730	44,4	1.287.137
Déficit (II)	-	-	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	2.313.074	2.313.074	334.879	14,5	1.026.730	44,4	1.287.137
Saldos dos Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal(SGF)

							R\$ 1.000
Receitas Intra-Orçamentárias	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Maio-Jun/2007 (b)	% b/a	Jan-Jun/2007 (c)	% c/a	
Receitas Correntes	6.426	6.426	174	2,71	377	5,86	6.049
Receita de Serviços	6.426	6.426	174	2,71	377	5,86	6.049
Total	6.426	6.426	174	2,71	377	5,86	6.049

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal(SGF)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Salvador: Jan. – Jun./2007									R\$ 1.000
Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)	Despesas					Saldo (c-g)
				Empenhadas		Liquidadas			
				Mai-Jun/2007 (d)	Jan-Jun/2007 (e)	Mai-Jun/2007 (f)	Jan-Jun/2007 (g)	% (g/c)	
Despesas (exceto intra-orçamentárias)(I)	2.306.648	6.579	2.313.227	138.385	1.633.257	351.745	943.941	40,8	1.369.285
Despesas Correntes	2.045.616	5.529	2.051.145	126.022	1.516.878	332.030	879.961	42,9	1.171.184
Pessoal e Encargos Sociais	657.394	2.040	659.434	25.125	525.182	111.034	310.709	47,1	348.725
Juros e Encargos da Dívida	85.880	82	85.962	20.163	49.309	11.552	34.959	40,7	51.003
Outras Despesas Correntes	1.302.342	3.407	1.305.749	80.734	942.386	209.443	534.293	40,9	771.456
Despesas de Capital	259.032	1.050	260.082	12.363	116.379	19.715	63.981	24,6	196.101
Investimentos	172.283	667	172.950	3.853	35.629	3.665	16.044	9,3	156.906
Inversões Financeiras	4.200	-	4.200	1.724	3.980	471	1.749	41,6	2.451
Amortização da Dívida	82.549	383	82.932	6.786	76.769	15.579	46.188	55,7	36.744
Reserva de Contingência	2.000	-	2.000	-	-	-	-	-	2.000
Despesas (Intra-orçamentárias) (II)	6.426	(920)	5.506	177	913	50	706	12,8	4.800
Subtotal das Despesas (III)=(I+II)	2.313.074	5.659	2.318.733	138.561	1.634.169	351.795	944.648	40,7	1.374.085
Superávit (IV)	-	-	-	-	-		82.083	-	-
Total (V) = (III+IV)	2.313.074	5.659	2.318.733	138.561	1.634.169	351.795	1.026.730	25,6	1.374.085

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal (SGF)

R\$ 1.000									
Despesas Intra-orçamentárias	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)	Despesas					Saldo (c-g)
				Empenhadas		Liquidadas			
				Mai-Jun/2007 (d)	Jan-Jun/2007 (e)	Mai-Jun/2007 (f)	Jan-Jun/2007 (g)	% (g/c)	
Despesas Correntes	4.926	(920)	4.006	73	705	50	603	15,1	3.403
Outras Despesas Correntes	4.926	(920)	4.006	73	705	50	603	15,1	3.403
Despesas de Capital	1.500	-	1.500	104	207	-	103	6,9	1.397
Investimentos	1500	-	1.500	104	207	-	103	6,9	1.397
Total	6.426	(920)	5.506	177	913	50	706	12,8	4.800

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal (SGF)



Eles já publicaram. E você?

A C&P quer seu ponto de vista sobre a conjuntura e o planejamento na Bahia e no Brasil. Envie seu artigo para nosso conselho editorial e garanta seu lugar.

Acesse: www.sei.ba.gov.br